

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Avante!

Ano 53 - Série VII - N.º 619
7 de Novembro de 1985
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Nas vésperas da formação do Governo reformados exigem aumento das pensões

Páginas centrais/Semana

DOSSIERS
POVO UNIDO
diálogo

Em Foco



**A Revolução
de Outubro
foi há 68 anos**

DAR CONTINUIDADE E APROFUNDAR A VITÓRIA POLÍTICA DE 6 DE OUTUBRO

Editorial



Conferência de imprensa de apresentação da candidatura à Presidência da República do camarada Ângelo Veloso, na mesa ladeado, a partir da esquerda, pelos camaradas Vítor Dias, Octávio Pato, Domingos Abrantes, Jorge Araújo e Luísa Araújo

Ângelo Veloso apresenta objectivos da candidatura do PCP:

«Esclarecer o Povo português dos objectivos, do significado e dos perigos da vitória eventual de qualquer candidato da direita».

«Contrariar atitudes precipitadas, voluntaristas, impositivas e unilaterais que ameçam arrastar as forças democráticas para uma derrota».

«Ganhar todas as forças e sectores democráticos para a imperiosa necessidade de um acordo ou consenso e da convergência final dos votos num único candidato da democracia».

«Anima-nos a convicção de que os democratas portugueses estão em condições de assegurar a vitória de um candidato da democracia».

Págs. 1, 3 e 4/Semana

ÁFRICA DO SUL: O LONGO CAMINHO DA LIBERDADE

Págs. 14 e 15/Semana

Dar continuidade e aprofundar a vitória política de 6 de Outubro

As eleições legislativas de 6 de Outubro, cujos resultados, como se sabe, alteraram de maneira sensível os dados da situação política portuguesa, não só anteciparam de dois anos uma consulta popular que em condições normais deveria realizar-se em Abril/Maio de 1987 como a fizeram coincidir no tempo com duas outras eleições constitucionalmente calendarizadas para o final deste ano e princípios de 1986.

Referimo-nos obviamente às eleições autárquicas de 15 de Dezembro e às presidenciais, a realizar no próximo mês de Janeiro.

A ruptura da coligação governante de direita PS/PSD, chefiada por Mário Soares, seguida da sua estrondosa derrota de 6 de Outubro — mesmo com a subida do número de votos e de deputados do PSD —, significando a falência do projecto da direita e a concludente e aberta rejeição popular da política que impuseram ao País durante dois anos, vieram condicionar, em termos decisivos, tal como fora previsto pelo PCP, o carácter e as consequências previsíveis das eleições autárquicas e sobretudo das presidenciais.

Num período marcado por grande insegurança e instabilidade sociais, a reclamarem a mobilização, a resistência e a firme resposta dos trabalhadores e das massas populares, os acontecimentos nacionais adquirem especial acuidade e relevância políticas, põem na ordem do dia soluções cabais imediatas, suscitam de maneira imperiosa a acção e a intervenção decisivas do movimento popular e democrático.

Uma fase de intensa movimentação política se abriu para os portugueses neste final de 1985.

No capítulo das eleições de 15 de Dezembro para o Poder Local foi completada a entrega das listas eleitorais nos 302 concelhos e na quase totalidade das 4175 freguesias do País.

Por outro lado, na segunda-feira, fez a sua primeira reunião a nova Assembleia da República eleita em 6 de Outubro.

Na terça-feira, Ângelo Veloso fez a sua apresentação pública como candidato do PCP às eleições presidenciais.

Ontem, quarta-feira, o novo Governo de direita do PSD, chefiado por Cavaco Silva, tomou posse perante o Presidente da República.

Amanhã, com a retomada dos trabalhos parlamentares vai iniciar-se o processo da eleição do Presidente e da Mesa da nova Assembleia da República.

Dentro de dez dias iniciar-se-á a discussão do Programa do Governo cuja aprovação ou rejeição determinará a sorte imediata do elenco governativo de Cavaco Silva.

Deve assinalar-se que logo na primeira sessão da AR o PCP, no cumprimento dos compromissos que assumiu perante o povo e no sentido da execução do Programa de Máxima Urgência da APU, apresentou na Mesa dez projectos de lei e ainda ao Tribunal Constitucional um requerimento de inconstitucionalidade dos acordos com os Estados Unidos.

As propostas do PCP incidindo sobre problemas dos mais sentidos e urgentes dos trabalhadores, do povo e do

País não deixarão de suscitar um profundo eco entre as massas populares.

As eleições autárquicas mobilizam desde já nos trabalhos preliminares muitos milhares de activistas da APU. Esclarecer dos objectivos que a Aliança Povo Unido se propõe em cada concelho e freguesia onde concorre e sensibilizar os eleitores é a tarefa imediata.

Com listas apresentadas em todos os concelhos e em cerca de 3000 freguesias os candidatos da APU destacam-se como os mais activos realizadores do Poder Local democrático.

Nas eleições de 1982 o número de câmaras municipais ganhas pela APU subiram de 50 para 55 e nos concelhos onde outras forças políticas tinham o controlo, mais de 85 juntas de freguesia, algumas ao longo dos últimos 3 anos, foram confirmadas na sua gestão ou conquistadas pelos eleitos da APU. Nas eleições de 6 de Outubro, naturalmente de carácter diferente, a APU obteve maioria absoluta ou relativa em 59 concelhos.

As listas para as eleições de Dezembro contam com milhares de homens, mulheres e jovens com meritórias provas dadas ao serviço das populações locais.

Nas eleições de 1982 a APU não perdeu nenhum dos seus concelhos e aumentou em mais de 5 o número dos que geria desde as eleições anteriores, ao passo que nos concelhos dirigidos pelo PS, pelo PSD e pelo CDS, mais de 80 mudaram significativa e indiscriminadamente de direcção.

A APU, uma coligação permanente do PCP, do MDP/CDE e de um grande número de democratas independentes é a força política que se distinguiu pela obra realizada nos órgãos do Poder Local e na resolução de problemas vitais que outras forças no decurso de longos anos se mostraram incapazes de resolver.

Não deixam por isso de ser supinamente ridículas as grosseiras tentativas de impugnação da legalidade das listas da APU empreendidas por iniciativa do PS de uma coligação que remonta ao ano de 1978 e cuja legalidade tem sido afirmada em todas as eleições desde aquela data.

Continuar sem desfalecimentos os trabalhos preparatórios das eleições autárquicas, trabalhar activamente para novas vitórias no Poder Local é uma exigente tarefa de todos os activistas da APU, principalmente dos comunistas.

Apesar da participação do novo partido — o PRD — em autarquias onde a sua concorrência pode abrir a possibilidade de o PS e o PSD coligados poderem vir a ser a força mais votada, novos êxitos estão ao alcance da APU nas eleições de 15 de Dezembro.

No concelho de Lisboa, com a desistência do PRD, abrem-se mesmo novas possibilidades de derrotar Abecasis e hipóteses de fazer eleger para a Presidência da Câmara o candidato da APU, o camarada Carlos Carvalhas.

A credencial de trabalho, honestidade e competência da APU impor-se-á de novo às baixas manobras dos inimigos do Poder Local democrático.

A apresentação pelo PCP da candidatura de Ângelo Veloso às eleições presidenciais mostrou-se um passo necessário na luta para fazer eleger um candidato da democracia à Presidência da República e para derrotar os candidatos da direita, Mário Soares e Freitas do Amaral.

«... eleger para Presidente da República um candidato que, na linha de estabilização democrática dos últimos mandatos, dê garantias de defender o regime democrático, assegurar o funcionamento das instituições, cumprir a legalidade democrática e defender a independência nacional» é a tarefa e um dos objectivos fundamentais do candidato do PCP, expressos na declaração de candidatura de Ângelo Veloso.

A apresentação da candidatura do camarada Ângelo Veloso representa um contributo indispensável do PCP para a efectivação e a urgência de um «acordo ou consenso verificado de todos os sectores e forças políticas e sociais do campo democrático, cuja convergência é condição de vitória» de um candidato da democracia. É uma candidatura que se insere — como é dito na declaração do nosso candidato — «no propósito do PCP de, incansavelmente, tudo fazer para que este consenso seja alcançado». E ao mesmo tempo um elemento esclarecedor da posição do PCP no clima de proliferação de candidatos à Presidência da República e da sua indicação de voto nas eleições presidenciais.

Os objectivos de uma candidatura do PCP são claros na Declaração do nosso candidato:

«Esclarecer o Povo português dos objectivos, do significado e dos perigos da vitória eventual de qualquer candidato da direita;

«Ganhar todas as forças e sectores democráticos para a imperiosa necessidade de um acordo ou consenso e da convergência final dos votos num único candidato da democracia;

«Contrariar atitudes precipitadas, voluntaristas, impositivas e unilaterais que ameacem arrastar as forças democráticas para uma derrota», juntamente com a afirmação de que «o PCP não tem até ao momento qualquer compromisso em relação a qualquer candidatura e mantém assim inteira liberdade de decisão em relação às eleições presidenciais, incluindo em caso extremo a eventual ida às urnas» — são pontos que ajudam a situar, sem margem para dúvidas, a posição do PCP.

É neste contexto de grande fluidez política que o Governo minoritário Cavaco Silva tomou posse e vai submeter o seu Programa à Assembleia da República.

A inclusão de nomes altamente comprometidos no processo contra-revolucionário — a começar pelo Primeiro-Ministro, cuja acção como ministro das Finanças do governo de Sá Carneiro se tornou suficientemente conhecida — confirma a caracterização política do Governo Cavaco Silva e a prática que de tal gente deve esperar-se.

A inclusão de Eurico de Melo como um superministro, com a superintendência da Administração Interna e dos

Resumo

30 Quarta-feira

Os trabalhadores da Lisnave, com cerca de dez meses de salários em atraso, concentram-se junto ao Ministério do Trabalho para protestar contra uma tentativa de despedimento colectivo. ■ Em conferência de imprensa, a CGTP-IN salienta que a Conferência de Organização Sindical vai ser um contributo importante para o reforço da unidade dos trabalhadores portugueses. ■ O conselho de gestão da União de Bancos Portugueses prepara-se para emprestar meio milhão de contos ao Citibank com juro bonificado. ■ Os resultados finais das eleições legislativas são publicados em suplemento ao Diário da República. ■ Mário Soares parece que andou a brincar com o povo. Agora diz que os resultados das eleições reflectem o «mau humor» do povo português. ■ O Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais defende o adiamento da entrada em vigor do IVA. ■ Oliver Tambo, presidente do ANC afirma que o recurso à luta armada, por parte do povo sul-africano, é-lhe imposta pela «violência maciça do sistema do *apartheid*». ■ Três dos quatro diplomatas soviéticos sequestrados há um mês são libertados em Beirute. ■ O deficiente canadiano que está a dar a volta ao mundo já percorre as estradas do nosso país.

31 Quinta-feira

O ex e futuro ministro do Trabalho Amândio de Azevedo, do PSD, autoriza a concretização do despedimento colectivo na Lisnave. ■ Cavaco e Silva anuncia a composição do novo governo. ■ Segundo análises recentemente feitas e agora tornadas públicas, a água do concelho de Sintra é imprópria para consumo. ■ Pelo menos quatro pessoas morreram na derrocada de uma ponte em construção, na ilha do Faial, Madeira. ■ Realiza-se em Lisboa a sessão pública comemorativa da Semana de Desarmamento das Nações Unidas. ■ Mário Soares considera que a dissolução da Assembleia da República foi um «crime lesa-pátria». ■ Na Península de Tróia inicia-se o I Festival Internacional de Cinema de Tróia. ■ A administração Reagan está preocupada com a sobrevivência da ditadura filipina devido aos êxitos alcançados pela guerrilha e pela oposição popular. ■ A Holanda vive um clima de aceso debate político sobre a aceitação ou não dos mísseis Cruise no seu território. ■ Segundo números policiais, a repressão na África do Sul causou pelo menos 761 mortos no espaço de um ano.

1 Sexta-feira

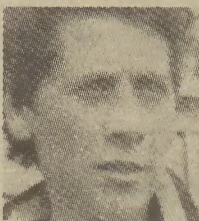


Solidariedade

Vários sindicatos e comissões de trabalhadores do Porto solidarizam-se com os trabalhadores da Lisnave. ■ Na sessão

solene comemorativa do 68.º aniversário da Revolução de Outubro, o embaixador soviético em Lisboa afirma que as relações de amizade entre os dois povos adquirem um «significado inestimável». ■ Manobras militares «Júpiter 85» causam treze feridos entre pára-quedistas. ■ O coronel Costa Brás decide não formalizar a sua candidatura à presidência da República. ■ Balanço final do desastre na ilha do Faial: sete mortos e cinco feridos. ■ A decisão do governo holandês em permitir a instalação de mísseis Cruise no seu território, bate-se com uma forte oposição popular. ■ Milhares de pessoas protestam em Havana contra uma acção de espionagem aérea efectuada pelos Estados Unidos na quinta-feira. ■ Os Estados Unidos aconselham Ferdinando Marcos a renunciar por considerarem que se arriscam a perder as suas bases nas Filipinas. ■ O parlamento cipriota convoca, por unanimidade, eleições antecipadas para o dia 8 de Dezembro.

2 Sábado



Bis

Aurora Cunha, atleta do Futebol Clube do Porto, torna-se pelo segundo ano consecutivo, campeã mundial de estrada. ■ Começa no Porto a VIII edição do Fitei — Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica. ■ Os representantes sindicais dos trabalhadores da Função Pública dos Açores acusam o Governo Regional de violar direitos fundamentais. ■ Em Alhandra realiza-se o I Encontro Concelhio sobre o Problema dos Idosos de Vila Franca de Xira. ■ Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, afirma em Alpiarça que «seria ilusório esperar de um governo reaccionário uma política progressista». ■ É inaugurado em Alpiarça o novo centro de Trabalho do PCP. ■ A SIP do PCP salienta, em comunicado, que os processos eleitorais da APU foram apresentados regularmente. ■ O Presidente da República inaugura um bairro cooperativo em Portimão. ■ O governo racista de Pretória reforça as medidas repressivas no país, proibindo a divulgação de reportagens sonoras e filmadas dos acontecimentos ocorridos nos distritos sob estado de sítio. ■ Mais de cem mil pessoas participam em Londres numa manifestação anti-*apartheid*, a maior já realizada na capital inglesa. ■ A CIA e Caspar Weinberger estão a pressionar para que os Estados Unidos aprovem uma ajuda de 300 milhões de dólares aos terroristas da UNITA antes da cimeira Gorbatchov-Reagan.

3 Domingo

O Partido Renovador Democrático (PRD) decide retirar as suas candidaturas à Câmara e Assembleia municipais de Lisboa. ■ O Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) exige o aumento imediato das pensões. Este movimento reclama também que o Estado assuma a responsabilidade de todos os encargos que lhe competem. ■ Diamantino Dias, membro do Comité Central do PCP afirma em Alter do Chão, Portalegre, que «não temos dúvidas de que o próximo governo não irá resolver os problemas do País e dos trabalhado-

res». ■ A empresa corticeira Mundet aguarda a sua viabilização há já oito anos, numa altura em que os seus trabalhadores lutam pelo pagamento dos salários em atraso e em defesa dos seus postos de trabalho. ■ Segundo uma nota da Câmara Municipal da Amadora, a Junta Autónoma das Estradas tem-se atrasado na reparação dos acessos ao cemitério da Amadora, cuja responsabilidade assumiu. ■ A polícia sul-africana dispara contra manifestantes na cidade do Soweto, causando pelo menos sessenta feridos, segundo números oficiais. ■ Eleições na Argentina. ■ O secretário de Estado norte-americano, George Shultz está em Moscovo. ■ Atentados no Chile causam cinco mortos.

4 Segunda-feira

Nos últimos anos, a emigração clandestina atingiu valores percentuais superiores aos verificados na década de sessenta. ■ A nova Assembleia da República reúne-se pela primeira vez em São Bento. O PCP apresenta dez iniciativas parlamentares e «Os Verdes» uma. ■ As indemnizações concedidas às indústrias conserveiras pela CEE prejudicam a indústria portuguesa. ■ Reformados da CP exigem a actualização das suas pensões.



Chuvvas=estrágos

■ As primeiras chuvas causam já estragos, apesar de não terem sido muito intensas. ■ Para Vítor Alves, é normal a retirada do PRD em Lisboa. ■ Segundo a EPAL, o abastecimento de água a Lisboa caminha para a normalização. ■ Assalto a uma agência bancária em Palmela. ■ A União Cívica Radical, do presidente Alfonsín, vence as eleições na Argentina. ■ O dirigente palestiano Yasser Arafat inicia uma visita oficial ao Egipto. ■ Ferdinando Marcos, o ditador filipino, utiliza a televisão norte-americana para anunciar a realização de eleições gerais no seu país.

5 Terça-feira

Ângelo Veloso, candidato do PCP à Presidência da República, afirma em conferência de imprensa que o «carácter imperioso da vitória democrática nas eleições presidenciais acabará por se sobrepor a quaisquer outras considerações e por unir e empenhar todos os democratas e patriotas». ■ Um inquérito do Instituto Ricardo Jorge revela que o distrito de Setúbal é aquele onde existe maior carência no consumo de bens alimentares. ■ Trabalhadores das Cooperativas da Volta do Vale, no Couço, denunciam tentativas do ministro da Agricultura para destruir as suas unidades de produção. ■ O dirigente soviético Mikhail Gorbatchev recebe durante quatro horas o secretário de Estado norte-americano George Shultz. ■ O rei Hussein afirma que «é imperativo» convocar uma conferência internacional sobre a situação no Médio Oriente. ■ A Líbia solicita às Nações Unidas «medidas adequadas» no sentido de pôr cobro «às manobras hostis dos Estados Unidos» contra o seu país.

Avante!

Proletários de todos os países - UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
- 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcárcova de Baixo, 13 - 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 84 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
- 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
- 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heika
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Setembro: 34 668

Ângelo Veloso na apresentação da candidatura do PCP



«Anima-nos a convicção de que os democratas portugueses estão em condições de assegurar a vitória de um candidato da democracia»

Sob o lema «Unir os democratas para a vitória da democracia», o camarada Ângelo Veloso apresentou publicamente, aos órgãos da comunicação social, em conferência de imprensa realizada anteontem à tarde no Centro de Trabalho Vitória, a sua candidatura à Presidência da República. Perante os jornalistas que encheram o salão, Ângelo Veloso leu uma declaração — que publicamos na íntegra na pág. 3 deste caderno —, na qual o candidato do Partido Comunista Português expôs as ideias do PCP acerca do papel do Presidente da República no contexto das instituições democráticas e na vida política portuguesa, falou sobre as linhas fundamentais que devem nortear a acção do futuro PR e explicou as razões da sua candidatura.

O candidato do PCP salientou o papel do Presidente da República no cumprimento da Constituição e na sua acção no contexto dos órgãos de soberania — mantendo o equilíbrio das competências, impedindo usurpações de poderes, arbitrando conflitos, assegurando e promovendo a estabilidade do sistema.

Ângelo Veloso definiu depois o que entendem os comunistas serem as linhas fundamentais que devem nortear a acção do Presi-

dente da República, nomeadamente na defesa da Constituição e no seu cumprimento, na garantia do regular funcionamento das instituições, na garantia da legalidade democrática, da soberania, da independência e da segurança nacionais.

Chamando a atenção para a especialmente grave crise económica, financeira, social e moral que o país atravessa, o candidato do PCP realçou o papel de excepcional importância que cabe o Presidente da República na contribuição activa — no quadro da sua competência — para a realização de uma política nacional correspondente às aspirações populares, aos interesses do país e à salvaguarda da soberania, unidade e independência nacionais.

Finalmente, recordando os resultados de 6 de Outubro e a importante modificação da situação política que traduziram, Ângelo Veloso sublinhou que tais alterações não são bastantes para afastar os perigos que continuam a pesar sobre a democracia portuguesa. «A vitória de um candidato da democracia nas eleições presidenciais», afirmou, «será um factor de primordial importância para assegurar o prosseguimento dessa evolução positiva da situação política nacional».

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS
CANDIDATURA DE
ÂNGELO VELOSO
UNIR OS DEMOCRATAS
PARA A VITÓRIA DA DEMOCRACIA



No período de perguntas e respostas, o candidato comunista explicaria a necessidade imperativa de um consenso entre

todas as forças democráticas e patrióticas em torno de um candidato democrata que assegure uma vitória da democracia, de-

clarando-se convicto de que «essa ideia da imperiosidade da vitória das forças democráticas acabará por se impor a todos»,

visando a candidatura do PCP contribuir para que esse consenso seja alcançado. — Págs. 3 e 4.

ARCO ÍRIS
Wanda Wassilewska

Quando a Alemanha atacou a Rússia, Wanda acompanhou de perto os exércitos russos como correspondente de guerra. Do que viu e sentiu nasceu **Arco-Íris**, um lancinante grito de humanidade no meio da hecatombe.

COLEÇÃO
«RESISTÊNCIA»

edições
Avante!



Tecnologias

No Seminário «Jornalismo no Ano 2000» promovido pelo «Diário de Notícias», o director demissionário daquele matutino estatizado fez uma declaração a que não há que negar bom-senso: **a introdução de novas tecnologias — cita o DN — «não trará, por si mesma, a abolição de censuras ou o advento de novas eras de liberdade».** Ao que acrescenta Mário Mesquita que «**tão-pouco seria lícito voltarmos costas à problemática das novas tecnologias que necessariamente nos afecta**».

Nem por parecerem banais constatações de facto tais afirmações deixam de ter alguma oportunidade face à gigantesca barulheira que de há algum tempo para cá se desencadeou em Portugal sobre o tema. Sem dúvida que deste infrene badalar das maravilhas electrónicas que o progresso importado do Japão ou dos EUA nos traria têm prosaicas justificações de *marketing*, que em torno dele esvoaçam as necessidades de vultosos e quase sempre pouco lípidos negócios. Sem dúvida que assistimos ao conveniente embrulho de uma crescente dependência tecnológica em sectores-chave da economia e do próprio funcionamento do País (e o caso da rede de comunicações é obviamente dos mais agudos) face ao imperialismo exportador.

Mas obviamente que estamos igualmente face a uma nem sequer muita nova operação ideológica e política. Incapaz de proporcionar ao País um programa e uma prática de acordo com as necessidades e as realidades nacionais, a direita portuguesa afunda-se num emaranhado de argumentações e propagandas sobre o futuro tecnológico pretendendo prometer com máquinas aquilo de que os seus homens manifestamente são incapazes.

Lançando o País à beira da catástrofe económica e social por interesses de classe e dependências vendidas, além de muita incompetência e mediocridade, a direita portuguesa transformou-se numa agremiação de bufarinheiros bem semelhantes a um feiticeiro charlatão que fala do mistério e do indizível para fazer esquecer a realidade e o concreto conhecidas e sofridas pelos seus ouvintes.

É atrozmente ridículo ver e ouvir duas dúzias de peralvilhos engravatados discreatearem sobre computadores e futuro século XX para, mediocrementemente, se reunirem em casórios de Tétés e marquesas de Bensafirim, baptizados na quinta dos condes de A dos Loucos recuperados de um caricato quotidiano sepultado há séculos e recuperado pela sua mediocridade mental e marginalidade social.

Mas, a verdade mais comezinha, entra-nos todos os dias pela casa dentro para provar que Mário Mesquita não só tem razão no seu assomo limitador do berreiro tecnológico, como é mesmo possível acrescentar que o recurso imoral e manipulador à comunicação tecnologicamente sofisticada não só não assegura fatalmente maior liberdade, como pode até tornar-se um perigoso instrumento na mão dos seus algozes.

Isto é também uma evidência, um lugar-comum se se quiser, mas que urge não esquecer quando quotidianamente nos entra pela casa dentro a muito tecnológica televisão do PS, do PSD e do CDS.

Já estamos todos demasiado adultos para acreditar em coincidências. O que ocorreu com o telejornal de terça-feira é uma cólica, um vômito transmitido em diodos e transistores a que tão tecnológicos meios não retiram um milímetro de indignidade, servilismo, nauseabundo reacconarismo.

Nas vésperas de conversações de Paz que o mundo encara com uma esperança motivada pelos seus anseios e contrariada pela obsessão agressiva da administração Reagan, a RTP assume-se como pura assinante de tudo quanto constitui campanha de agressão ideológica, de mentira, de provocação de um imperialismo que considera perspectivas de Paz como uma derrota da sua política de guerra.

O telejornal de terça-feira não esqueceu dissidentes e espíões, afegãos e afegãos, insultos e insinuações, recorreu aplicadamente a todo o obsoleto arsenal de guerra-fria, de obscurantismo, mentira e estupidez.

Existem nos estúdios do Lumiar máquinas que cristalizam muito do génio criador do Homem, da sua vontade de futuro, de progresso, de conhecimento. Existem botões, LEDs, faders, lentes, bandas magnéticas, memórias, correntes digitais, antenas, geradores. Nem uma só dessas criações do Homem é colocada ao serviço do Homem que as criou.

O problema continua a ser o que com elas se faz, o que com elas se pretende fazer, ao serviço de quê e de quem elas são colocadas.

As tecnologias — todas — são — ninguém duvida, vitais. Mas o Homem — é mais importante...

■ R.C.

Saudação ao PCUS

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética a seguinte saudação:

Queridos Camaradas

Por ocasião da passagem do 68.º Aniversário da gloriosa Revolução Socialista de Outubro, acontecimento que, inaugurando uma nova época na história da Humanidade, encerra lições e ensinamentos de extraordinário valor e actualidade para a acção dos comunistas e de todos os revolucionários, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o Comité Central do Partido Comunista da União Soviética e, por seu intermédio todos os comunistas e o povo trabalhador soviético. Avançando por caminhos nunca dantes desbravados, derrotando as tentativas do imperialismo para destruir os frutos do seu trabalho pacífico e criador, o povo soviético, sob a direcção da PCUS, edificou a sociedade mais avançada e progressista dos nossos dias. De todo o coração vos desejamos, queridos camaradas, novos e grandes sucessos.

O povo soviético, e com ele a classe operária internacional e todas as forças da paz e do progresso social, têm fundadas razões para celebrar com alegria e confiança mais este aniversário da data histórica de 7 de Novembro, não obstante os perigos que pesam sobre a paz e a segurança internacional.

Ao longo destes 68 anos pro-

duziram-se no mundo profundas transformações revolucionárias, de que a criação e fortalecimento do campo socialista constitui a mais importante e decisiva. Modificou-se radicalmente a correlação de forças entre, o imperialismo e a reacção internacional de um lado e, do outro, o campo dos países socialistas, o movimento de libertação nacional. Tais transformações e a sua defesa custaram grandes esforços e extraordinários sacrifícios. Por toda a parte o imperialismo opôs e opõe uma resistência tenaz ao avanço dos povos pelo caminho da independência nacional, da democracia, do progresso social e do socialismo. Porém é hoje mais claro do que nunca que, tri-lhando os caminhos mais diversos, os trabalhadores e os povos de todo o mundo avançam no sentido da sua completa libertação nacional e social, no sentido da abolição definitiva da exploração do homem pelo homem, no sentido do socialismo e do comunismo.

Procurando por todos os meios opor-se ao avanço do processo revolucionário, o imperialismo, e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano e os círculos mais reacconários da NATO praticam uma política militarista e agressiva que, se por um lado reflecte o aprofunda-

mento da crise do capitalismo e o enfraquecimento das suas posições no plano mundial, por outro encerra perigos gravíssimos para a paz, a liberdade e a independência dos povos. A luta para prevenir a catástrofe nuclear, para parar a corrida aos armamentos na terra e impedir a sua extensão ao espaço tornou-se assim tarefa comum e urgente dos trabalhadores e povos de todo o mundo. Nesta luta a União Soviética e o campo socialista desempenham incontestavelmente um papel fundamental, como uma vez mais o demonstram as suas recentes propostas de paz e iniciativas de desarmamento, que altamente valorizamos.

Defendendo energicamente os interesses da classe operária e de outras classes e camadas antimonopolistas, a democracia e a independência nacional, os comunistas portugueses, no quadro de um poderoso movimento operário e popular, prosseguem a luta em defesa das conquistas da Revolução do 25 de Abril e do regime democrático que a consagra. Não obstante a ofensiva contra-revolucionária desencadeada há quase 10 anos contra a revolução portuguesa esta continua bem viva nas realizações, no coração, na vontade e na luta do nosso povo. As eleições legislativas realizadas no passado mês de Outubro não só constituem uma vigorosa condenação da política anti-popular

e anti-nacional seguida por sucessivos governos de direita como exprime uma firme vontade de mudança num sentido democrático e patriótico.

Queridos Camaradas

Os êxitos e realizações da URSS e a sua activa política de paz e de solidariedade internacionalista exercem uma grande influência no desenvolvimento da luta da classe operária internacional e de todas as forças progressistas e amantes da paz. Desejamo-vos pleno êxito na realização das importantes tarefas em que neste momento vos empenhais visando aproveitar mais plena e eficientemente as possibilidades e vantagens do sistema socialista, acelerar o desenvolvimento socio-económico do país, avançar na edificação da sociedade socialista desenvolvida, defender a paz.

Estamos certos, queridos camaradas, que as tradicionais relações de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre os nossos dois partidos continuarão a fortalecer-se, no interesse dos nossos dois povos e países, da unidade do movimento comunista internacional, da causa do socialismo e da paz.

Viva o 68.º Aniversário da Revolução Socialista de Outubro!
Viva o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário!
Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da União Soviética!

Revolução de Outubro comemorada em Portugal

Na passada quinta-feira realizou-se em Lisboa uma sessão solene comemorativa do 68.º aniversário da Revolução de Outubro. Na sessão, que decorreu no coliseu dos Recreios, usaram da palavra o embaixador da União Soviética em Portugal, o vice-presidente do Conselho de Ministros da República Socialista da Ucrânia e o presidente da Associação de Amizade Portugal-URSS, embaixador Mário Neves.

Durante a sessão, que foi presidida por Luis Francisco Rebelo, o embaixador soviético, Valentin Vdovine, ao lembrar a próxima realização do 27.º Congresso do PCUS, salientou que este deverá traçar um plano concreto de acção para o aperfeiçoamento da sociedade soviética até ao ano 2000. A propósito, salientou que «as perspectivas que se abrem são amplas. Basta só dizer que, nos próximos quinze anos, só na

indústria será preciso fazer tanto quanto fizemos em quase sete décadas de poder soviético».

Ainda no uso da palavra, sublinhou que a parte soviética prepara o encontro do Mikhail Gorbachov com Ronald Reagan em Genebra «com uma enorme responsabilidade pelos destinos da paz no nosso planeta, tendo em vista chegar a um entendimento sobre a não-militarização do cosmos e sobre a redução radical dos arma-

mentos estratégicos nucleares na terra».

A sessão solene comemorativa da Revolução de Outubro integrou-se no âmbito dos Dias da URSS em Portugal que decorrem até dia dez e que este ano são dedicados à República Socialista Soviética da Ucrânia.

Assim, a seguir à sessão solene realizou-se um espectáculo em que intervieram diversos artistas profissionais e amadores ucranianos.

Livro soviético

Está patente ao público até ao próximo dia 13 uma mostra do livro infantil e juvenil soviético subordinado ao tema «os livros e o progresso servem a paz».

A exposição, organizada pela

Associação de Amizade Portugal-URSS, está patente ao público no Centro de Arte Infantil da Fundação Calouste Gulbenkian.

Todos os interessados poderão ter uma melhor visão do valor pe-

dagógico que os livros infantis e juvenis podem adquirir se visitarem este centro de exposições das 10 às 13 e das 14 e 30 às 17 e 30 de terça a sexta, das 14 e 30 às 17 e 30 de sábados e das 10 e

30 às 12 e 30 de domingos.

A exposição foi ontem inaugurada com a presença do vice-presidente do Comité Estatal do Livro da União Soviética, A.N. Nbenzic.

revista
dos partidos comunistas
e operários

um mundo
de informação

revista
problemas
da paz
e do
socialismo
internacional

PCP

Declaração de Ângelo Veloso candidato à Presidência da República

1. O papel do Presidente da República no quadro constitucional português (*)

Ao apresentar a minha candidatura considero oportuno dizer algumas palavras acerca do papel do Presidente da República no contexto das instituições democráticas e na vida política portuguesa.

No nosso sistema constitucional não compete ao Presidente da República o exercício do Governo. Mas a Constituição, mesmo depois da revisão de 1982, confere-lhe vastos poderes e competências como ficou claramente atestado na experiência recente da vida nacional.

Definido como representante da República Portuguesa a quem cabe garantir a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas, Comandante Supremo das Forças Armadas por inerência e obrigado por juramento a defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição, o Presidente da República é, no contexto dos órgãos de soberania, aquele a quem compete por excelência manter o equilíbrio das competências, impedir usurpações de poderes, arbitrar conflitos, assegurar e promover a estabilidade do sistema.

De entre as acções do futuro Presidente da República no campo institucional salienta-se, por isso mesmo, o combate à tendência revelada nos últimos anos, especialmente por sucessivas coligações, para a governamentalização do Estado. Isto implica uma firme atitude que contribua para defender o livre e pleno exercício das competências próprias de cada órgão de soberania. De mesma forma, cabe ao Presidente da República, no quadro rigoroso dos seus poderes e competências, contribuir para que as áreas de acção dos diferentes órgãos e instituições sejam preservadas contra quaisquer tentativas de invasão governamentalizadora, assim como tentativas de sobreposição da Assembleia da República aos restantes órgãos de soberania. Reveste uma particular importância, a nosso ver, a acção do Presidente da República para assegurar o respeito pela interdependência e complementaridade dos órgãos de soberania e a independência e a autoridade dos Tribunais, a autonomia constitucional das Forças Armadas, a descentralização administrativa e a autonomia do Poder Local, a autonomia político-administrativa das Regiões Autónomas no quadro da unidade do Estado.

Os instrumentos da intervenção que o presente quadro constitucional confere ao Presidente da República permitem-lhe a realização destes objectivos designadamente através do activo controlo político de toda a actividade legislativa (com o exercício do direito de veto por razões de ordem política ou por inconstitucionalidade), da fiscalização eficaz de toda a actividade do Governo, do exercício pleno do direito de obtenção de informação sobre a política interna e externa do País, do exercício da faculdade de requerer ao Tribunal Constitucional a declaração de que é inconstitucional a inexistência de legislação em determinadas áreas referidas na Constituição, do uso do poder de dirigir mensagens ao País e à Assembleia da República. Tem também a maior importância a competência para a nomeação e exoneração das chefias militares e de titulares de outros altos cargos, a recusa de ratificação de tratados internacionais lesivos dos interesses do País, a adopção de iniciativas na esfera externa que contribuam para garantir a independência nacional, isto para já não falar do poder de demitir o Governo e dissolver a Assembleia da República.

O papel que o nosso sistema constitucional reserva ao Presidente da República é, assim, incompatível com qualquer forma de aprisionamento partidário deste órgão de soberania. O estatuto presidencial mostra também que são inadmissíveis quer compromissos eleitorais que condicionem ou reduzam os poderes constitucionais do Presidente e que de alguma maneira conduzam à sua governamentalização ou parlamentarização, quer proclamações e propostas conducentes à presidencialização do sistema que também não tem cabimento no nosso quadro constitucional.

2. Linhas fundamentais da acção do Presidente da República

Na coerência destes princípios, entendemos serem linhas fundamentais que devem nortear a acção do Presidente da República Portuguesa:

1.º — Defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República, o que significa nomeadamente, assumir uma firme oposição a quaisquer leis que, directa ou indirectamente,

ofendam os princípios constitucionais no referente aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, à organização económica, à organização do poder político, às Regiões Autónomas e ao Poder Local, à garantia da Constituição e da observância dos termos e limites nela fixados para a sua revisão; zelar pela conformidade com a Constituição das decisões e actuações dos órgãos de soberania e das instituições; e agir no sentido da rectificação de decisões e medidas inconstitucionais e ilegais.

2.º — Garantir o regular funcionamento das instituições e a estabilidade, da democracia política e da organização económica definidas na Constituição e preservar a unidade e estabilidade das Forças Armadas, combatendo quaisquer tentativas da sua partidização ou governamentalização.

3.º — Garantir a legalidade e a ordem democrática e assegurar os direitos e liberdades dos cidadãos como elementos básicos e invioláveis do regime democrático.

4.º — Garantir a soberania, a independência e a segurança nacionais.

O Presidente da República é chamado a desempenhar papel de alto relevo na defesa e garantia do sistema democrático e das liberdades e direitos dos cidadãos, questões que adquirem particular importância na presente conjuntura.

Daí considerarmos que, no âmbito dos seus poderes e competências, cabe ao Presidente da República opor-se a leis ou decisões regulamentadoras que limitem ou diminuam o conteúdo do exercício das liberdades e direitos, à criação de «serviços de informação» orientados para o controlo das actividades políticas e sociais, à proposta de lei de «segurança interna». Cabe-lhe actuar com vista a garantir o efectivo pluralismo, apartidarismo e isenção nos meios de Comunicação Social do Estado; garantir a democraticidade do processo eleitoral; opor-se a qualquer lei eleitoral que viole os princípios constitucionais da proporcionalidade de representação e de secretismo e pessoalidade do voto; assegurar o respeito integral pelas liberdades de associação, reunião, expressão e manifestação, de religião e de culto, de criação intelectual, de escolha de profissão e de acesso aos cargos públicos e à Função Pública; salvaguardar os direitos e liberdades dos trabalhadores, designadamente o direito à greve e à liberdade de associação sindical e negociação colectiva aos trabalhadores da Função Pública, dos estabelecimentos fabris adstritos às Forças Armadas e aos agentes da PSP.

3. Importância da acção do Presidente da República na presente situação de crise do País

Na especial circunstância da gravíssima crise económica, financeira, social e moral que o País atravessa, adquire excepcional importância que o Presidente da República contribua de forma activa, e no quadro das suas competências e poderes constitucionais, para a realização de uma política nacional correspondente às aspirações populares, aos interesses do País e à salvaguarda da soberania, unidade e independência nacionais. Por isso entendemos que, na sua esfera própria de acção, e no quadro do diálogo com as forças políticas e sociais, cabe ao Presidente da República inspirar e favorecer, designadamente:

● A realização de uma política de recuperação e desenvolvimento económico, assente na intensa mobilização e pleno aproveitamento dos recursos, riquezas e energias nacionais, no saneamento financeiro, no apoio aos diferentes sectores da economia nacional, na dinamização geral das actividades económicas e na modernização do aparelho produtivo, no relacionamento dos grandes projectos de interesse nacional, no desenvolvimento regional, na redução dos factores de dependência externa, no estímulo à participação criadora dos trabalhadores na solução dos problemas económicos, na correcção de leis e medidas que ofendem os princípios constitucionais, nomeadamente a abertura e entrega de bens dos sectores nacionalizados ao capital privado e de terras e bens da Reforma Agrária.

● A realização de uma política de melhoramento das condições de vida material e cultural da população que, enfrentando com dinamismo as situações e problemas sociais de maior premência e dramatismo, promova a contenção dos preços, o aumento dos salários, pensões e reformas; a garantia e a estabilidade do emprego; a criação de novos postos de trabalho; a correcção das injustiças fiscais; a melhoria da segurança social, dos serviços de saúde e das condições de habitação; a democratização do acesso ao ensino e a sua adequação ao desenvolvimento nacional e às aspirações juvenis de realização profissional e humana, e de democratização, florescimento e afirmação nacional da cultura.

● A realização de uma política externa de independência, paz e cooperação, norteadora pelo princípio fundamental de que sobre os interesses nacionais apenas devem decidir os portu-

gueses e pela recusa firme de ingerências ou pressões na vida interna portuguesa, e orientada para a diversificação das relações externas de Portugal (designadamente com o reforço das relações de amizade com os países africanos de língua portuguesa), e para uma intervenção activa na cena internacional em favor da paz, do desanuviamento, do desarmamento e da intensificação da cooperação internacional, no respeito pela soberania, interesses mútuos e pelo princípio da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados. Na actual situação internacional, reveste particular importância a oposição ao alargamento de facilidades militares a potências estrangeiras, em território nacional, designadamente a sua utilização para actos de hostilidade e operações de agressão, assim como à instalação, estacionamento e trânsito de armas nucleares.

4. Uma candidatura norteadora pelo carácter imperioso de uma vitória democrática

Ao apresentarmos a nossa candidatura temos por certo que a tarefa e os objectivos fundamentais que se colocam a todos os patriotas e democratas nas próximas eleições presidenciais é derrotar os candidatos de direita e eleger para Presidente da República um candidato que, na linha de estabilização democrática dos últimos mandatos, dê garantias de defender o regime democrático, assegurar o funcionamento das instituições, cumprir e fazer cumprir a legalidade democrática e defender a independência nacional.

Os resultados de 6 de Outubro traduziram-se numa importante modificação da situação política susceptível de abrir uma nova fase da democracia portuguesa, caracterizada pela sua consolidação e pela concretização de uma nova política ao serviço do Povo e do País.

Mas não são alterações bastantes para afastar os perigos que continuam a pesar sobre a democracia portuguesa. A vitória de um candidato da democracia nas eleições presidenciais será um factor de primordial importância para assegurar o prosseguimento dessa evolução positiva da situação política nacional.

Os resultados das eleições de 6 de Outubro criaram uma situação mais favorável à apresentação e à vitória de um candidato da democracia. É uma evidência que as duas candidaturas de direita (Freitas do Amaral e Mário Soares) viram diminuídas as suas possibilidades de sucesso. Mas os resultados de 6 de Outubro demonstram também que a vitória da democracia exige a confluência do apoio e dos votos de todos os patriotas e democratas num único candidato. O que, por si mesmo, impõe com urgência o acordo ou consenso verificado de todos os sectores e forças políticas e sociais do campo democrático, cuja convergência é condição da vitória.

A minha candidatura insere-se no propósito do PCP de, incansavelmente, tudo fazer para que este consenso seja alcançado.

Recusando à partida qualquer atitude seguidista, norteadora-se pelo carácter imperioso de uma vitória democrática nestas eleições presidenciais, a minha candidatura propõe-se contribuir para:

● Esclarecer o povo português dos objectivos, do significado e dos perigos da vitória eventual de qualquer candidato da direita;

● ganhar todas as forças e sectores democráticos para a imperiosa necessidade de um acordo ou consenso e da convergência final dos votos num único candidato da democracia;

● contrariar atitudes precipitadas, voluntaristas, impositivas e unilaterais que ameacem arrastar as forças democráticas para uma derrota.

Procurando intervir até ao limite das possibilidades no sentido da convergência democrática, o PCP e a minha candidatura naturalmente, terão em conta nas suas posições a evolução dos acontecimentos.

O PCP não tem até ao momento qualquer compromisso em relação a qualquer candidatura e mantém assim inteira liberdade de decisão em relação às eleições presidenciais, incluindo em caso extremo a eventual ida às urnas.

Anima-nos a convicção de que os democratas portugueses estão em condições de assegurar a vitória de um candidato da democracia.

Anima-nos a convicção de que é possível encontrar as vias do consenso alargado de todos os sectores, correntes, personalidades e forças democráticas e patrióticas em torno de um só candidato da democracia.

Anima-nos a confiança de que o carácter imperioso da vitória democrática nas eleições presidenciais acabará por se sobrepor a quaisquer outras considerações e por unir e empenhar todos os democratas e patriotas.

É esse o nosso objectivo e o nosso apelo.

Lisboa, 5 de Novembro de 1985

(*) Subtítulos da responsabilidade da Redacção

PCP

Conferência de Imprensa de Ângelo Veloso

Os objectivos da candidatura do PCP e as outras candidaturas «possíveis» e «eventuais»

A sala do Centro de Trabalho Vitória estava cheia e a curiosidade era muita, por parte dos jornalistas. Alguns deles levavam consigo as ideias já feitas; outros uma simples e verdadeira vontade de conhecer o candidato do PCP, as suas propostas, as suas respostas às perguntas suscitadas pela candidatura e pela declaração que Ângelo Veloso leu. Uma candidatura apresentada na passada terça-feira sob o lema «Unir os democratas para a vitória da democracia». Na mesa da conferência de imprensa, para além do candidato comunista Ângelo Veloso, sentavam-se os camaradas Octávio Pato, Domingos Abrantes e Jorge Araújo, da Comissão Política e do Secretariado do CC, Luísa Araújo, suplente do Secretariado do CC, e Vítor Dias, do Comité Central.

Após a leitura da declaração — que reproduzimos na íntegra na pág. 3 — o camarada Ângelo Veloso pôs-se à disposição para responder às questões dos jornalistas. Elas não se fizeram esperar. E a primeira quis saber se o PCP apoiaria a candidatura até ao fim...

Respondeu Ângelo Veloso:

— A minha candidatura é apoiada pelo PCP, é promovida pelo PCP, é apresentada pelo PCP. De facto, o objectivo fundamental da minha candidatura é conseguir a união de todas as forças democráticas e patrióticas em torno de um candidato único da democracia, em que se concentrem todos os votos das forças democráticas e patrióticas. Portanto, o objectivo fundamental da minha candidatura não é ir até ao fim, ir até às urnas. Mas não está excluído neste momento que possamos ir mesmo até às urnas — se, num caso extremo, o consenso entre as forças patrióticas e democráticas não se verificar em torno de um candidato.

As candidaturas «eventuais»

Duas perguntas surgiram logo depois. Uma sobre se, após a «desistência do coronel Costa Brás», o consenso se estava ou não a verificar; a outra sobre a «possível candidatura de Salgado Zenha» — como apreciava Ângelo Veloso o eventual aparecimento desta.

— Em relação à eventual candidatura de Salgado Zenha — começou por responder o candidato comunista —, nós não temos ainda posição tomada; não há se não algumas informações dos órgãos de comunicação social, não está formalizada essa candidatura, esperaremos por uma formalização dessa candidatura (se eventualmente se vier a formalizar) para tomarmos posição. Entretanto consideramos obviamente que Salgado Zenha é um democrata e que uma sua

candidatura se situará naturalmente no campo da democracia.

Quanto à pergunta sobre o coronel Costa Brás, disse Ângelo Veloso:

— O coronel Costa Brás manifestou a sua disponibilidade de se candidatar à Presidência da República em declaração que fez e tornou pública. E ele próprio afirma que não se verificaram a conjugação de factores necessários à formalização da sua candidatura e por isso resolveu desistir. Nós poucos comentários teremos a fazer a esta atitude. Consideramos que o futuro dirá como apreciar devidamente esta desistência.

A candidatura da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo veio à baila. Admite o PCP a hipótese de vir a apoiar esta candidatura — uma vez que já anunciou que não votará em quaisquer dos dois candidatos da direita — Soares e Freitas?

Ângelo Veloso:

— Em relação à candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo, nós temos tomado fundamentalmente duas posições: uma, é que Maria de Lurdes Pintasilgo é uma democrata, uma mulher com grandes dotes de simpatia e de popularidade, cuja candidatura ganhou um certo desenvolvimento, particularmente, na nossa opinião, por aparecer como a única candidatura no campo democrático oposta à candidatura de Mário Soares.

Outra posição que temos assumido quanto à candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo é a de que essa candidatura foi precipitada, que se apresentou como um facto consumado e avançando numa decisão unilateral. Nós não consideramos naturalmente que os candidatos à Presidência da República tenham de negociar as suas posições com os partidos políticos. Consideramos, pelo contrário, que os candidatos à Presidência da República não podem negociar com os partidos compromissos que limitem à partida as suas competências e a sua actuação futura. Mas consideramos

que um candidato democrata à Presidência da República terá que ter em conta que apoios são necessários para que a sua candidatura seja vitoriosa. E portanto que há que encontrar as formas de auscultar as forças políticas, as personalidades, as sensibilidades. De formas directas ou indirectas, das formas que entender necessárias para auscultar o conjunto das forças cuja convergência é, ao fim e ao cabo, necessária para que esse candidato tenha a vitória. Ao que sabemos, a candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo não tem obtido esse consenso, não conseguiu congrega em torno de si a convergência das forças e sectores democráticos e também podemos acrescentar: que nós sabemos, não procurou auscultar nunca as posições do PCP.

— Quer dizer que ainda não apareceu o candidato a apoiar?, foi a pergunta que se seguiu.

— Como dizemos na nossa declaração e temos dito várias vezes, nós não temos nenhum compromisso com nenhuma candidatura. E portanto consideramos que neste momento ainda não existe um candidato que reúna o consenso das forças democráticas.

Um candidato a sério?

Uma jornalista estrangeira quis saber se Ângelo Veloso era ou não era um candidato «sério». Explicou — um candidato para concorrer a sério às eleições... O candidato do PCP respondeu:

— Os objectivos da minha candidatura são dois — um, intervir na definição do papel e das funções do Presidente da República que os democratas têm que eleger e devem eleger; portanto, intervir na discussão política, ideológica, programática em torno do papel e das funções do futuro Presidente da República, que queremos e estamos convencidos que será um democrata. O segundo objectivo é contribuir, com a apresentação da minha candidatura para, primeiro o consenso, o acordo entre todas as forças democráticas; depois, para a convergência de votos no candidato, único, da democracia.

«Quanto a esse problema do candidato «sério», gostaria de dizer algumas coisas: tem-se discutido muito, ou aparece uma certa tendência que procura pôr o problema de que o candidato do Partido Comunista não é «sério», ou não é «a sério» porque o Partido Comunista não pode ele-

ger um candidato. Bem, isso é a situação de todos os partidos! Nenhum partido pode eleger um Presidente da República. E, portanto, a «séria» digamos, da minha candidatura, pode ser comparável, por exemplo, à «séria» da candidatura do dr. Mário Soares... Tem vinte por cento de votos... Portanto, seguramente, poder-se-ia dizer «o que é que o sr. está a fazer, o sr. não vai ser eleito»... Eu não quero falar da candidatura do dr. Freitas do Amaral porque isso ainda é mais pequeno, mesmo que tenha tido o apoio hesitante do PSD.

A segunda questão que se costuma colocar é se eu vou ou não vou até ao fim. Esse problema também é um problema interessante. Porque vários «sérios» candidatos que têm aparecido não foram já até ao fim... E portanto, a minha convicção é que alguns candidatos, se calhar, também não vão até ao fim.

O meu objectivo não é ir até ao fim — sublinhou Ângelo Veloso perante a insistência de outra jornalista. — É ir até ao fim se as forças democráticas não reunirem um consenso que torne vitoriosa uma candidatura democrática. Mas a seriedade e o em-

Delegação do POUP visita Portugal

A convite do Partido Comunista Português, um grupo de estudo do Partido Operário Unificado Polaco visitou Portugal de 27 de Outubro a 1 de Novembro.

A delegação do POUP, que era composta por Stanislaw Gabrielski, chefe do departamento socio-profissional do CC do POUP; Stanislaw Paterek, membro do CC e Szczepanski, da Secção Internacional do POUP, foi recebida por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e teve encontros com uma delegação do PCP composta por Carlos Costa, membro do secretariado e da Comissão Política do CC, Carlos Carvalhas, membro do CC, Alice Almeida, da Comissão para o trabalho sindical e Manuela Bernardino, da Secção Internacional.

Durante a sua estadia e com o objectivo de tomar contacto com vários aspectos da realidade socioeconómica portuguesa e o trabalho do PCP, a delegação deslocou-se aos distritos de Leiria, Santarém e Setúbal.

Nas visitas efectuadas às em-

presas Manuel Pereira Roldão (Marinha Grande), CP (Entroncamento) e Setenave (Setúbal) a delegação teve contactos com trabalhadores, suas estruturas sindicais e Comissões de Trabalhadores: em Alpiarça recebeu uma informação sobre a Reforma Agrária na região e visitou uma Unidade Colectiva de Produção.

Ainda instado sobre a questão do consenso, o camarada Ângelo Veloso teve a oportunidade de sublinhar que o problema do consenso não é o do acordo do

penho da minha candidatura resulta da evolução dos acontecimentos. Mas a sua importância resulta da importância do objectivo que nos propomos atingir.

A delegação foi recebida nas Câmaras Municipais de Alpiarça e Marinha Grande onde visitou obras já realizadas e outras em construção, tendo ficado com

uma panorâmica do trabalho da APU no domínio do Poder Local. A delegação teve contactos com organizações do Partido, nomeadamente com a DORLeiria e a Comissão Concelhia de Alpiarça, tendo em Setúbal recebido uma informação da DORS sobre o trabalho do Partido no respectivo distrito.

A visita desta delegação insere-se no quadro das fraternais relações de cooperação, amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o POUP.

Tentativa de retaliação contra a APU

Na passada sexta-feira, a SIP do PCP divulgou a seguinte nota:

A confirmar-se a reclamação contra as listas da APU em Loures ou em qualquer outra comarca — de que o PCP só tem conhecimento através da notícia hoje publicada por um semanário — tratar-se-ia de uma tentativa de retaliação contra a APU e de um acto de hostilidade à magistratura portuguesa inspirado pelo facto de o Tribunal Constitucional ter rejeitado as coligações que envolviam o PS, o PSD, o CDS e o PPM.

Ficaria demonstrado por outro lado o desespero desses partidos que, apesar de terem apresentado listas anti-APU em 41 dos 55 municípios de maioria APU, temem de tal maneira a derrota que ambicionariam agora conseguir que a APU nem sequer concorresse.

Em tal hipótese de reclamação, será demonstrada a regularidade dos processos eleitorais que a APU apresentou e não foi contestada por nenhum dos 221 juizes que os apreciaram.

Com efeito, a Aliança Povo Unido encontra-se registada como coligação permanente desde 1978 no Supremo Tribunal de Justiça, tendo entre os seus fins o de apresentar listas às eleições que se vierem a realizar. Nessa base tem concorrido, desde que a competência nesta matéria passou para o Tribunal Constitucional, a múltiplas eleições autárquicas, às eleições regionais dos Açores e da Madeira e às eleições para a Assembleia da República, nos mesmos termos em que agora o faz, sem que um só entre as centenas de juizes que apreciaram o processo ou o PS e o PSD tivessem contestado a sua regularidade, em particular a validade das certidões sucessivamente passadas pelo Tribunal Constitucional.

**Reforçar o Poder Local
melhorar a vida
das populações**

Documentos e intervenções
Conferência Nacional
do PCP



Assembleia da República

Logo no primeiro dia PCP apresenta dez iniciativas legislativas

A Assembleia da República iniciou formalmente, na passada segunda-feira, de manhã, a IV Legislatura. Presidiu aos trabalhos, como já é tradição, a Mesa da anterior Assembleia.

Após a chamada nominal dos deputados eleitos foi constituída uma Comissão para proceder à verificação de poderes dos deputados eleitos, pelo que a reunião plenária foi suspensa para que a recém-criada Comissão pudesse reunir.

Os trabalhos prosseguiram à tarde com a leitura e aprovação do relatório da Comissão de Verificação de Poderes, tendo sido estabelecida e aprovada, também, a ordem do dia para a próxima sessão plenária, a realizar amanhã, e durante a qual serão eleitos o Presidente da Assembleia da República, Vice-Presidentes e restantes elementos da Mesa.

Entretanto, no próprio dia do início da IV Legislatura, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Mesa da Assembleia da República dez iniciativas legislativas que visam acudir às situações sociais de maior gravidade, pôr termo a flagrantes ilegalidades (como as que se verificam na zona da Reforma Agrária, nas empresas públicas de comunicação social e na concessão de subsídios e isenções), garantir o apoio urgente ao Poder Local e contribuir para a dignificação do exercício do mandato dos deputados, membros do Governo e outros titulares de cargos políticos, conforme assinala o comunicado emitido pelo Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP.

Deste modo são os seguintes os Projectos de Lei apresentados pelo PCP:

— Aprova medidas urgentes para combater e eliminar a calamidade dos salários em atraso.

— De revogação da Lei das Renditas e de alterações urgentes ao regime de arrendamento, com vista à garantia do direito à habitação.

— Garante aos reformados, pensionistas e idosos, o aumento imediato e significativo do valor mínimo das reformas e pensões.

— Sobre o regime de finanças locais e delimitação e coordenação das actuações da Administração Central e Municipal relativamente aos respectivos investimentos.

— De enquadramento da concessão de subsídios, subvenções e outros benefícios financeiros.

— Sobre a extracção e comercialização da cortiça em prédios rústicos sujeitos a medidas da Reforma Agrária.

— Estabelece garantias de independência dos órgãos de comunicação social do sector público.

— Aumenta o valor dos subsídios para aquisição de livros e material escolar, alimentação e alojamento de estudantes nos ensinos preparatório e secundário e alarga o número de beneficiários.

— Consagra um subsídio de desemprego a jovens candidatos ao 1.º Emprego.

— De revogação dos aumentos e reformas para membros do Governo e Deputados.

Paralelamente a estas iniciativas o Grupo Parlamentar do PCP vai requerer ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade dos Acordos de Defesa com os EUA, designadamente o chamado Acordo Técnico (que concede aos EUA colossais facilidades de utilização militar do território nacional), bem como o Acordo Laboral (que contém múltiplas restrições inconstitucionais dos direitos

dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes) e os chamados Acordos por Troca de Notas, através dos quais o Governo assumiu abusivamente compromissos militares sobre os quais cabe à Assembleia da República pronunciar-se, em especial a inconstitucional autorização para instalação em Almodôvar de uma estação de rastreio do espaço exterior (no quadro dos planos da «Guerra das Estrelas», da administração norte-americana).

«Verdes» contra «apartheid»

A iniciativa do primeiro texto a ser apresentado na Mesa da AR coube à deputada do Partido «Os Verdes». No texto do projecto de resolução pede-se que a AR se pronuncie pelo corte imediato de relações diplomáticas entre a República Portuguesa e a África do Sul e a adopção de sanções económicas contra o regime racista.

Secretariado do GP do PCP

O Grupo Parlamentar do PCP elegeu na passada quinta-feira o respectivo Secretariado que ficou com a seguinte composição:

Carlos Brito — Presidente do Grupo Parlamentar; Jerónimo de Sousa — Vice-Presidente do Grupo Parlamentar e António Mota, José Manuel Maia, Margarida Tengarrinha, João Amaral, Jorge Lemos e José Magalhães.

Poder Local



Perspectiva da nova sede da Junta de Freguesia de S. Facundo, na fase de acabamento e a dois meses da inauguração

No concelho de Abrantes S. Facundo tem nova sede!

A Freguesia de S. Facundo, no concelho de Abrantes, é uma das duas autarquias APU deste Concelho de maioria PS que mudou radicalmente o quotidiano das suas populações desde que, com elas, meteu mãos à obra e aos problemas. Quando lá esti-

remos há dois meses, em reportagem, ultimava-se a nova sede da Junta — uma obra que, como tantas outras, foi fruto da estreita colaboração entre a Junta e as populações, ultrapassando as dificuldades de postas pela indiferença da Câmara.

Pois foi inaugurada no passado dia 2 a nova sede de S. Facundo (e nova no sentido literal, já que, antes, não havia nada que merecesse o nome de sede de Junta de Freguesia). Estiveram presentes representantes da Secretaria de Estado da Administração Autárquica, do Governador Civil, os presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal, assim como toda a verbação.

O que mais ressaltou nesta cerimónia foi a presença popular e a manifesta aderência da população às iniciativas desta Junta APU.

A festa seguiu com a actuação da Banda Filarmónica da Sociedade Primeiro de Dezembro, de Alpiarça, e com o Rancho Folclórico da Volta do Vale — Coruche que deram assim o seu apoio solidário a esta festa, que se traduziu numa festa de todo o povo de S. Facundo.

À noite um baile coroou convenientemente o acontecimento, levando praticamente toda a gente «a Terreiro».

Acrescente-se que esta Junta APU, dando provas de um dinamismo a que não é alheio o seu presidente, Amílcar Alfaia, já cumpriu totalmente o seu programa e realizou numerosas obras «extra», nomeadamente a construção de diversos parques infantis, arranjos de estrada, etc.

Uma autarquia para o servir

A burocracia é um dos custos, e não dos mais pequenos, da sociedade dos nossos dias. A satisfação de qualquer necessidade particular que envolva ainda que de forma longínqua os interesses colectivos implica, sem apelo nem agravo, a entrada em cena de papéis a preencher, a resposta a formulários retorcidos, a deslocação de andas para bolandas.

Desde o muro do quintal que se quer fazer ao atestado de residência, da candidatura à casa de renda limitada à certidão de eleitor ou atestado de pobreza, tudo implica para o comum dos cidadãos a burocracia, garantia certa de mau humor e de dor de cabeça.

Quem não passou já pela desagradável experiência de perder umas quantas horas de trabalho (descontadas no fim do mês) para se dirigir à Câmara ou Junta de Freguesia da sua área a tratar de problemas e verificar, ao fim quase sempre de longa espera, que nada pode resolver porque lhe falta o documento A, o papel B e o carimbo X?

Se ao menos informassem as pessoas... Se fossem diferentes os horários de atendimento... São algumas das mais ligeiras expressões que se ouvem em ocasiões que tais, em que se despeja sobre o funcionário de serviço uma raiva legítima, ainda que mal dirigida.

Atentos, como em muitos outros campos, às aspirações da população, os responsáveis autárquicos da APU têm procurado minorar, na medida do possível, situações como as referidas.

Sem pôr em causa os direitos dos funcionários autárquicos, os eleitos da APU elaboraram um sistema de atendimento público que visa precisamente poupar tempo e evitar aborrecimentos. Fazem-no fora das horas normais de expediente, em vários dias da semana, num acréscimo do seu próprio horário de trabalho.

O caso do concelho do Seixal pode servir de exemplo. Todas as Juntas de Freguesia têm pelo menos dois dias por semana de atendimento nocturno, com o objectivo claro de facilitar a vida à população, permitir o diálogo entre eleitores e eleitos, prestar todo o tipo de informações e dar a ajuda necessária à resolução de problemas que só são cozequinhos para quem os não tem.

Um caso há, a Junta de Freguesia de Corroios, em que essa abertura ao diálogo se conjugou com a particularidade do respectivo presidente ser reformado, o que permite que as portas da autarquia estejam abertas à noite todos os dias. O que é bem elucidativo do empenho que os eleitos da APU colocam na sua tarefa de servir a população. Todas as possibilidades são aproveitadas, nenhuma disponibilidade é desperdiçada.

É uma outra forma de diálogo que a APU cultiva. A população colhe os frutos.

Ainda o «quadro de pessoal» de Loures Tribunal castiga mentirosos

Ora aí está! Afinal os rios de tinta que os péssimos e os seus amigalhões do PPD e do CDS, na Câmara de Loures, fizeram correr por uma certa imprensa amigalhão, acabaram por lhes borrar a pintura toda! Falamos da célebre questão do aumento do quadro do pessoal nesta autarquia, que PS e CIA quiseram transformar num caso de «ilegalidade». Vejamos onde pararam as modas, transcrevendo um comunicado da CML:

«O Tribunal Administrativo acaba de proferir sentença do processo conhecido por recurso dos «Quadros de Pessoal», aceitando a tese da Câmara Municipal de Loures, que absolveu da instância, e condenando os recorrentes (encabeçados pelo vereador Vítor Santos do PSD) ao pagamento das custas do processo.

«Este caso que agora vem ao seu término, espera-se, com a decisão judicial do Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, teve a sua origem na proposta de alargamento do quadro de pessoal do Município, apresentada pelo

presidente da Câmara, Severiano Falcão, em Janeiro de 1984 ao restante executivo camarário».

E prossegue o comunicado:

«Os vereadores dos grupos PS e AD (PSD e CDS) boicotaram a proposta e evitaram que ela fosse discutida e votada, faltando ou ausentando-se das reuniões e provocando, assim, falta de quorum, situação que se prolongou por 2 meses. Em Abril de 1984, O presidente da Câmara, a título excepcional e de acordo com a legislação em vigor, remeteu o processo de alargamento dos quadros à Assembleia Municipal, que os aprovou.

Na altura os vereadores do PS e AD não aceitaram o acto do presidente da Câmara e a deliberação da Assembleia Municipal e como tal recorreram ao Tribunal Administrativo, visando a impugnação de todo o processo, pretensão que agora viram recusada».

Por que será que a imprensa que fez um enorme barulho com este caso, ficou agora tão «silenciosa»? Será pudor?!

Poder Local**APU em grande actividade**

Trabalho autárquico é também luta eleitoral

Prossegue por todo o País a preparação da APU para as próximas eleições autárquicas, chegando-nos regularmente à Redacção notícias de diversas realizações, que aqui vamos apresentando, necessariamente condensadas.

Assim, a Aliança Povo Unido, apresentou já listas a todos os órgãos autárquicos do **Distrito de Coimbra** (a única força política que se apresenta em todos os órgãos do Distrito), num total de 3089 candidatos para as 195 Freguesias onde há eleições e para as 17 Câmaras e Assembleias Municipais.

De notar, entretanto, que integram as listas da APU no Distrito de Coimbra qualquer coisa como 1194 candidatos independentes, com 62 da área do PS e 20 da área do PSD e do CDS, o que bem mostra o carácter unitário e aberto das listas. Além disso vários destes candidatos já estiveram eleitos em órgãos autárquicos.

Como refere a nota da APU de Coimbra, «isto mostra a crescente aceitação da APU, a seriedade com que actuam os seus eleitos, a constante preocupação de defesa dos interesses das populações e do progresso das respectivas terras, levando a que pessoas provenientes dos mais variados quadrantes políticos se juntem à APU. Constitui exemplo significativo o facto de o actual presidente da Junta de Freguesia de Antuzede, eleito anteriormente pelo PS, integrar agora as listas da APU.

Após enunciar alguns dos seus objectivos eleitorais, a APU de Coimbra faz ainda notar que «somos os que mais perto estamos

das populações, conhecemos os seus problemas e as soluções para os mesmos. A seriedade, a experiência, a procura do diálogo e participação das populações pelos nossos candidatos são garante suficiente para uma gestão ao serviço do progresso e do desenvolvimento destas regiões. Os programas vão ser discutidos com

as populações e em breve serão levados a toda a parte pelos nossos candidatos e activistas, constituindo não planos de intenções ou rol de promessas, mas sim, planos autênticos de trabalho para cumprir e levar à prática com o apoio das populações interessadas.»

Braga

Realizou-se no passado dia 3 de Novembro, na Escola Prepara-

colha de sugestões para a elaboração do programa da APU para o município e «deu novo impulso às reuniões já em curso em todas as freguesias do concelho das listas APU para planificação eleitoral e para elaboração dos programas de candidatura no que respeita às eleições para a Câmara e para a Assembleia Municipal». Casais Baptista, primeiro candidato da APU à Câmara de Braga, sublinhou na sua intervenção que «o que está em causa nestas eleições é, através do reforço da



Coimbra: a APU é a única força política que concorre a todos os órgãos autárquicos do distrito.

maior votação de sempre, e este é o objectivo a que se propõem os seus candidatos e activistas».

Os cento e vinte participantes traçaram as linhas gerais da sua campanha eleitoral, que o mesmo documento perspectiva como uma grande campanha de esclarecimento democrático de massas, componente essencial na defesa e consolidação do 25 de Abril e das suas conquistas.

«Ao contrário — prossegue a proclamação — o PS, o PSD e o CDS, que durante a campanha eleitoral de 6 de Outubro toda a gente viu lançarem-se cobras e lagartos uns sobre os outros, encontraram agora a forma de renascerem em coligação, proclamando desavergonhadamente que apenas os une o objectivo de retirar a APU da condução da política autárquica local. O povo e os democratas do Concelho — inclusivamente muitos dos que já votaram naqueles partidos — não aceitarão tal ofensa aos princípios mais elementares pelos quais se rege o regime do 25 de Abril.»

A reunião da APU aprovou ainda uma moção alusiva ao 40.º aniversário da fundação da ONU e à defesa da paz.

Vila Nova de Famalicão

Finalmente a Comissão Eleitoral da APU de Vila Nova de Famalicão anuncia que «a Aliança Povo Unido, concorre com listas próprias à Câmara Municipal, à As-

sembleia Municipal e a 42 freguesias (sete das quais pela primeira vez), o que constitui um êxito assinalável nas condições em que a batalha de constituição de listas foi travada, nomeadamente quanto ao carácter unitário das mesmas. Cerca de 70% dos candidatos da APU não têm filiação partidária».

Após denunciar com algum pormenor os esforços de representantes do PS em tentar impedir a participação de vários candidatos nas listas da APU, não hesitando em utilizar os seus cargos públicos para fazer chantagem sobre as pessoas, a APU de Vila Nova de Famalicão, sublinha que «a Aliança Povo Unido apresenta à Câmara Municipal uma lista jovem e dinâmica, capaz de imprimir uma alteração profunda à política que tem sido seguida nos últimos nove anos pela gestão do PSD e agora do PS. Para a Assembleia Municipal apresenta-se igualmente um conjunto de novos elementos, alguns dos quais com excelentes provas dadas no trabalho autárquico e na defesa dos interesses do Concelho.

Ao concorrer a 42 freguesias, a APU desde já aumentou o número de eleitos, esperando mesmo alcançar pela primeira vez a vitória em algumas dessas Freguesias. Pelo empenhamento dos seus candidatos na defesa dos interesses das populações locais e pelas qualidades que a esmagadora maioria apresenta estamos certos que o eleitorado irá votar APU.»



Sesimbra: lutar para a maior votação de sempre

tória André Soares, um plenário concelhio de representantes das listas APU concorrentes aos órgãos municipais e às 61 Freguesias do Concelho de Braga, que contou com a presença de cerca de 200 candidatos e se destinou à preparação da campanha eleitoral para as Autarquias Locais. Os trabalhos do plenário foram conduzidos por uma mesa integrando o mandatário concelhio da APU, Tarquinio Vieira, alguns dos principais candidatos aos órgãos municipais e membros do executivo eleitoral.

Como refere uma nota da APU de Braga, o plenário confirmou que o crescimento do número de listas APU no Concelho (atingindo pela primeira vez a totalidade das freguesias) se associou a uma maior abertura unitária já que, no conjunto das listas de freguesia, ultrapassa os 50% a participação de candidatos independentes. Demonstrou, pelos testemunhos trazidos de representantes de numerosas listas, que, além da manutenção da maioria na freguesia de S. Paio de Merelim, a APU concorre para ganhar num número significativo de freguesias do Concelho de Braga e tem ao seu alcance a eleição de representantes no conjunto das assembleias de freguesia.»

O plenário permitiu ainda a re-

APU, uma mudança autêntica na Câmara e na sua política. Mudança para uma câmara democrática, com uma gestão colegial e transparente em vez duma câmara presidencialista, que assentou numa maioria que abriu caminho à ilegalidade e à corrupção. Mudança na política, combatendo o esbanjamento eleitoralista e ao serviço de interesses de grupo dos dinheiros e recursos do município, racionalizando na base de critérios objectivos a utilização dos imensos recursos financeiros, humanos e de equipamento de que dispõe o município, definindo uma política de prioridades orientada em primeiro lugar para a satisfação das necessidades básicas do Concelho. Com os dois milhões e duzentos mil contos do orçamento municipal, é sempre possível fazer muito, mas nós dizemos e provamos que é possível fazer mais e melhor», concluiu.

Sesimbra

Também a APU de Sesimbra, em reunião dos seus candidatos, afirma que «a Aliança Povo Unido, no Concelho de Sesimbra, tem todas as condições para, com a experiência adquirida, obter a



Braga: é possível fazer mais e melhor

Encontro da APU de Oeiras

É já depois de amanhã, sábado dia 9 de Novembro, o **Encontro Concelhio da APU de Oeiras**, que se iniciará pelas 10.00 na Liga Recreativa de Algés (R. Ernesto da Silva), estando previsto o encerramento dos trabalhos por volta das 16.00. Seguir-se-á, no mesmo local, às 16.30, uma sessão pública de apresentação de candidatos da APU (municipais e de freguesia) à população do Concelho de Oeiras.

No Encontro serão debatidos os pactos essenciais das listas autárquicas da APU, da campanha eleitoral e dos programas eleitorais, participando nos trabalhos todos os eleitos, candidatos a apoiantes da APU. Estará também presente o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Novo Centro do Partido em Alpiarça

... E do sonho se fez realidade!

Um velho sonho dos comunistas de Alpiarça tornou-se realidade no último sábado — a construção e inauguração do novo Centro de Trabalho do Partido.

A partir de agora um magnífico edifício com espaçosas salas de trabalho e de convívio estão abertas aos comunistas e trabalhadores de Alpiarça e certamente a nova sede da Comissão Concelhia local do PCP vai galvanizar a organização e ser um elemento dinâmico de trabalho dos comunistas da região.

A nova e bela Casa do Partido em Alpiarça resume um activo de trabalho e dedicação inextinguível de dezenas de camaradas em jornadas de trabalho voluntário; em ofertas de materiais, em ajuda financeira.

O dia da inauguração foi um grande dia de festa. Rostos comovidos, onde o orgulho pela obra feita se lia. Filhos de uma população laboriosa com grandes tradições de luta reflectiam a alegria e o significado profundo do acto.

Durante toda a última noite um grande número de camaradas, entre eles vários trabalhadores de cooperativas especializadas de Alpiarça, não pouparam esforços para uma aprimorada apresentação do novo Centro aos visitantes no acto da inauguração.

A manhã de domingo foi preenchida com provas desportivas para crianças, jovens e adultos que decorreram com grande ani-

mação e participação popular.

mação e participação popular.

mação e participação popular.

mação e participação popular.

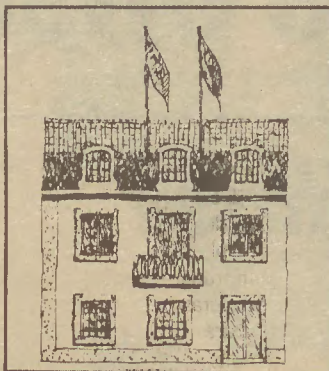
Saudação

Assinada pelo camarada Álvaro Cunhal, o Secretariado do Comité Central do Partido enviou à Comissão Concelhia de Alpiarça uma saudação calorosa no momento em que os comunistas e os antifascistas daquele concelho ribatejano inauguravam o novo Centro de Trabalho do PCP.

Estamos certos de que o novo Centro será um local de trabalho, sério, firme, dedicado, colectivo e fraternal e uma casa acolhedora para todos os que com bons sentimentos procurem o Partido — refere a saudação, lida no comício de sábado.

Noutra passagem, a nota do Secretariado do Partido observa: «Estamos certos de que o Centro de Trabalho será extremamente útil para que o nosso Partido, inabalavelmente unido e sempre com os trabalhadores e as massas populares, trave com sucesso as grandes batalhas políticas e sociais que estão por diante (designadamente as eleições autárquicas e presidenciais) na nova e mais favorável situação política criada pela derrota e afastamento do poder do governo de Mário Soares PS/PSD e pelas eleições de 6 de Outubro.

«A inauguração do Centro de Trabalho é uma afirmação poderosa de que os comunistas olham o futuro com confiança.»



os deputados do PCP/APU vão constituir uma verdadeira oposição ao governo minoritário do PSD. A ser assim, estamos certos que muitos eleitores que mudaram o seu voto da APU para o PRD não deixarão de concluir que o PCP tinha razão quando afirmava que a deslocação de votos da APU enfraqueceria em vez de fortalecer a democracia». E acrescentou o deputado comunista:

«Como é evidente, se o PRD vai deixar passar o governo de Cavaco Silva também não se pode esperar do PS que, por força da derrota que sofreu, venha a constituir qualquer oposição séria ao governo. Seja como for, o governo de Cavaco Silva é um governo minoritário, enfraquecido e por isso limitado na sua acção política.»

Depois de referir que é provável que o governo seja obrigado a dar satisfação, embora parcial, a algumas reivindicações populares que, «por força das circunstâncias já não podem ser mais adiadas» (apontou a título de exemplo o aumento das reformas e pensões, a alteração do salário mínimo nacional e uma possível diminuição das taxas de juro), o dirigente comunista chamou a atenção para a «larga dose de demagogia» que é de esperar deste governo, declarando a propósito:

«No que respeita aos salários em atraso, que na campanha eleitoral Cavaco Silva considera-



Alpiarça, no último sábado: um dia de festa e de convívio na inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP, cujo programa teve como ponto alto um comício com intervenção de Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido.

va um escândalo, agora já vai dizendo que a solução do problema depende de uma política de desenvolvimento. Como se vê, já há uma mudança de linguagem bastante significativa. O que quer dizer que muitas das suas promessas não passarão mesmo de promessas, e destas está o inferno cheio».

Não haja ilusões!

Joaquim Gomes diria mais adiante que a composição do governo liderado por Cavaco Silva, «longe de fazer prever qualquer modificação na política seguida nos últimos anos, antes confirma que nenhuma alteração de fundo se verificará. Vários ministros, quer dos que transitam do governo PS-PSD, quer dos que aparecem de novo são suficientemente conhecidos como inimigos da democracia e do 25 de Abril». Exemplificando, Joaquim Gomes lembrou que a recondução do ultra Álvaro Barreto na Agricultura «diz muito da política que este governo se dispõe a aplicar na Reforma Agrária».

O dirigente comunista chamou também a atenção para a necessidade de reforçar e dinamizar a luta de massas pela satisfação

das justas reivindicações dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, da juventude, das mulheres e de outras camadas da população. «Esperar de braços cruzados que o governo de Cavaco Silva venha a fazer uma política diferente daquela que o PPD sempre tem feito nos governos onde tem estado seria perigoso para a democracia. A política do novo governo não muda porque não muda a sua natureza de classe nem as clientelas que serve. Os trabalhadores e todas as forças laboriosas em geral não podem ter ilusões a esse respeito» — acentuou Joaquim Gomes.

Presidenciais

Algumas questões de primeiro plano relacionadas com o arranque do trabalho a desenvolver pelo Grupo Parlamentar do PCP na AR, as eleições autárquicas e as presidenciais mereceram referências na sua intervenção.

Sobre as presidenciais, diria Joaquim Gomes, aludindo à candidatura do camarada Ângelo Veloso, decidida pelo Comité Central do Partido:

«Com esta candidatura o nosso Partido fica em melhores condições para esclarecer os eleito-

res quanto aos perigos das candidaturas de direita de Freitas do Amaral e Mário Soares, e para criar condições para a derrota de uma e de outra. Com a nossa candidatura, também o Partido fica em melhores condições de contribuir, no máximo possível, para encontrar o consenso e convergência de votos dos sectores e forças democráticas de modo a garantir a vitória dum candidato da democracia.»

E acrescentou: «Com a candidatura do camarada Ângelo Veloso, o Partido quer afirmar que, para uma questão tão transcendente como é a eleição do Presidente da República, o PCP recusa completamente qualquer atitude seguidista. O que quer dizer que jamais o PCP aceita ser colocado perante factos consumados, ou na obrigação de encaminhar os seus votos para um candidato que à partida não tenha garantidos os apoios suficientes para ganhar. Derrotar os candidatos da direita e garantir a eleição dum candidato da democracia é tarefa que não se compadece com sentimentalismos ou simpatias pessoais. Sobrepor tais sentimentos às realidades é prestar um mau serviço ao regime democrático e ao País».

Campanha dos 10 mil contos

Duas iniciativas especiais no Porto

A campanha dos 10 mil contos, que decorre na organização local do Porto para pagamento dos encargos com o novo Centro de Trabalho do Partido na cidade Invicta, tem hoje e no sábado iniciativas especiais, que estão a ser aguardadas com particular entusiasmo pelos comunistas portugueses.

Assim, hoje, dia 7 de Novembro, há o grande sorteio da campanha, que irá contemplar portadores de décimos e de bilhetes inteiros.

No próximo sábado, dia 9, decorrerá o segundo jantar de confraternização, numa iniciativa de-

cidada pela comissão coordenadora central da campanha e organizada pelos camaradas do Bonfim. Uma boa refeição, um convívio animado, a entrega dos dois galardões da campanha às organizações vencedoras da primeira contagem efectuada a 15 de Outubro e um leilão com uma diversificada gama de artigos são desde já motivos de sobra para a participação neste 2.º jantar-convívio que, tal como o primeiro — este organizado pelos comunistas da Foz —, promete bons momentos de amizade e uma ajuda solidária à campanha de fundos em curso.



mação e participação popular.

Depois, no Pavilhão de Exposições da Feira de Alpiarça teve lugar um almoço de confraternização de centenas de camaradas e amigos do PCP, muitos destes também activos construtores que haviam dado à edificação do Centro uma ajuda directa e entusiástica.

O camarada Armindo Pinhão presidente da Câmara Municipal de Alpiarça e membro da Comis-

falecimento não tinham podido assistir à inauguração.

De promessas está o inferno cheio

Depois de uma apreciação aos resultados eleitorais de 6 de Outubro e às perspectivas que se abrem às forças democráticas, Joaquim Gomes sublinhou a dado passo:

«Como tudo parece indicar, só

Reformados e idosos vivem quotidiano de preocupações e miséria

Exercitemos a imaginação.

Façamos de conta, por exemplo, caro leitor, que no seu orçamento mensal poderia dispor de qualquer coisa como 140 mil escudos, o equivalente a um hipotético salário. Ora, com tal quantia, é de supor como seria diferente o quotidiano, liberto de pesadelos e depressões, dores de cabeça ou inenarráveis exercícios, daqueles que fazem esticar quase milagrosamente o magro salário até ao fim do mês.

Retomando a realidade, convindo-o agora a imaginar-se — isto para o caso de não ser reformado — não com os 140 contos (tanto como o vencimento de um secretário de Estado — que não o de um ministro) mas tão só com 6600 escudos, exactamente o valor médio com que hoje subsistem (?) perto de dois milhões de pensionistas (recorde-se que a pensão mínima é de 2920\$00) e com o qual têm de suportar todas as despesas inerentes à alimentação, renda, água, luz, vestuário, transportes e à quase inevitável farmácia.

Elaborada a reflexão, uma realidade desde logo sobressai em toda a sua dramática evidência: os valores actuais das pensões e reformas abrangendo 1 869 813 pessoas situam-se em níveis abaixo do mínimo de subsistência e estão na origem de situações desumanas e de verdadeira miséria.

Vida de miséria

Apesar de brutalmente agravada nos dois últimos anos em resultado da política ruinosa do governo PS/PSD, a situação lastimável em que se encontram os pensionistas, reformados e idosos remonta a 1977, altura em que Mário Soares decide deixar de cumprir a Lei n.º 11774, de 27 de Maio, diploma que cria a pensão mínima e fixa o seu valor a partir de 50 por cento do salário mínimo nacional.

De então para cá, por acção dos sucessivos governos de direita, tem-se assistido à constante degradação das condições de vida destas camadas — a perda de 60 por cento do poder de com-

pra nestes nove anos é elucidativa — em consequência de uma política sistematicamente orientada para a defesa dos interesses do grande patronato e do capital e de total desprezo pelas legítimas aspirações e interesses dos trabalhadores e das classes e sectores mais desfavorecidos da população.

Enumerando alguns traços desta política laboriosamente aplicada pelo governo do PS e do PSD recordemos os aumentos irrisórios das pensões os quais não acompanharam o crescimento brutal do custo de vida e fizeram diminuir ainda mais o reduzido poder de compra dos reformados.

Deste modo, enquanto a inflação atingia os 30 por cento, o governo liderado pelo então primeiro-ministro Mário Soares — Executivo do qual fez parte Leonor Beleza, a mesma senhora que segundo informações vindas a público está agora indiginitada para fazer parte do elenco governativo a chefiar por Cavaco Silva — linha a desfaçatez de aprovar aumentos que se situaram em 18 por cento para as pensões do regime geral, em 17 por cento para os rurais e em 15,3 por cento para as sociais.

Política de desastre

Mas nem só de aumentos insignificantes se teceu a política do Governo. Outras formas foram arquitetadas para reduzir de forma real as despesas do Estado com o pagamento das pensões. Retenhamos três exemplos referentes à situação em 1984: primeiro, as verbas para as pensões de invalidez apenas excederam em

O «sacrifício» deles

Ainda vivo na memória de muita gente está o protesto e a revolta que suscitaram os aumentos de salários e outros privilégios que os deputados do PS, do PSD e do CDS aprovaram na Assembleia da República (com os votos contra do PCP, MDP/CDE e «Os Verdes») em benefício de si próprios e dos seus correligionários instalados no Governo ou a ocupar outros cargos públicos.

Num momento em que se agudizava a crise económica e os governantes enchiam os discursos oficiais a pedir sacrifícios, em que os portugueses sentiam directamente os efeitos de uma política que lhes roubava o poder de compra e piorava as condições de vida, é, pois, nessa altura, que por iniciativa dos grupos parlamentares dos partidos do governo surge uma proposta indecorosa a prever aumentos que duplicavam e até triplicavam em percentagem os aumentos salariais que os trabalhadores portugueses a muito custo iam conseguindo na revisão dos seus contratos colectivos de trabalho.

E o resultado foi que o projecto foi mesmo aprovado, promulgado e aplicado, passando o Primeiro-Ministro a receber 180 contos, os ministros 160, os secretários de Estado 140 e os deputados 105 contos, sem falar nas restantes regalias de toda a espécie.

Quando nos lembramos, por outro lado, de algumas afirmações com que certos políticos e dirigentes partidários nos têm brindado nos últimos anos como aquelas de que os salários de deputado ou de ministro não davam para os charutos ou para os almoços, não se pode deixar de sentir uma profunda indignação, quanto maior se nos lembramos que para a maioria dos reformados a pensão, de tão magra, nem para a bucha ou para o «Definitivos» dá.

um milhão de contos (10 por cento) as de 1980 quando o número de pensionistas aumentou cem mil, isto é, 26 por cento; segundo, as pensões de velhice no mesmo ano de 1984 foram inferiores em 450 mil contos (menos dois por cento) relativamente às de 1980 enquanto o número de pensionistas aumentava 90 000 (9 por cento); por último, as pensões de sobrevivência excederam em 560 mil contos (mais 17 por cento) as de 1980 mas o número de pensionistas aumentou 70 000, ou seja, 33 por cento.

Ainda como traços desta política de desastre que o povo português inequivocamente condenou em 6 de Outubro último importa não esquecer a aprovação de uma lei de Bases de Segurança Social que agrava as desigualdades, (omitindo-se o papel que ao Estado incumbe no financiamento do sistema de segurança social) e a degradação dos cuidados médicos e assistenciais bem como a acentuada subida dos preços dos medicamentos.

Ao mesmo tempo, era aprovada a nova lei das rendas de casa, enquanto crescia de forma acelerada e preocupante a dívida do patronato à Segurança Social

Dividas do patronato

A propósito deste terrível aumento da dívida à Segurança Social verificado sobretudo durante a vigência do último governo importa sublinhar que ele resulta por um lado de uma política económica e financeira que arruinou milhares de empresas e, por outro, da generalizada impunidade que se instalou e que conduziu a que muitos patrões retivessem em seu proveito os descontos feitos pelos trabalhadores para a Previdência e mesmo os próprios salários.

sões de miséria aos reformados, funcionando neste caso a descul-

Para além de se reflectir obviamente nas prestações da Segurança Social pagas aos trabalhadores do activo, estas dívidas estão também na origem das pen-



pa de que a Segurança Social não tem dinheiro.

Entre as principais causas para as pensões de miséria contam-se ainda a redução das receitas que deriva do mal milhão de desempregados e os pesados encargos com prestações não contributivas (défices dos regimes especiais, pensões sociais e a «Acção Social») transferidos para o Regime Geral de que resulta serem os trabalhadores da indústria, do comércio e dos serviços que suportam o encargo com prestações de âmbito universal que em qualquer país dependem da solidariedade nacional, logo do Estado.

No que diz respeito às dívidas do patronato à Segurança Social importa ainda sublinhar a extrema gravidade de tal situação, pondo em risco de ruptura financeira o Regime Geral de Protecção Social dos trabalhadores.

Totalizando 50 milhões de contos em 1982 o montante das dívidas das contribuições elevou-se dois anos depois (1984) a cem milhões, sendo de prever que atingirá no final do corrente ano — a manter-se o ritmo inicial — os 125 milhões de contos.



A Segurança Social e as dificuldades de tesouraria

● MURPI repudia manobras e exige que o Estado cumpra as suas responsabilidades

A existência de dificuldades financeiras da Segurança Social foi objecto de uma nota da Comissão Permanente do MURPI na qual se repudia qualquer tentativa de redução dos montantes das pensões e se afirma que tais manobras visam exclusivamente encobrir fins inconfessáveis que se prendem com os interesses do patronato e com os seguros comerciais.

Na opinião do MURPI tais dificuldades de tesouraria resultam da abusiva utilização das receitas do Regime Geral para a cobertura de encargos da responsabilidade do Estado correspondentes a «prestações não contributivas, a défices de regimes especiais, à «acção social» nacional e a despesas administrativas de serviços e instituições de âmbito estatal».

Para esta degradação financeira muito contribui ainda, se-

gundo o MURPI, a redução das receitas normais em resultado da política seguida nos últimos anos, as dívidas das entidades patronais à Previdência (já ultrapassando os cem milhões de contos), e ainda a redução do montante de contribuições que deriva do elevado número de desempregados e da existência de salários em atraso.

Depois de criticar asperamente o comportamento dos governantes os quais se têm limitado «no final do ano a calcular o miserável aumento das pensões para o próximo ano de acordo com as sobras da "ordenha da vaca leiteira" do Estado», o comunicado do MURPI cita o exemplo de 1984, ano em que a transferência de verbas do orçamento do Estado para a Segurança Social cobriu 45,5 por cento dos encargos das prestações não contributivas e da «acção social»

pelo que o Regime Geral teve de suportar mais de 37 milhões de contos, que representam 42,5 por cento das despesas totais com pensões pagas no ano. Exigindo o seu aumento imediato de modo a que as pensões mínimas dos Regime Geral, Rural e Social correspondam a 60 por cento do respectivo salário mínimo nacional, o MURPI considera ainda ser absolutamente indispensável que o Estado «assuma a responsabilidade do financiamento de todos os encargos de âmbito estatal».



Encontro sobre idosos em Vila Franca

Sob os auspícios da Comissão Municipal de Apoio aos Idosos realizou-se no passado sábado o primeiro Encontro Concelho sobre os Problemas dos Idosos do concelho de Vila Franca de Xira. No encontro, que decorreu de forma participada e com bastante animação, estiveram presentes mais de 400 idosos.

Os participantes no encontro, que decorreu na Sociedade Euterpe Alhandrense, em Alhandra, discutiram a situação social dos reformados, a acção da Comissão Municipal de Apoio aos Idosos e o dia-a-dia deste estrato da população.

Neste contexto foi apresentado pela Comissão organizadora do encontro um «quadro da vida» dos idosos do concelho, que representa mais de 11 por cento do total da população, pugnando pelo desmascaramento das si-

tuações de carência na habitação, saúde, relações familiares, recreio e cultura, sublinhando a sua luta pelo reconhecimento dos direitos inerentes à pessoa humana, «principalmente para quem já deu o seu contributo de trabalho para a sociedade» e contrapondo esta atitude «à caridade ou comisseração para com os idosos».

No entanto, os participantes no encontro sublinharam que «no concelho de Vila Franca de Xira predominam os centros de dia e os centros de convívio. Os primeiros têm a sua origem nas antigas Misericórdias ou outras associações e os segundos têm características mais populares, surgindo da organização da própria população interessada, constituindo estrutura aberta à comunidade».

Os idosos confirmaram o efectivo apoio que lhes foi dado pelas autarquias do concelho, nomea-

damente no que se refere a subsídios anuais a todas as suas organizações, subsídios eventuais para organizações em fase de arranque e o apoio a iniciativas socioculturais e recreativas.

A Comissão Municipal de Apoio aos Idosos, coordenada pelo Departamento de Cultura e Acção Social, é constituída pelas autarquias do concelho, pelo Núcleo Territorial do Centro Regional de Segurança Social, Movimento Democrático de Mulheres, Caritas Paroquial, Misericórdia de Alhandra, Comissão de Reformados de Alhandra, Casa de São Pedro de Alverca, Misericórdia de Vila Franca, Comissão de Reformados de Vialonga, Comissão de Reformados de São João dos Montes, Associação Promotora de Apoio à Terceira Idade de Castanheira, Hospital Distrital e, finalmente, Misericórdia de Alverca.



Urge aumentar as pensões!

A fixação do valor mínimo de pensão em pelo menos 60 por cento do salário mínimo nacional dos trabalhadores da indústria e serviços, dos rurais e dos serviços domésticos, respectivamente aplicáveis ao Regime Geral, Rural e Pensão Social, constitui uma das reivindicações centrais do Movimento de Reformados Pensionistas e Idosos (MURPI), constante de um caderno reivindicativo aprovado na sua 3.ª Conferência Nacional.

Defensor intransigente dos interesses dos reformados, o MURPI continua a desenvolver prioritariamente a sua acção no sentido de ver satisfeitas as seguintes reivindicações:

— Aumento semestral das pensões em re-

lação ao aumento do custo de vida;

— Contenção do aumento do custo de vida e criação de um «cabaz de compras»;

— Medicamentos gratuitos para os beneficiários de pensões de reforma iguais ou inferiores aos respectivos salários mínimos;

— Não aplicação do IVA nos medicamentos;

— Congelamento das rendas de casa e revogação da respectiva lei;

— Descontos de 50 por cento nos transportes públicos sem quaisquer restrições na sua utilização;

— Classificação do MURPI como parceiro social.

Trabalhadores

Conferência sindical

Sessões até sábado em vários pontos do País

Iniciada na passada segunda-feira prossegue hoje em Aveiro e em Riba de Ave a II Conferência de Organização Sindical promovida pela CGTP-IN. Integrada na preparação do V Congresso previsto para meados do próximo ano, a Conferência realiza-se de forma descentralizada e abrange todas as regiões do Continente. Nas sessões já efectuadas têm participado centenas de delegados, activistas e dirigentes sindicais, incluindo os dirigentes nacionais da Central. Até ao próximo sábado, data do encerramento, decorrerão ainda sessões em Bragança, Castelo Branco/Guarda, Porto, Faro, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Para hoje, dia 7, além das de Aveiro e Braga (Riba de Ave) estão marcadas sessões em Lisboa (Pavilhão do Sacavenense) e Coimbra (Anfiteatro) da Faculdade de Letras. Segundo previsão anunciada pela CGTP, participarão nesta iniciativa cerca de 2500 dirigentes e activistas sindicais.

Já aqui anunciados várias vezes, os objectivos centrais da Conferência são a consolidação e reforço da CGTP-IN, a dinami-

zação de toda a actividade sindical e a revitalização da acção dos sindicatos fundamentalmente no local de trabalho.

Neste último ponto, o documento-base da II Conferência destaca que é necessário «**reforçar o carácter de massas do movimento sindical unitário; reforçar a participação dos trabalhadores na vida sindical; fazer crescer o debate e a participação: reforçar a capacidade de intervenção das organizações sindicais.**»

Fortalecer a unidade

O objectivo de consolidar e reforçar a CGTP-IN inclui naturalmente o fortalecimento da unidade do movimento sindical e o combate ao divisionismo, «designadamente em sectores ou ca-

madras mais vulneráveis à sua influência».

Atenta ao contexto em que decorre a Conferência, a Inter assinala que a iniciativa «implica uma redobrada interligação das tarefas de organização com a luta e com o desenvolvimento da acção sindical em todas as áreas de intervenção, porque são inúmeros os problemas que necessitam de resposta urgente».

Quanto à organização, a CGTP refere que se trata de «uma tarefa constante, dinâmica e dinamizadora, obrigatória e exaltante que a todos compete».

Mas a II Conferência «tem de responder às questões novas resultantes do normal caminhar da vida e, em particular, da grave crise social a que o País foi conduzido por uma política ostensivamente voltada contra os trabalhadores e as suas organizações», assinala ainda a CGTP-IN.

Assim, a Central, com esta II Conferência de Organização, que deve funcionar como preparação para o V Congresso, pretende «avaliar o estado da organização dos trabalhadores portugueses, melhorá-la, adaptá-la às novas realidades surgidas no mundo do trabalho, no sentido de aumentar a sua capacidade de luta e, desta forma, contribuir decisivamente para a definição do futuro social e político do nosso país».

Levantamento da situação

O levantamento da actual situação sindical e organizativa foi um dos trabalhos que mais ocuparam os organizadores da Conferência.

Por exemplo, em Aveiro, «os dados recolhidos permitem desde já concluir que, apesar de todas as dificuldades que lhe foram criados — decorrentes da política seguida pelo anterior Governo de claro apoio ao patronato e contra os trabalhadores — o movimento sindical unitário no distrito manteve o seu nível de



Preparar o V Congresso

organização e alargou a sua influência».

Segundo a União dos Sindicatos de Aveiro, «em alguns sectores o aumento da taxa de sindicalização, relativamente a 1982, é um facto evidente, cifrando-se em níveis próximos dos 65 por cento».

A Conferência, que termina no próximo sábado, deve proporcionar um balanço de valor indiscutível nesse e noutros aspectos da vida sindical.

Recorde-se que os quatro temas em debate na Conferência dos sindicatos, questões de direcção e política de quadros, organização administrativa e financeira».

Todos esses temas são tratados «na perspectiva de reforçar a actividade sindical a partir da base, vencendo quaisquer obstáculos ao exercício da actividade sindical no local de trabalho».

A actividade vai também no sentido de promover a sindicalização, reforçar a ligação trabalhador/sindicato, canalizar eficazmente as quotizações, aumentar a participação na vida sindical e melhorar o conhecimento e intervenção dos activistas sindicais colocados perante os problemas da vida e do trabalho nas empresas.

Na conferência de Imprensa convocada pela CGTP para divulgar os objectivos e temas a debater na II Conferência de Organização Sindical, Carvalho da Silva, membro da Comissão Executiva da Central afirmou que «a ofensiva generalizada do patronato contra os trabalhadores e contra a estabilidade do emprego (destruição de postos de trabalho e de empresas, salários em atraso e empenho precário)», ofensiva essa que «se traduz ainda no agravamento das condições de vida e na repressão do exercício da actividade sindical nas empresas, afecta o vínculo dos trabalhadores não só ao seu local de trabalho, mas

também ao próprio sindicato, o que exige uma atenção redobrada à organização sindical a partir da empresa».

O estado da «organização na empresa e no local de trabalho determina, no fundamental, a capacidade de toda a estrutura sindical», reafirma a CGTP-IN.

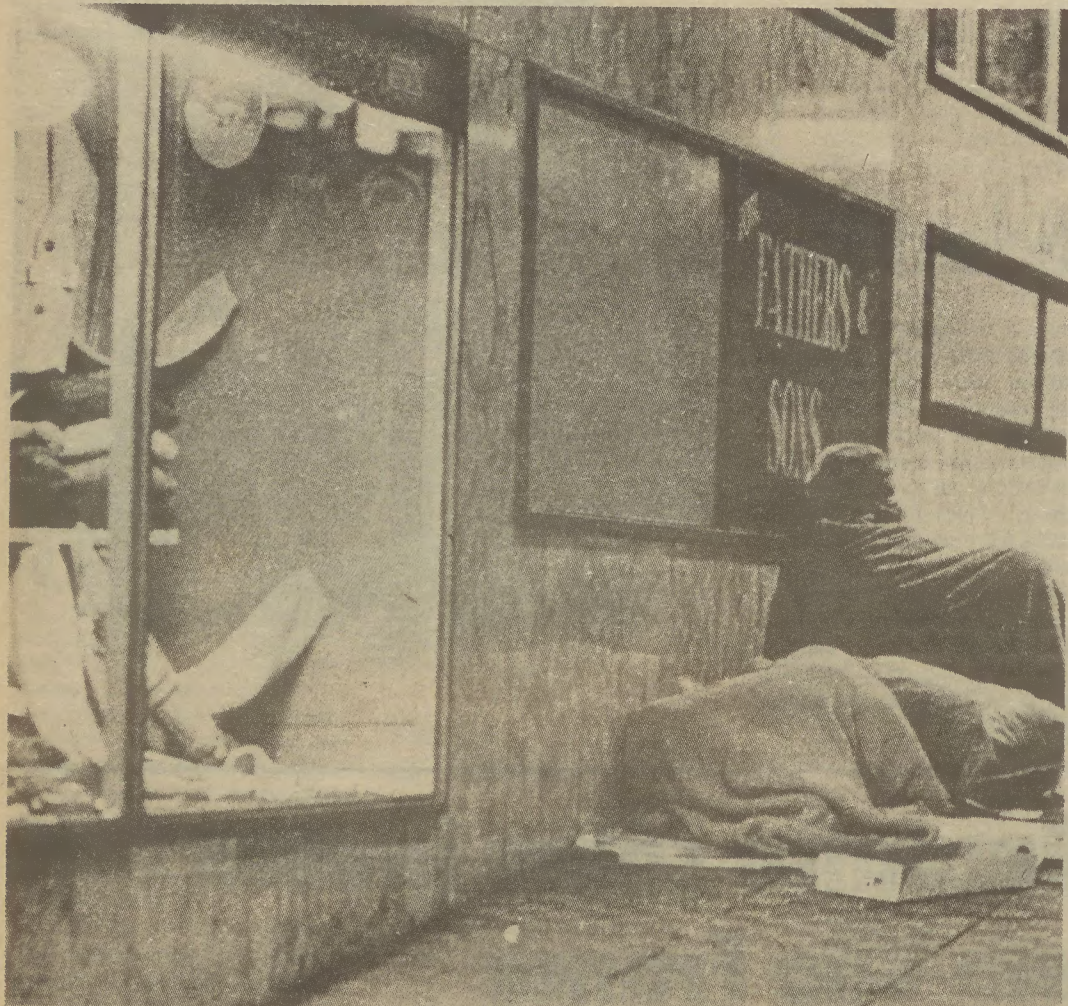
Solidariedade com a juventude sul-africana

Entretanto, a reunião nacional dos responsáveis pela juventude, organizada pela CGTP e pelas suas uniões distritais, condenava «veementemente o regime do apartheid, vergonha da nossa era, que agonizante intensifica a repressão, como única forma de tentar fazer frente ao ascenso da luta do povo sul-africano pela liberdade».

Numa nota distribuída na passada segunda-feira, aquela reunião nacional acrescenta que, «isolado internamente e perante a comunidade internacional, o regime racista persiste em manter prisioneiros milhares de patriotas, entre os quais Ahmed Kathrada, preso há 23 anos, cujo único «crime» é o de lutar pela liberdade».

Na mesma nota salienta-se que «a juventude portuguesa exige o fim imediato da sangrenta repressão levada a cabo pelo regime racista sobre os povos da África do Sul, e o reconhecimento dos seus direitos e liberdades».

Conclui a nota afirmando que a juventude portuguesa «exige igualmente a real implementação das sanções decretadas pela ONU contra o regime racista de Pretória, por parte da comunidade internacional, denunciando veementemente todos os governos que através do seu apoio, claro ou encapotado, continuam a criar as condições de sobrevivência do regime do apartheid na África do Sul».



África do Sul: jovens portugueses solidários com a luta contra o regime racista de Pretória

África do Sul

A violência não salvará o apartheid

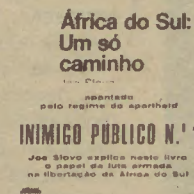


TEMPO DA MORTE CRUEL



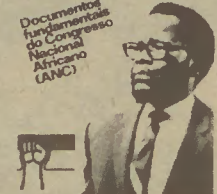
Neste seu romance — *Tempo da Morte Cruel* — perpassa à o impacto da independência de Moçambique na vida da África do Sul. Tendo como tema central a expulsão das suas terras de camponeses e pastores negros, no romance entrecruzam-se vários e opostos destros que, na sua singularidade e na sua exemplaridade, apresentam um panorama palpante e completo da sociedade e das dramáticas tensões da África do Sul. Alex La Guma é um dos escritores mais densos e mais importantes da moderna — e tão alente — literatura da África, em particular da África do Sul, país fulcral nas lutas do nosso tempo.

NOSSO MUNDO



Joe Slovo foi advogado em Joanesburgo entre 1951 e 1963 e participou como advogado de defesa em numerosos julgamentos políticos e de direitos civis. Em 1956 foi preso sob a acusação de alta traição — embora agindo como advogado de defesa dos outros acusados — e levado a tribunal, juntamente com 156 outros activistas políticos, num julgamento que durou quatro anos e terminou com absolvições. Foi desde ao abrigo dos regulamentos de emergência que se aguram ao massacre de Sharpeville em 1961 e sau da África do Sul em 1963. Desde então é funcionário do movimento de libertação.

A REVOLUÇÃO SUL-AFRICANA



A Revolução Sul-Africana é um livro que preenche uma lacuna importante ao fornecer os dados básicos para a compreensão profunda da África do Sul, cuja situação desperta cada vez mais as consciências e a indignação de todos os homens livres. Basta atentar um pouco nas notícias que nos chegam para saber que a luta e a tragédia do povo sul-africano ganham hoje um relevo impressionante, que tem tanto a ver com o destaque deste país no mundo como com a tenacidade e a coragem de sua população oprimida. E muito a ver também com o prestígio conquistado pelo ANC — o Congresso Nacional Africano —, movimento de libertação do povo sul-africano.

Trabalhadores

LISNAVE

Recusa terminante de mais despedimentos

As organizações representativas dos trabalhadores da Lisnave recusam terminantemente qualquer novo despedimento. As intenções do Governo e do conselho de gerência foram novamente repudiadas durante uma vigília de luta em frente ao Ministério do Trabalho. Marques Guedes, da Secretaria de Estado do Emprego, em reunião com as ORT's classificou de «leviandade do conselho de gerência» o facto de este afirmar que é o Governo que impõe à empresa o despedimento colectivo de 600 trabalhadores. Em média os salários em atraso atingem os 10 meses. Forte solidariedade tem acompanhado a luta contra os despedimentos e pelo pagamento dos atrasados na Lisnave.

Numa nota distribuída pela CGTP, o Sindicato dos Metalúrgicos afirma que «os trabalhadores com carta de despedimento continuam não só a trabalhar normalmente como ainda a ser chamados pela administração da empresa ao cumprimento de horas extraordinárias».

A ideia geral sobre o assunto, aliás vinda a público frequentemente nos últimos dias, é que a Lisnave não necessita de fazer mais despedimentos. Nos últimos oito anos saíram da empre-

sa mais de quatro mil trabalhadores.

Da parte do Governo ainda em funções mantinha-se no entanto a decisão de efectuar 600 despedimentos. Caberia contudo ao ministro do Trabalho, Amândio de Azevedo, a decisão final sobre o assunto.

As ORT's (organizações representativas) reafirmaram entretanto, perante o Governo, que o processo de despedimento colectivo «está cheio de ilegalidades de princípio ao fim» e que o

número de trabalhadores a despedir, segundo a resolução do Conselho de Ministros de há um ano (700 a 1200) «já foi atingido».

Os trabalhadores da Lisnave, que aprovaram recentemente, como referimos na semana passada, as bases para um acordo que viabilize os estaleiros e através do qual se consiga alguma estabilidade, têm visto radicalmente reduzidos os seus efectivos.

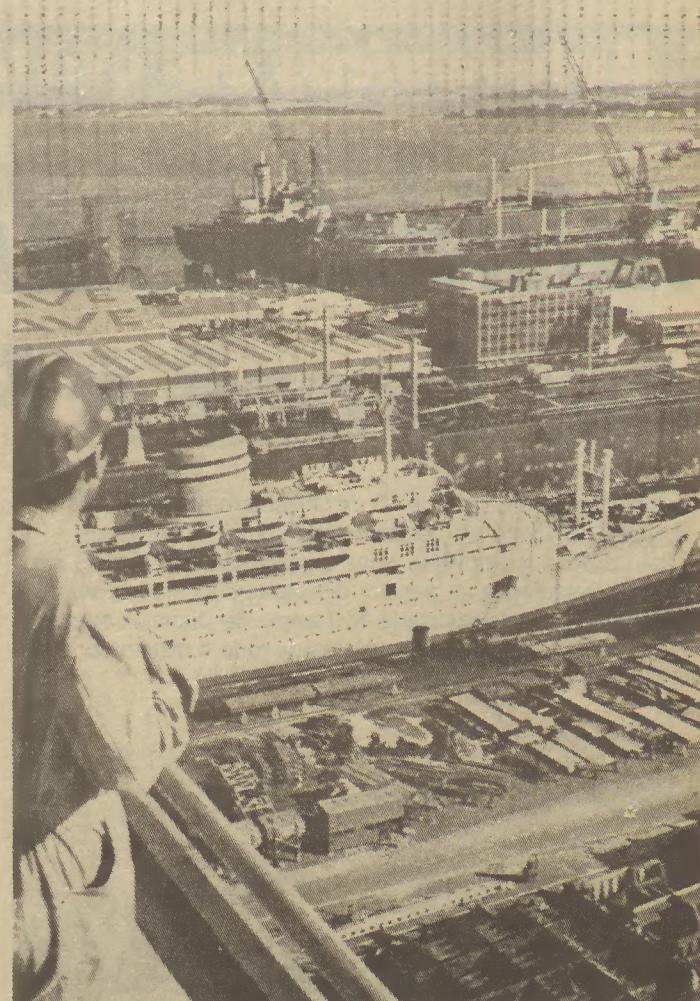
Devido aos salários em atraso e segundo artigo publicado pelo «Avanço», órgão central da CGTP, de 1984 para cá foram 1165 os trabalhadores que aceitaram a rescisão dos contratos.

Duras situações de miséria

Enquanto o Governo e o conselho de gerência se acusam mutuamente pela situação na Lisnave, os salários em atraso

continuam a aumentar. Algumas famílias afectadas «atravessam já há algum tempo duras situações de miséria», afirma o Sindicato dos Metalúrgicos. Há mesmo casos de fome, que têm levado «famílias a despojares-se de alguns haveres, incluindo mobílias de suas casas». Tem-se assistido a situações de verdadeiro desespero. As ORT's continuam a apelar para a luta em unidade e para os actos solidários do movimento sindical e de todos os trabalhadores.

É extensa a lista das organizações sindicais solidárias com a luta na Lisnave. Destaquem-se as tomadas de posição das Uniãos distritais de Lisboa e de Setúbal; do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas; Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa; Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Mármore e Madeiras do Distrito de Lisboa; Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de



Futuro dos postos de trabalho: preocupação central na Lisnave

Celulose, Fabricação e Transformação de Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas; ORT's da Metalúrgica Luso-Italiana, Rinil, Sorefame (Amadora e Amora), Renault, Mompur, Equimetal, Tónus, Trefilaria, Mague, Tudor,

Cometna; comissão intersindical da EDP; e delegações sindicais do concelho de Loures.

É generalizado o repúdio pelas novas tentativas de despedimento colectivo; exige-se o pagamento dos salários em atraso.

LUTAS E TAREFAS

• **Greve na Torralta.** O anúncio da paralisação levou a empresa à prática ilegal do **lock-out**. Segundo a Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo, a administração, que não paga os salários em atraso, mandou encerrar vinte e duas delegações, e estaria pronta a fazer o mesmo nos escritórios centrais. No Hotel Serra da Estrela, pertencente ao grupo, os trabalhadores cumpriram, entretanto, uma greve no sábado e no domingo. São-lhes devidos quatro meses de salários.

• Enquanto **gráficos e jornalistas** iniciavam os processos de revisão dos respectivos contratos colectivos de trabalho, os trabalhadores da **Portucel** obtinham aumentos salariais de 24 por cento e a Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública entregava ao Governo a sua **Proposta Revindicativa Comum** (aumentos salariais de 25 por cento) para 1986. Na **Mundet**, após greve e concentração

em frente ao Ministério da Indústria, os trabalhadores continuam a reclamar os salários em atraso (63 mil contos). Lutam pelos postos de trabalho e pela viabilização da empresa. Na **João Pontífice & Filhos** (têxtil de Tortosendo) dava-se entretanto a falência, sem que fossem pagos os salários em atraso desde 1983. Os trabalhadores e o Sindicato protestam e efectuam contactos para cobrar as dívidas. Na **Auto-Sueco** (Porto) foi decidido paralisar contra o corte do prémio de assiduidade e reajustamentos salariais considerados insuficientes.

• **Os salários em atraso vão de mal a pior.** Diariamente se registam novos casos, apontando para o desemprego. Enquanto o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul acusava os Ministérios da Indústria e do Trabalho de baterem «com a porta na cara» a trabalhadores da **Tonus** (os salários não são aí pagos a tempo desde 1982 e as dívidas por atrasados atin-

giam os 80 mil contos em Agosto findo), o secretariado da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica (FSTIQF) revelava que, só no seu sector, há 98 empresas com salários em atraso. Abrangidos estão 9702 trabalhadores e o total da dívida atinge 1 227 664 contos. Refira-se que **é desde Dezembro de 1984 que naquele importante sector industrial se começa a verificar a prática dos salários em atraso.** Segundo a mesma fonte sindical, a localização das empresas da química e farmacêutica que não pagam salários e as respectivas percentagens de trabalhadores afectados, considerando os distritos, são 38,4 por cento no Porto, 33,2 por cento em Lisboa, 8,3 por cento em Leiria, 3,1 por cento em Aveiro e 2,6 por cento em Setúbal. Perante este panorama, a FSTIQF exige do Governo, entre outras medidas, a «atribuição de um subsídio reembolsável igual

à retribuição líquida do trabalhador; vencimento dos juros das dívidas de salários, calculados à taxa oficial; punição dos comportamentos e práticas lesivas dos direitos dos trabalhadores; garantia de que o direito, nomeadamente à habitação, dos trabalhadores sem salários não seja afectado, designadamente por impossibilidade de satisfação de compromissos a ele referentes».

• **O Ministério da Saúde deve mais de 2,3 milhões de contos à Segurança Social.** Segundo a CGTP-IN, que votou contra as contas apresentadas pela gestão do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), a dívida «aumenta vertiginosamente». Os representantes da Central, que têm assento naquele órgão gestor, votaram contra as contas da SS «por não se cumprirem os princípios contabilísticos na sua apresentação». Numa declaração de voto, a CGTP-IN salienta nomeadamente que «o balanço apresentado em Dezembro do ano passado referia a existência de depósitos à ordem de 6,2 milhões de contos e, em depósitos a prazo, 1,7 milhões. Apesar disso, nesse mesmo mês contraiu-se um empréstimo de 5 milhões pelo qual se pagaram os juros correspondentes». Por outro lado, «as prestações indevidamente processadas ou pagas aumentaram de 836 mil contos para 1,6 milhões entre 1981 e 1984». Sublinhando «a degradação vertiginosa contra «os actos de má gestão que se têm multiplicado». Após «severas críticas» à actualização do IGFSS, de que apresenta «exemplos comprovativos», a CGTP, na mesma declaração de voto, «alerta para o perigo que se anuncia sobre o pagamento das reformas aos trabalhadores que actualmente descontam para a Segurança Social». O documento chama a atenção para «recentes declarações da secretária de Estado, segundo as quais se admite uma redução dos já claramente insuficientes benefícios concedidos, visto que se tem sucedido uma redução contínua do poder de compra das pensões, da ordem dos 4,4 por cento em 1983 e de 6,5 por cento no ano seguinte».



Mundet no Seixal

PCP

Autárquicas em destaque

Iniciativas distritais em Évora e Portalegre

As eleições autárquicas de 15 de Dezembro estiveram em destaque no último fim-de-semana em duas iniciativas de âmbito distrital promovidas pelas organizações do Partido em **Évora** e **Portalegre**. A primeira dessas reuniões decorreu no Palácio D. Manuel, na cidade do Templo de Diana. A outra levou os representantes comunistas de todo o distrito de Portalegre à vila de Alter do Chão.



Distrito de Portalegre: a obra iniciada nos concelhos de **Avis, Elvas, Nisa e Ponte de Sor**, o prestígio da APU junto das populações e os próprios resultados eleitorais de 6 de Outubro (pela primeira vez a APU foi a força política mais votada no conjunto do distrito) são aspectos fundamentais a ter em conta no trabalho eleitoral

O quadro político nacional e distrital em que vão decorrer as eleições para o Poder Local, a dinâmica da campanha APU, as tarefas centrais, as respectivas direcções de acção e os objectivos eleitorais em cada um daqueles distritos alentejanos foram aspectos vivamente debatidos pelas largas dezenas de participantes nas reuniões.

As listas conjuntas das forças de direita foram encaradas pelos quadros comunistas como o produto de uma vergonhosa operação contra o Poder Local democrático, de cunho marcadamente antipopular. As manobras do PS e PSD, com o apoio do CDS (só no distrito de Évora concorrem assim juntinhos em 63 freguesias de maioria APU), o povo do Alto Alentejo responderá com uma poderosa afirmação de confiança e de apoio aos candidatos da Aliança Povo Unido, como salientaram os dois plenários.

A presença do novo partido

A presença do novo partido, o PRD, nas eleições de 15 de Dezembro, mereceu naturalmente a análise ponderada dos quadros comunistas reunidos em Alter e em Évora no último sábado. Das conclusões a que o debate chegou, podemos começar pelos camaradas de Portalegre: caracteriza-se como **contraditório** e mesmo **negativo** o papel assumido pelo PRD, quer pela apre-

sentação de listas em determinados concelhos, quer pela não apresentação noutros, factos que apontam, em certos casos, para um claro benefício da coligação PS-PSD. Do debate desenvolvido no Palácio D. Manuel, uma passagem conclusiva: a concorrência do novo partido em cinco concelhos do distrito, sem nenhuma hipótese de ganhar e possibilitando o reforço de posições das forças de direita, com a eventual dispersão de votos das forças democráticas, é igualmente um factor negativo.

Além de definirem linhas fundamentais do trabalho eleitoral, numa conjuntura caracterizada pelo prestígio da APU e dos seus eleitos em anteriores mandatos, e também pela necessidade de um intenso trabalho de esclarecimento das populações, os plenários destacaram os objectivos essenciais a atingir em 15 de Dezembro. Desse conjunto de perspectivas, destacam-se o reforço geral da votação na APU, a manutenção das presenças já obtidas anteriormente em Câmaras e Juntas e a conquista de outras maiorias.

Tanto em Évora como em Alter do Chão houve apelo à participação viva e entusiástica dos comunistas e dos democratas mais consequentes na abertura da pré-campanha eleitoral que arranca em todo o País a **15, 16 e 17 de Novembro** com uma jornada nacional de esclarecimento e propaganda.



Distrito de Évora: a APU concorre às 14 Câmaras e Assembleias Municipais e a todas as freguesias em que haverá eleições, incluindo as quatro novas freguesias — **Cilborro, Landeira, S. Brás de Matos e Aguiar**. É com grande entusiasmo e determinação que os candidatos e activistas da APU trabalham para a vitória democrática na Câmara de **Reguengos**

Nacional

Angola: 10.º aniversário da independência

• Comemorações em Portugal

No próximo dia 12 deste mês realiza-se em Lisboa uma sessão solene comemorativa do 10.º aniversário da independência da República Popular de Angola. Nesta sessão, usará da palavra o embaixador angolano em Lisboa, Mawette João Baptista.

A finalizar a sessão, realizar-se-á um espectáculo com Paulo de Carvalho e o conjunto angolano Fruta Tropical.

Mas o aniversário da República Popular de Angola será comemorado um pouco por todo o País. Assim, já amanhã, realiza-se uma sessão pública em Sines, no dia 9 será a vez de Faro, dia 12 Évora

e, finalmente, realiza-se mais uma sessão pública no Porto, dia 13.

Todas estas iniciativas são promovidas pela Associação de Amizade Portugal-República Popular de Angola. Esta entidade, em comunicado enviado aos órgãos de comunicação social frisa que «numa altura em que se podem abrir novas perspectivas para o reforço da cooperação luso-angolana, estas iniciativas assumem uma importância relevante pelo clima de grande amizade e solidariedade com que são organizadas, que espelha os sentimentos fraternais existentes no seio de ambos os povos».

Encontro em Lisboa



Este domingo realiza-se um Encontro das Organizações da Cidade de Lisboa do PCP sobre as Eleições Autárquicas. O encontro inicia-se às 15 horas na Junta de Freguesia de Alcântara.

Neste encontro, que tem por meta definir os objectivos eleitorais na cidade de Lisboa e traçar as linhas de acção da campanha

eleitoral para as eleições autárquicas, participa o camarada Carlos Carvalhas, membro do Comité Central do PCP e candidato à presidência da Câmara Municipal de Lisboa pela Aliança Povo Unido.

No final do encontro intervirá o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Comício da JCP em Lisboa

Este domingo, passam-se seis anos sobre a fundação da Juventude Comunista Portuguesa, realizando-se nesse dia um comício distrital no cinema Alvalade, em Lisboa — uma iniciativa que os organizadores prometem diferente.

No comício, que começa às 16 horas, será feita a apresentação dos jovens que se candidatam pela Aliança Povo Unido às eleições autárquicas no distrito de Lisboa.

Os jovens comunistas abordarão, ao longo das suas intervenções, o papel dos jovens nas autarquias, a política de ensino e a própria organização da JCP.

No decorrer do comício realizar-se-á um momento de solidariedade para com os povos da África do Sul e da Nicarágua, dois povos que lutam — em condições diversas — pelo seu futuro.

Mas o comício da JCP no Alvalade será diferente. Após as intervenções, haverá música e outras formas de animação, nomeadamente áudio-visuais.

Depois será tempo para um filme e para a música popular no café-encontro.

Já depois de anoitecer haverá ainda muita música e muita dança, com a discoteca que se prolongará um pouco pela noite dentro.

Mas o aniversário da JCP não se comemora exclusivamente no Alvalade. Ainda em Lisboa, haverá um desfile de propaganda, convívio musical, magusto e um festival da canção juvenil. Fora de Lisboa, o aniversário da JCP será comemorado em Oeiras, Damaia, Queluz, Vialonga, Alverca, Vila Franca de Xira, Parede, Sacavém, Loures, Covilhã, Guarda, Beja, Pias, Aljustrel, Serpa, Boleizão, Faralhão, Seixal, Sesimbra, Lagos, Olhão e Porto.

Camarada Falecido

António Manuel (Rouxinol)

Lutador antifascista de longa data, activista das campanhas de Norton de Matos e Humberto Delgado, faleceu recentemente o nosso camarada **António Manuel (Rouxinol)**, residente em Vale Juncal, no concelho transmontano de Mirandela. Tanto antes como depois do 25 de Abril, enfrentando as duras condições

da ditadura e depois o caciquismo reaccionário, António Manuel desempenhou sempre com rigor as tarefas que lhe foram confiadas pela organização partidária. Como salienta a Comissão Concelhia do PCP, este nosso camarada «ajudou a alargar o Partido» nesta zona do País. À família, companheiros e amigos do comunista desaparecido, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Sábado, em Avis

Festa da 1.º de Maio

Momento para proceder a um balanço do que foi o ano agrícola e perspectivar o futuro, pausa e pretexto para a confraternização e o convívio, a Festa que a Cooperativa 1.º de Maio todos os anos realiza por esta altura tornou-se já uma verdadeira tradição no concelho de Avis e em toda a região.

Este ano a coisa não vai ser diferente pelo que, segundo as informações de que dispomos, tudo se prepara para repetir o êxito de jornadas anteriores.

Motivos não faltam, a começar no próprio programa cujo início está previsto para as 7 horas com uma alvorada de foguetes

sendo de supor que entrará madrugada dentro enquanto houver baile animado pelo grupo «Past-Time».

A decorrer nas novas instalações da Cooperativa, o programa constará ainda da actuação de ranchos folclóricos e de bandas de música.

Haverá ainda lugar para uma informação sobre a actividade agrícola da Cooperativa e ao público estará patente durante todo o dia uma exposição do parque de máquinas.

De acordo com a vontade dos cooperantes da 1.º de Maio a Festa é aberta a toda a gente, pelo que aqui fica o convite, para si, caro leitor.

Internacional

A Revolução de Outubro foi há 68 anos

«A Grande Revolução Socialista de Outubro marcou um ponto de viragem na História universal, definiu a direcção-geral e as tendências fundamentais da evolução do mundo e deu início ao processo inexpugnável de substituição do capitalismo por uma nova formação socioeconómica, o comunismo». É com estas palavras que no projecto de Programa do Partido Comunista da União Soviética, na sua nova redacção — a ser levada à aprovação do XVII Congresso (Fevereiro de 1986), após ampla discussão pública — é definido o papel da Revolução de Outubro.

68 anos são passados sobre os «dez dias que abalaram o mundo». Um curto período histórico em que o planeta foi de facto revolucionado. E se hoje vivemos problemas de gravidade impar, do alimentar ao ecológico, e se põe em causa a própria sobrevivência do planeta, numa boa parte — crescente — da nossa Terra, estão abertos os caminhos do futuro.

Para o povo soviético, neste aniversário da Revolução de Outubro, o que está na ordem do dia é bem significativo do imenso caminho histórico percorrido: «é o programa do aperfeiçoamento planeado de todos os aspectos do socialismo, do avanço ulterior da sociedade soviética rumo ao comunismo com base na aceleração do desenvolvimento socioeconómico do país, é um programa de luta pela paz e pelo progresso social.»

Do projecto à sua concretização, vai o passo do trabalho intenso e consciente, da participação crescente de todos.

• Por um lado, evitando erros de avaliação e práticas menos correctas. «O Partido tem em conta que nos anos 70 e início dos anos 80, a par dos incontáveis êxitos alcançados no desenvolvimento do país, houve determinadas tendências desfavoráveis e dificuldades. Todas elas se devem, em considerável medida, ao facto de não terem sido devidamente avaliadas as alterações da situação económica, a necessidade de profundas mudanças em todas as esferas da vida e de não ter sido revelada a devida persistência na sua realização. Isto impediu um aproveitamento mais completo das possibilidades potenciais e vantagens do sistema socialista, deteve a marcha para a frente».

• Por outro, dando passos decisivos rumo ao comunismo, através da aceleração do desenvolvimento socioeconómico do país: **linha estratégica do PCUS**, que visa «a transformação qualitativa de todos os aspectos da vida e da sociedade soviética: renovação radical da sua base técnico-material, a partir das realizações da revolução técnico-científica, aperfeiçoamento das relações sociais, sobretudo económicas, profundas mudanças no conteúdo e no carácter do trabalho, nas condições materiais e espirituais da vida das pessoas, activação de todo o sistema de instituições políticas, sociais e ideológicas».

Linha estratégica cuja concretização passa pela «**elevação do factor humano**». Concreta-

mente, «a sociedade socialista não pode funcionar com eficácia sem encontrar **novas vias para o desenvolvimento da actividade criadora das massas** em todas as esferas da vida social».

Sessenta e oito anos são passados sobre o Grande Outubro. Muitos passos foram dados na construção do socialismo, rumo ao comunismo. Não são hoje os mesmos os problemas que se colocam. Longe disso. Não se trata já de erradicar a fome mas de promover uma alimentação racionalmente correcta para todos. Não se trata de superar o analfabetismo, mas de conseguir um ensino de acordo com as exigências do século XXI. Mas os princípios fundamentais mantêm-se como elo inabalável de ligação nas várias fases de construção de um mundo novo. **Quase sete décadas passadas, é condição do desenvolvimento da nova sociedade a mesma que serviu o seu arranque: a participação multiforme, consciente e crescente das massas.**

(Ler, na pág. 2, a saudação do CC do PCP ao CC do PCUS)

Trabalhadores em luta na França, na Grécia e na RFA

Na jornada de luta realizada pelos trabalhadores franceses em 24 de Outubro, foram temas centrais, destacados à cabeça da própria manifestação de Paris, a luta **contra o desemprego e o desmantelamento das indústrias, pela criação de novos postos de trabalho, a defesa do poder de compra, as liberdades**. Tudo questões interligadas, hoje bandeira de luta comum — na diversidade e especificidade de situações — das massas trabalhadoras nos países capitalistas.

Em torno destas questões centrais — por vezes inserindo-se, numa lógica unidade reivindicativa, na batalha pela paz e desenvolvimento — desenvolveram-se importantes acções dos trabalhadores em países da Europa capitalista, e também nos Estados Unidos e no Canadá (a greve na Chrysler, que terminou com uma vitória dos trabalhadores).

«Depois da rosa, a matraca»

França, 24 de Outubro. A Jornada Nacional de Acção Interprofissional, convocada pela CGT, mobilizou 150 mil manifestantes em Paris, e dezenas de milhares em mais de 150 outras localidades. A jornada de luta passou também por diversas acções grevistas que afectaram nomeadamente os transportes públicos (um em cada dois comboios da rede nacional foi suprimido), e levaram à total paralisação dos grandes portos franceses.

Os grandes objectivos da jornada, que já referimos, têm bases bem definidas. Em cada dia a França conta com mais dez mil desempregados, as próprias estatísticas oficiais são inequívocas quanto à baixa do nível de vida, a liquidação pura e simples de sectores vitais da economia, como a construção naval e a indústria automóvel, cria situações dramáticas aos trabalhadores dos ramos respectivos e nas zonas geográficas

da sua implantação, com graves consequências no plano económico geral. Esta política vem acompanhada do recrudescimento da repressão. Também em França a polícia se tornou «interlocutor» privilegiado que o governo manda para «dialogar» com os trabalhadores. Os gases lacrimogéneos são quotidianamente usados — para referir um exemplo — contra os trabalhadores dos estabelecimentos de Dubigeon, em Nantes.

Por isso, um dos panos na grande manifestação de Paris, dizia, apontando Mitterrand como o grande responsável: «**depois da rosa (símbolo dos socialistas franceses), a matraca...**».

São grandes e graves problemas que atingem todas as camadas de trabalhadores, e também os pequenos e médios industriais e comerciantes, os camponeses. Frutos de uma política que, pelo seu carácter profundamente anti-popular, tende a mobilizar mesmo sectores laborais que o poder se esforça por manter como cunha na necessária unidade dos trabalhadores (dividir para reinar é política profundamente actual, ainda que não inovadora, do capital). Neste contexto, a concentração de mais de 5000 engenheiros quadros e técnicos, a sua ampla participação na manifestação de Paris, o próprio conteúdo da jornada de luta — interprofissional —, são significativos das possibilidades de uma unidade indispensável contra uma política que afecta de facto, em proporções

embora variáveis, todos os sectores de trabalhadores.

Rigor nada tem a ver com socialismo

Cerca de um milhão de trabalhadores gregos, operários e empregados do sector público e privado, participaram em jornadas de greve contra as últimas medidas económicas, ditas de «austeridade» (para os trabalhadores), decididas pelo governo socialista de Papandreu. O apelo à greve foi lançado por treze federações sindicais de ramo. Ao movimento

munidade europeia e do FMI, em benefício exclusivo dos monopólios estrangeiros e locais».

600 mil contra desemprego

Culminando uma semana de diversificadas acções reivindicativas, centenas de milhares de trabalhadores manifestaram-se contra o desemprego, **contra o desmantelamento dos direitos sociais, em cerca de 15 grandes cidades da RFA**.

Trata-se de uma das realizações sindicais de maior enver-



Manifestantes gregos reunidos, em Atenas, frente ao Parlamento

juntou-se também a Confederação Geral dos Comerciantes e Artesãos. Só a direcção da CGTG, de maioria socialista, se recusou a participar.

Mas essa recusa, essa submissão a interesses completamente alheios aos dos trabalhadores, custou-lhe já um preço: está fora de dúvida a mais ampla participação de trabalhadores socialistas no grande movimento de protesto contra a política do PASOK. As medidas repressivas: expulsão do PASOK de oito dos dirigentes sindicais que se pronunciaram pela greve, só pode pôr em causa a própria direcção do PASOK, e a legitimidade, a democracia interna, de um movimento sindical que lança fora da borda dirigentes que se manifestam contra uma política antipopular.

As medidas preconizadas pelo governo socialista incluem o **congelamento de salários por dois anos**: o que de par das gravíssimas consequências previsíveis quanto ao nível de vida, põe em cheque, como foi destacado no grande comício realizado no centro de Atenas, o direito de «**negociar livremente a renovação dos contractos colectivos de trabalho**».

As medidas decididas pelo governo grego (que em campanha eleitoral sempre teve a boca cheia de promessas) surgem num contexto socioeconómico já muito difícil para as massas trabalhadoras. O nível de inflação é dos mais elevados da Europa capitalista (18%), e o desemprego aumentou, no ano passado, a um ritmo de 15%.

A maioria dos sindicatos que convocaram a greve denuncia que estas medidas surgem na sequência de «**instruções da Co-**

gadura, nos últimos tempos, na RFA, e traduz um profundo descontentamento com a política do governo do cristão-democrata Helmut Kohl. Política idêntica, nos seus traços gerais — e é importante sublinhá-lo — ao comum dos governos capitalistas: desemprego, cortes nas despesas sociais, degradação do poder de compra, de um lado; e facilidades concedidas ao capital, que vão, em certos casos, até à prática isenção de impostos para os grandes monopolistas.

E se os sacrifícios são impostos aos trabalhadores em nome da recuperação económica, não é menos verdade que tal recuperação (quando se concretiza), não só é período de ténue, passageira e relativa melhoria da conjuntura económica, como em nada beneficia os trabalhadores.

A resposta, significativa, que se está a registar da parte das massas trabalhadoras é tanto mais importante quanto, na sua ofensiva (ou mesmo tentativa de desforra), o capital aposta: na divisão acentuada de trabalhadores — entre os que estão no desemprego e os que têm um posto de trabalho, entre os que deenvolvem a sua actividade em sectores de ponta e os ligados às indústrias tradicionais, entre os especializados e os que o não são —; e na inutilização dos próprios sindicatos, cuja organização seria ultrapassada pelo patronato, tornando o movimento sindical, simultaneamente atingido pela repressão, numa estrutura esvaziada de sentido aos olhos dos trabalhadores.

As grandes lutas em curso indicam que tais objectivos do patronato (de que as medidas correspondentes têm, naturalmente, repercussões negativas) não estão, no fundamental, a ser atingidos.



Povo holandês volta as costas ao governo

A Holanda tem 14 milhões de habitantes, 5,4 milhões de agregados familiares. Num prazo recorde os activistas da paz conseguiram **quase quatro milhões de assinaturas contra a instalação de mísseis norte-americanos em território holandês**, o que pode ser considerado um acontecimento — pela sua envergadura relativa — sem precedentes.

Em Junho de 84 o governo de Haia declarou que os 48 mísseis destinados pelos EUA ao território holandês só seriam instalados se o número de SS-2P da URSS ultrapassasse os 378 em 1 de Novembro de 85. Conforme foi anunciado há dias pelo camarada Gorbachev, em Paris, a União Soviética decidiu, num gesto de boa vontade, a redução

unilateral dos seus mísseis para 243.

A decisão do **governo de Haia foi um sim a Washington**.

Simbolicamente, no grande comício num pavilhão de desportos em Haia, realizado para a entrega das assinaturas, a multidão virou costas ao primeiro-ministro.

Os factos falam por si. Onde está a democracia no mundo capitalista?

Internacional

África do Sul

O longo caminho da libertação



Em 1910, pela Acta da União, a dominação branca foi consolidada na África do Sul...

A África do Sul foi conquistada pela força e é hoje, como sempre o foi no passado, dominada pela força.

A força de uma minoria branca fortemente apoiada pelos principais capitalistas a quem cabe na história do *apartheid* uma importante quota parte da responsabilidade por esse crime contra a Humanidade.

Nenhum dos países que nas úl-

timas décadas colaborou com o regime racista de Pretória pode invocar, a seu favor, desconhecimento da realidade vivida por um povo oprimido, explorado e segregado na sua própria pátria em função da cor da pele, em benefício dos interesses do imperialismo.

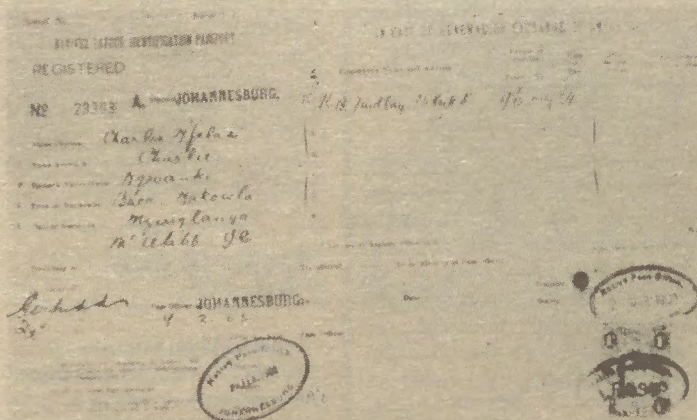
A história da luta do povo sul-africano, que hoje recordamos numa breve resenha fotográfica, não constitui nenhuma saga des-

conhecida. Como todos os outros povos do mundo, os patriotas da África do Sul nunca aceitaram pacificamente a repressão racista e capitalista, nunca aceitaram ser estrangeiros na sua terra, nunca aceitaram ver-se confinados a 13 por cento do seu território nacional, nunca aceitaram como seu único destino o trabalho escravo e a morte às mãos dos dominadores brancos.

Mais do que quaisquer outros povos, tiveram e têm razões para lutar: contra a opressão fascista e contra a discriminação racial.

Só não ouviu o seu grito de revolta, desde o início do século, quem deliberadamente não desejava ouvir, mais interessado em contabilizar os lucros fabulosos que o criminoso regime de *apartheid* lhe favorecia.

Hoje, quando as condições políticas internacionais se alteraram profundamente com a liquidação progressiva do colonialismo, quando as forças democráticas se reforçaram em todo o mundo, quando todo o povo sul-africano está disposto aos maiores sacrifícios na luta pela libertação, o im-



... Baseada na exploração da mão-de-obra negra barata, inicia rapidamente o seu controlo através do sistema de «passes» para os trabalhadores negros...



... O que não é aceite pacificamente; as manifestações de protesto sucedem-se e a oposição organiza-se com a criação do ANC em Janeiro de 1912. As prisões em massa entram na ordem do dia, sendo histórica a de 700 membros e simpatizantes do ANC em 1919



A repressão não consegue impedir o crescimento das organizações de classe; nos anos 30 as manifestações de trabalhadores exigem igualdade de direitos



O ANC apela à participação de massas na luta contra a dominação branca. Em 1944, Anton Lembede é eleito presidente do movimento e Nelson Mandela secretário do ANC



As greves mineiras paralisam o país. O regime aumenta a repressão, prendendo 1700 resistentes em 1948...

perialismo treme com receio de perder um dos seus baluartes mais importantes.

E embora não seja possível, no mundo de hoje, deixar de condenar o *apartheid*, há ainda quem creia ser possível reformá-lo em vez de destruí-lo.

Esperança vã. Os povos não oferecem o sacrifício da vida dos seus melhores filhos a troco de coisa nenhuma. Quem nada tem já a perder tem sempre tudo a ganhar. A luta terá de ser, está a sê-lo, de vida ou de morte. Vozes se vão levantar contra a violência, clamando contra a quase inevitável morte de brancos e colaboracionistas; serão as vozes que nunca antes se indignaram com o genocídio de um povo, que nunca tiveram uma palavra a dizer contra a exploração da imensa maioria negra sul-africana por um punhado de brancos reaccionários que se assumem como gendarme do imperialismo em África.

Serão vozes a clamar no deserto. A luta é já irreversível na África do Sul. O *apartheid* será destruído.

Internacional



... e as condições de vida da população negra continuam a degradar-se cada vez mais



Em 1955, no âmbito da oposição ao regime de apartheid, é criada a aliança «Frente Unida», a única organização não-racial então existente na África do Sul



A amplitude da luta contra a discriminação aumenta. Nos anos 60, o ANC apela à realização de um dia nacional de luta contra o apartheid e à queima de «passes»

A resistência aumenta com a repressão; como se lê nas palavras de ordem, são 18 milhões de pessoas que nada têm a perder excepto as suas grilhetas...

Os confrontos com a polícia atingem o auge em 1976 com a revolta do Soweto, barbaramente reprimida



A partir de então, mais e mais patriotas aderem ao ANC dando à luta contra o apartheid um impulso imparável

Os assassinios pela polícia e pelo exército sucedem-se, mas por cada vítima do racismo e da opressão fascista na África do Sul milhares de outros patriotas aderem à luta de libertação. Como afirma Oliver Tambo, actual presidente do ANC, a luta revolucionária contra o apartheid e pela democracia na África do Sul tornou-se irreversível



Internacional

Eleições na Argentina e na Guatemala

No passado domingo dois importantes acontecimentos marcaram a vida política dessa conturbada região que é a América Latina: a realização de eleições gerais na Argentina e na Guatemala.

Formalmente semelhantes, os dois actos eleitorais (que na Guatemala incluiu também a votação para a presidência) não podiam no entanto ser mais diferentes, quer pelas condições em que se registaram quer pelos objectivos visados.

Na Argentina, onde a União Cívica Radical do presidente Raul Alfonsín alcançou uma confortável maioria, a afluência às urnas representou antes do mais uma resposta popular em defesa da democracia, contra as tentativas levadas a cabo pelas forças de extrema-direita (militares e civis) de repor no país o clima de instabilidade e violência que caracterizou o passado recente sob ditadura militar.

Mais do que um voto de apoio expresso à política de Alfonsín que, se aplaudida no tocante à defesa da democracia, reposição da legalidade e condenação dos responsáveis pela «guerra suja» que tantas vítimas provocou, é vivamente criticada no que respeita à política económica, o povo argentino manifestou o seu desejo de estabilidade, segurança e respeito pela legalidade democrática.

Completamente diferente é a situação na Guatemala, país onde há 31 anos a CIA levou a cabo um golpe de estado que se saldou por um verdadeiro genocídio da população e entregou o Poder nas mãos da extrema-direita militar.

Vivendo num regime quase feudal, a Guatemala tornou-se conhecida pelos seus tenebrosos «recortes»: duzentas mil pessoas foram mortas ou estão dadas como desaparecidas desde 1954; foi naquele país que surgiram os primeiros grupos terroristas do tipo «Esquadrão da Morte» ou «Mano Blanca»; mais de um milhão de guatemaltecos, ou seja cerca de 15 por cento da população, vivem no exílio.

Como escrevia em 1983 o «Monde Diplomatique», depois de trinta anos de florescimento do terror, na Guatemala, tornou-se evidente que as consequências económicas e sociais da operação «Sucesso» (levada a cabo pela CIA) foram verdadeiramente catastróficas.

Os números são de resto esclarecedores. O desemprego atinge a monstruosa taxa de 70 por cento da população activa. Segundo os dados do Conselho Nacional de Planificação Económica, em 1980/81, cerca de 63,4 por cento das famílias guatemaltecas podiam ser qualificadas de pobres; 31 por cento não possuíam rendimentos para satisfazer as necessidades alimentares mínimas; 73 por cento das crianças sofrem de subalimentação crónica; a mortalidade perinatal atinge os 32,1 por cento; dois terços da população é analfabeta.

A dívida externa da Guatemala orça os 3 mil milhões de dólares.

A ditadura militar responsável por esta situação, agora dirigida pelo general Oscar Mejía, decidiu a realização de eleições gerais ao mesmo tempo que anunciava a «desmilitarização» do país.

A história recente da Guatemala, onde presidências civis como a de Julio Cesar Montenegro há 19 anos serviram apenas para encapotar a presença no Poder dos militares sem alteração da sua política ditatorial, suscita as maiores dúvidas de que os militares estejam de facto em retirada.

Uma manobra de diversão

O resultado das eleições de domingo na Guatemala dá como vencedor o partido democrata-cristão, cujo candidato à presidência — Vinicio Cerezo — terá obtido 41 por cento dos sufrágios, o que obrigará no entanto a uma segunda volta com o segundo candidato mais votado, o centrista Jorge Carpio.

As primeiras declarações de Cerezo, nomeadamente no que se refere à opinião expressa de que os militares devem regressar aos quartéis e romper com o seu papel tradicional, não convencem as forças democráticas.

A análise que a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) faz do processo não é de molde a permitir muitas esperanças. Segundo aquela organização que há longos anos leva a cabo uma luta de guerrilha contra a ditadura, a «abertura democrática» anunciada por Oscar Mejía não passa de uma manobra perfeitamente enquadrada nos planos militares.

Segundo a URNG, declarações recentes do general Rodolfo Lobos Zamora, Chefe do Estado-Maior da Defesa Nacional, são bem explícitas quanto aos objectivos a atingir com as eleições, incluídas no Plano de Campanha designado «Reencontro Institucional 1984». De acordo com as suas próprias palavras projectam-se «actos para eleger a Assembleia Nacional Constituinte e planos de reconstrução e desenvolvimento das áreas afectadas pela subversão... Isto significa o início do processo de democratização do país e das condições para levar a cabo os actos eleitorais com a participação massiva da população, a fim de que, sendo significativamente numérica a acorrên-



As promesas de desmilitarização na Guatemala são consideradas pelas forças democráticas como uma manobra demagógica da ditadura de Oscar Mejía

cia às urnas, não fiquem dúvidas sobre a pureza eleitoral».

Tais afirmações, segundo a URNG, desmascaram o objectivo da «abertura política», não apenas no sentido em que reduzem as eleições a um objectivo militar específico, como também marcam a actualização do exército face às forças políticas participantes na manobra eleitoral. Admitem tacitamente todas as formas legais e ilegais, impostas, negociadas ou aceites para levar a cabo cada um dos passos que concretizem o objectivo de fundo de legalizar o novo esquema de Poder, elaborando o seu instrumento constitucional, ratificado pelas

eleições e pelo futuro governo civil.

Do ponto de vista interno, um tal plano permite chegar a compromissos com os partidos políticos susceptíveis de garantir e dar base de apoio ao projecto militar. Do ponto de vista externo, a institucionalização formal conseguida através das eleições tornar-se-ia numa forma de quebrar o isolamento em que o regime tem vivido.

Como se vê, a «abertura democrática» na Guatemala não difere muito dos métodos habituais das ditaduras para se perpetuarem no Poder.

Dólares para Israel

A administração Reagan decidiu enviar um novo balão de oxigénio à depauperada economia do seu gendarme no Médio Oriente, o Estado sionista de Israel, atribuindo-lhe mais mil e 200 milhões de dólares. Durante o próximo ano Israel deverá receber dos EUA cerca de quatro mil milhões de dólares, para além de contar com uma taxa de juro reduzida em cinco por cento sobre os empréstimos recebidos.

Apesar destes auxílios permanentes, retribuição pelos serviços prestados em prol da política intervencionista do imperialismo norte-americano na região, a situação económica israelita continua a deteriorar-se; a inflação ascende a 400 por cento e o desemprego não pára de aumentar, sendo cada vez mais o número de pessoas que pretende abandonar o país.

Eleições nas Filipinas

Após um intenso período de contestação ao regime ditatorial de Ferdinand Marcos, nas Filipinas, marcado

por inúmeras manifestações populares violentamente reprimidas pela polícia, o velho ditador decidiu anunciar a realização de eleições gerais antecipadas dentro de três meses.

A decisão, divulgada através de declarações à cadeia de televisão norte-americana «ABC», foi classificada pelas forças democráticas como uma manobra demagógica de Marcos tendo como objectivo conseguir calar os protestos populares.

Terroristas treinam no Canadá

Segundo revelou a agência noticiosa indiana «UNI», extremistas «sikh» estão a ser treinados num centro especial de sabotagem situado a escasos quilómetros de Vancouver, no Canadá.

O referido centro, onde os «sikh» aprendem a manejar armas e a organizar actos de terrorismo, é dirigido por Roy Maya, um ex-mercenário que participou em operações armadas em Angola e Moçambique e mantém estreitos contactos com os serviços secretos dos Estados Unidos e outros países capitalistas.

O envolvimento dos serviços secre-

tos norte-americanos, em particular a CIA, em planos terroristas está a provocar embaraços à administração Reagan, que nos últimos tempos enfrenta fugas de informação que põe a nu o verdadeiro carácter daquela organização. Recorde-se a recente divulgação do plano para eliminar o dirigente líbio coronel Kadhafi que tanta polémica está a suscitar nos EUA.

Repressão em El Salvador

Acusados de «contactos com a guerrilha», dois sindicalistas salvadorenhos foram presos após terem participado activamente na organização de uma greve dos correios.

O pretexto invocado para a prisão dos sindicalistas é cada vez mais invocado pelo governo de Napoleón Duarte, que se revela incapaz de responder minimamente aos graves problemas sociais e económicos que afectam o país, nem tão pouco de impedir o avanço das forças patrióticas que combatem o regime.

A braços com graves divisões internas, o regime sobrevive apenas graças ao auxílio que recebe dos EUA e é canalizado quase na íntegra para

despesas militares com as inevitáveis consequências no plano social e económico. A greve dos correios teve justamente como objectivo reivindicar aumentos salariais, melhoria das condições de trabalho e a revogação da legislação em vigor lesiva dos direitos dos funcionários públicos.

Estudantes chilenos votam contra Pinochet

As forças da oposição à ditadura fascista de Pinochet acabam de registar uma importante vitória nas eleições para a Federação dos Estudantes da Universidade do Chile, organismo ainda não legalizado.

De acordo com os resultados conhecidos, as listas afectas à Democracia-Cristã e aos partidos de esquerda receberam respectivamente mais de cinco mil e quinhentos votos, enquanto a lista da autodesignada «Frente Universitária», de inspiração fascista, não chegou aos quatro mil votos.

A importância destas eleições estudantis reside sobretudo no facto de se considerar que a Universidade no Chile funciona quase como um barómetro político do país.

«Bento Gonçalves morreu num posto de honra: no Campo de trabalhos forçados do Tarrafal. Bento Gonçalves é um nome que o povo português não esquecerá mais e que estará sempre presente na história do nosso Partido.

«Ele era o dirigente político incontestável do Partido e a figura mais prestigiada de todo o movimento antifascista. O nome de Bento Gonçalves evoca logo as mais belas qualidades de herói filho do povo: inteligência esclarecida, dedicação sem limites à causa dos trabalhadores, modéstia, honestidade. Por isso Bento Gonçalves era querido e considerado não só pelos camaradas do Partido, mas por todos os trabalhadores portugueses. Por isso não se sentia por ele apenas admiração, mas simpatia e carinho. Por isso a morte de Bento Gonçalves é profundamente sentida pelo Partido, pela classe operária, por todos os trabalhadores e antifascistas portugueses.

«Mas nós, comunistas, somos homens de uma tempera muito especial. A dor que nos causa a morte de Bento Gonçalves não nos abate nem nos desanima. A morte de Bento Gonçalves incita-nos a lutar com mais energia, incita-nos a intensificar em todos os campos a nossa actividade, incita-nos a lutar contra os fascistas, seu assassinos.» (...)

(«Morreu Bento Gonçalves» — «Avante!», VI Série, n.º 20, 1.ª Quinzena de Novembro de 1942)

«No momento presente, todas as nossas armas devem ser lançadas contra o inimigo comum: o fascismo. Todos os esforços de todos os antifascistas, devem ser coordenados, todas as energias devem ser aproveitadas num sentido comum. Unidade no combate contra a fome e a miséria, unidade no combate contra a tirania fascista — estas as consignas que se devem enraizar no coração de cada trabalhador e de cada antifascista. Provocar a divisão e o desentendimento entre as várias correntes antifascistas é o mais poderoso auxílio que se pode dar ao fascismo. (...)

«Porque assim o entendemos julgamos não dever fazer silêncio ante a aparição de um jornal que se intitula «órgão das juventudes libertárias» da região portuguesa, «O Despertar», cujo conteúdo tem em vista, nitidamente, prejudicar a unidade da classe operária. Se «O Despertar» tivesse ressurgido para combater ao inimigo de classe, ao fascismo, nós saudaríamos com a maior alegria esse novo companheiro, saudaríamos esse ressurgimento que viria mostrar que os anarquistas de Portugal ocupam o seu lugar honroso na luta pelos interesses vitais da classe operária e contra o fascismo. Mas «O Despertar» não apareceu para combater o fascismo. (...)

«Nós combatemos lado a lado, ombro a ombro, nas grandes lutas pelo pão, de Julho-Agosto. Aproximam-nos longos anos de luta dirigida com um mesmo objectivo fundamental. O vosso grande companheiro Mário Castelhano e o nosso grande camarada Bento Gonçalves morreram ambos no mesmo posto de honra, assassinados no mesmo Campo de Morte do Tarrafal. Ali e em todas as masmorras fascistas, sofrem as mesmas torturas, militantes comunistas e anarquistas. Comunistas e anarquistas estão sujeitos à mesma perseguição e ao mesmo terror. Irmãos na mesma vida de fome, de miséria e de terror, devemos ser também irmãos no combate por uma vida melhor.» (...)

(«Aos Anarquistas» — «Avante!», VI Série, n.º 43, 1.ª Quinzena de Novembro de 1943)

Em Foco

diálogo

POVO UNIDO

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 619

7 de Novembro de 1985

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

DOSSIERS

• APU/honestidade

✕ APU/diálogo

• APU/competência

• APU/cultura

• APU/à nossa porta

• APU/experiência

• APU/futuro



Há duas semanas, no «Avante!» dizia-se — ao ser apresentada a lista de candidatos às presidências de Câmara — que mais de cinquenta por cento do total de pessoas que se candidatam às eleições autárquicas pela Aliança Povo Unido são independentes.

Foi com uma pequena frase encaixada no meio de tantas outras que se chamou a atenção para uma das mais importantes características da APU.

Sabendo-se já hoje que, no total, são entre trinta a quarenta mil as pessoas que se candidatam pela APU — os totais ainda não estão apurados —, podemos facilmente aferir que, de entre elas, cerca de vinte mil não têm qualquer filiação partidária.

Um tão elevado número de independentes nas listas APU põe-nos imediatamente perante uma realidade palpável: o diálogo entre os eleitos e activistas da APU. Um diálogo que se expressa, não só em todo o traba-

lho em prol das populações, mas desde logo na formação de listas.

A constatação deste facto permite-nos tirar duas ilações: primeiro, que a Aliança Povo Unido trabalha, não de uma forma fechada, mas indo ter com todos aqueles que melhor poderão servir as populações. Segundo, que são muitos os milhares de democratas sem qualquer filiação partidária que vêem na APU a força que melhor se apresenta para resolver os problemas das populações.

Temos assim que a inclusão nas listas APU de cerca de vinte mil independentes é a prova real de que os comunistas e seus aliados têm como primeiro objectivo o bem-estar das populações. Que não se enclausuram em joguetes de interesses mais ou menos obscuros e que, pelo contrário, não só estão abertos a, como procuram o contributo fundamental de todos os democratas que queiram ver o progresso bater à portã das

suas terras, que para tal queiram trabalhar.

Mais: a inclusão de tantos milhares de democratas independentes nas listas APU prova ainda que — dada a já insuperável experiência e todas as provas dadas pela APU — são cada vez mais as pessoas que vêem na APU o garante do funcionamento do Poder Local democrático.

Manifestação base do trabalho da Aliança Povo Unido é, pois, o diálogo. Um diálogo aberto, fraterno e construtivo, como veremos através dos vários exemplos que preenchem mais este *dossier* APU.

O diálogo com todos os democratas efectivamente interessados em servir as populações, um diálogo que começa logo com a composição das listas aos diversos órgãos autárquicos e prossegue no dia-a-dia do trabalho. Uma característica que, por ser visível no dia-a-dia das populações, já se tornou, também ela, numa «imagem de marca» da Aliança Povo Unido. ■

1. A Conferência Nacional do PCP sobre «O Poder Local e as Eleições Autárquicas» sublinhou, como vectores da gestão democrática das autarquias, praticada pelos autarcas do Partido, o diálogo e a participação popular, entre outros.

A prática mostra a importância fundamental dessa orientação. Da sua observância depende o acerto e a eficiência da actividade autárquica e também o exercício democrático do poder local.

A observância de tal directiva contribui poderosamente para que fossem realizados com êxito os objectivos do pelouro dos Equipamentos Desportivos, Recreativos e Culturais dos Bairros Camarários da Câmara Municipal do Porto, pelouro cuja responsabilidade foi confiada ao nosso Partido e à APU apenas nos últimos meses de 1984 e que só tem verbas contempladas no plano em Junho de 85.

2. Pelo seu número (43), pela sua densidade populacional e pela sua origem, os bairros camarários do Porto, onde habitam cerca de 80 mil munícipes, constituem uma realidade única em todo o País. Têm sido olhados, tradicionalmente, pela burguesia «bem instalada», como «ghettos» de portuenses de segunda.

3. Dadas as circunstâncias peculiares da sua criação, este pelouro nunca teve na sua dependência directa quaisquer serviços camarários; desde o seu início, compõem-no apenas um vereador, um adjunto, uma secretária e uma contínua.

Desde logo se definiram como factores decisivos do êxito da acção do pelouro: a participação dos próprios moradores e das respectivas organizações na promoção da sua qualidade de vida e do seu bem estar, a interligação das estruturas populares dos bairros com a Câmara e, também, a vinculação das populações no que respeita à guarda e manutenção dos equipamentos ao seu serviço.

4. Elaborou-se, então, o plano de actividades específico do pelouro no qual se previu, para o ano em curso, a construção de 23 parques infantis, 12 pequenos parques desportivos e 8 centros de convívio. Obstruções resultantes do difícil equilíbrio político da Câmara do Porto levaram a que tal verba fosse reduzida a 40% nos bens de investimento.

Mesmo assim, ficaram prontos os projectos e foi submetida a concurso a construção de 10 parques infantis, 3 parques desportivos e 2 centros de convívio. Quanto aos parques infantis, constroem-se num só ano mais parques infantis do que construíram nos bairros camarários todas as Câmaras anteriores desde há 40 anos.

O diálogo e a participação popular

— dois dos pressupostos indispensáveis da gestão democrática das autarquias

uma tarde de festa com a participação de milhares de moradores dos bairros.

Este conjunto de festividades ficou — por vontade do pelouro e das organizações dos bairros — institucionalizado sob a denominação de «Dia dos Bairros Camarários».

Para a realização das acções de natureza desportiva e cultural as organizações elegeram entre elas uma comissão de apoio ao pelouro que assegurou toda a dinamização e coordenação nessas áreas, as quais abrangeram:

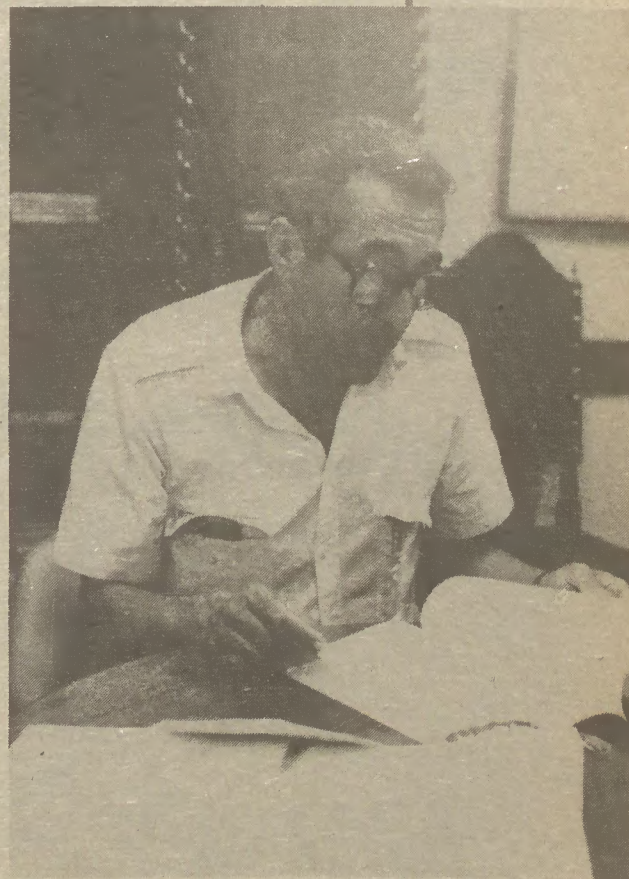
— manhãs culturais em 20 bairros camarários, durante as quais centenas de crianças, sob a orientação exclusiva daquelas organizações, realizaram actividades de pintura, desenho, modelagem, etc.;

— organização e regulamentação de 70 jogos de futebol infantil, em dois escalões com intervenção de 60 equipas. Foram as finais destes jogos que se realizaram no próprio «Dia dos Bairros», no Palácio de Cristal, que, assim, se viu restituído à sua função originária de Palácio dos Desportos, facto que não acontecia há mais de 20 anos;

— organização, regulamentação e direcção das duas grandes corridas do «Dia dos Bairros», na qual intervieram mais de 600 participantes, todos dos bairros camarários;

— desempenho das funções de vigilância e de segurança no Palácio de Cristal, durante as finais e a tarde recreativa;

— realização, de 9 a 13 de Outubro últimos, duma exposição no Mercado Ferreira Borges (a sala de visitas da cidade) das actividades desportivas, recreativas e culturais dos bairros camarários com a evidente e intensa colaboração das organizações dos bairros;



■ **Macedo Varela**

Actual vereador e candidato APU à presidência da Câmara Municipal do Porto



Quer essa acção do pelouro, quer as acções no âmbito desportivo, recreativo e cultural, foram precedidas de discussões e obtenção de consensos com os moradores dos bairros e com as suas organizações, nomeadamente Comissões de Moradores.

Centenas de atendimentos, dezenas de visitas aos bairros, múltiplos plenários, encontros com as organizações existentes (Comissões e Associações de Moradores, colectividades de natureza variada) cimentaram o diálogo e propiciaram uma participação que se revelou inestimável e indispensável à acção do pelouro. Sem essa participação não teria sido possível, desde logo, elaborar com a presteza necessária o plano de actividades, nem realizar as acções que sucintamente se referirão:

— jornada de trabalho voluntário no Bairro do Cerco do Porto, logo em Outubro de 1984. Mais de 600 moradores ofereceram cerca de 1500 horas de trabalho gratuito na limpeza, no arranjo dos jardins e na limpeza das fossas do seu bairro;

— realização de 40 sessões de teatro infantil (1 para cada bairro), oferecidas às crianças dos bairros camarários. As organizações populares dos bairros e moradores mobilizaram 150 crianças para cada sessão e «enquadraram» o seu transporte para o Teatro Experimental do Porto;

— realização de um conjunto de festividades que culminou no dia 1 de Setembro do corrente ano, no Palácio de Cristal, com duas finais de torneios de futebol, duas grandes provas de corrida, infantil e juvenil, e

— realização ainda em curso de 80 sessões de cinema (cada bairro tem uma sessão para crianças e outra para adultos). As organizações têm-se encarregado exclusivamente da afixação da propaganda e do acompanhamento das sessões;

— organização e funcionamento de bibliotecas e ludotecas nas sedes das organizações com livros e brinquedos oferecidos pelo pelouro;

— realização, brevemente, de 40 sessões de teatro para os moradores mais idosos dos bairros, com o compromisso das organizações apoiarem a mobilização e transporte para a sala dos espectáculos;

— realização, também brevemente, de espectáculos de música e declamação, subordinada ao mesmo compromisso;

— distribuição de subsídios pelas organizações dos bairros, com prévio inquérito junto destas, que colheram e forneceram os dados necessários ao estabelecimento de critérios que assegurem uma distribuição isenta, justa e com conhecimento de todas;

— concessão da gestão do parque infantil, do centro de convívio e de maquinismos de difusão à comissão de moradores do Bairro do Cerco do Porto.

É fora de dúvida que tais acções jamais se poderiam realizar (por falta de meios, de pessoas e de motivações) se não fora a colaboração entusiástica, generosa e exaltante das populações dos bairros e das suas estruturas representativas. ■



Os trabalhadores das autarquias dispõem de um órgão decisivo na defesa dos seus interesses. Unido desde 1977 aos restantes Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública, o STAL representa hoje mais de 50 mil trabalhadores da Administração Local. Pertencentes desde início ao movimento sindical unitário, esses sindicatos da FP, por maioria da razão o STAL, têm deparado desde sempre, nas autarquias APU, com uma posição não apenas dialogante, mas interveniente na defesa de direitos, liberdades, interesses e regalias dos assalariados do Poder Local.

AUTARQUIAS / STAL

Total abertura da APU

A função reivindicativa do STAL, membro da Frente Comum dos Sindicatos da FP, que acaba de apresentar ao Governo a Proposta Reivindicativa (PRC/86), exerce-se sobretudo junto da Administração Central, pois de acordo com o seu regime, o pessoal ao serviço das autarquias é composto por «funcionários e agentes de Estado», tal como os restantes trabalhadores da Função Pública (TFP's).

As relações dos sindicatos da FP com o Governo não se têm caracterizado pelo diálogo e a negociação. Pelo contrário. O que tem prevalecido do lado dos governantes, e especialmente da Secretaria de Estado da Administração Pública, são as tentativas de imposição. Com a cobertura divisionista (de fraca implantação no sector, mas sempre de comprovada utilidade para os governos e políticos de direita), tem sido necessário ao longo dos anos adoptar várias formas de luta para conseguir um mínimo de participação nas negociações das propostas de regulamentação colectiva para o sector.

É previsível que o mesmo suceda com o processo aberto em 15 de Outubro findo com a entrega ao Governo da PRC/86.

Membro activo da comissão negociadora sindical (CNS) da Frente Comum de Sindicatos da FP e um dos mais importantes desta estrutura, o STAL tem experiência directa dessas lutas e das que foram desenvolvidas noutros campos, principalmente contra o chamado pacote Almeida Santos, que ameaçava fortemente (e continuará a ameaçar?) o nível do emprego na Função Pública, que limitava o direito à greve e outros direitos dos TFP's.

Experiências desse género não as tem, no entanto, o STAL relativamente a autarquias APU.

Dificuldades num ou noutro ponto, mas sem nunca terem chegado ao conflito aberto e muito menos à necessidade de interromper negociações, certamente que as terá havido.

Porém, diante da capacidade de diálogo demonstrada na prática pelos responsáveis autárquicos, essas dificuldades pontuais

não têm relevo e podem considerar-se insignificantes.

Relevo tem, pelo contrário, nas autarquias APU, a total abertura às posições sindicais, à sua discussão e, sempre que possível, à solução ponderada conforme os interesses dos trabalhadores.

Daí que as reivindicações específicas do STAL, aquelas que poderiam opor directamente o Sindicato às autarquias APU e, na generalidade ao Poder Local Democrático, não adquiram o volume nem a importância das reivindicações comuns a todos os TFP's e que são apresentadas aos governos como responsáveis pela Administração Pública.

No entanto, é nos locais de trabalho (autarquias) que todo o trabalho sindical tem a sua base. É aí que surge a maior parte dos problemas concretos, que exigem solução urgente.

Assim, conforme um documento interno a que tivemos acesso e que fará parte da documentação a discutir e votar no próximo Conselho Nacional do Sindicato, a realizar em Braga

em 23 e 24 do corrente, se afirma a dado passo que, como resultados dos «ataques sofridos em consequência de uma política contrária aos seus interesses» (dos trabalhadores) chegou-se a «uma maior implantação e dinâmica na eleição e reforço da organização de base do nosso Sindicato — os delegados sindicais, as comissões sindicais — orientação que deve ser privilegiada na nossa acção».

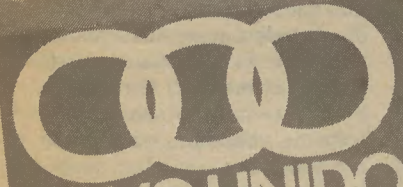
Sem interferir naturalmente na independência do STAL, a intervenção das autarquias APU na defesa dos direitos e liberdades sindicais dos seus trabalhadores é um factor altamente positivo com que pode contar todo o movimento sindical.

A forte unidade que tem presidido aos destinos do STAL certamente que sairá reforçada das próximas eleições regionais a realizar entre 7 do corrente e 20 de Dezembro em todo o País.

Desse reforço da unidade aproveitará também o empenho das autarquias APU no diálogo com o STAL, o sindicato representativo dos seus trabalhadores. ■

TRAB. DAS
AUTARQUIAS DE
BRAGANÇA LUTAM
POR VERDADEIRA
REVISÃO DE CARREIRAS



Diálogo

POVO UNIDO

COLABORAÇÃO COM AS ENTIDADES RELIGIOSAS

Uma outra face do diálogo APU

O amigo leitor ainda se lembra do diálogo entre o nosso camarada de redacção Henrique Custódio e o Padre Daniel, em Barrosa, no concelho ribatejano de Benavente (reportagem publicada na última edição do «Avante!»)?

Vamos recordar uma passagem breve dessa conversa:

— Pelos vistos, as relações da paróquia com a autarquia são excelentes!

— E como não haviam de ser? — respondeu de imediato, virando-nos um olhar vivo. — Lá por sermos de uma ideologia diferente não significa que não possamos trabalhar em problemas comuns.

— Portanto, está satisfeito com a acção da Câmara?

— Satisfeitíssimo! E quem pode não estar? (...)

Vale a pena recordar estas palavras não pela novidade do «assunto» nas páginas do «Avante!» (de facto, não é a primeira vez que párocos de diferentes zonas do País falam ao nosso jornal a propósito do seu relacionamento com autarquias APU), mas pelo que representam como símbolo e exemplo significativo e actualizado do estilo de cooperação entre as Câmaras e Juntas de Freguesia geridas pelos eleitos da Aliança Povo Unido e o sector religioso, designadamente as paróquias católicas.

Agindo de forma responsável e dialogante, o Poder Local democrático não só deve respeitar com todo o rigor e isenção o direito e a liberdade dos cidadãos quanto ao culto religioso, como deve, na medida das suas possibilidades, empreender um trabalho de colaboração com as entidades religiosas. É, exactamente, o que se passa com o trabalho dos órgãos autárquicos da responsabilidade da APU, um pouco por todo o País.

Esta colaboração e apoio, que tem assumido maior incidência com a Igreja Católica, — a de maior implantação em Portugal — é reconhecido e valorizado pelos representantes católicos nas diferentes localidades e exprime-se

no conjunto diversificado de acções, que podemos muito rapidamente resumir.

● Nas obras de reparação e beneficiação dos locais de culto, inserindo-se em múltiplos casos numa preocupação responsável na área da defesa e manutenção do património cultural do nosso povo.

● Cedência de terrenos para construção de novas igrejas.

● Concessão de subsídios regulares para diversas iniciativas, nomeadamente festas de cariz religioso, colónias de férias para crianças organizadas por entidades religiosas, etc.

● Apoio na reprodução de textos e documentação vária.

● Colaboração activa em iniciativas de solidariedade social, designadamente em casos de apoio a crianças e famílias que atravessam graves situações económicas.

Exemplos: um rol quase infinito

Pela sua diversidade e extensão, não é viável (nem isso teria interesse) enumerar os exemplos concretos da colaboração exis-

tente nos municípios e freguesias APU com os sectores religiosos. Teríamos de «viajar» por 55 concelhos e por mais de três centenas de freguesias...

No entanto, e a título de rápida ilustração deste apontamento, aqui deixamos alguns «casos» — entre um vastidão de tantos outros possíveis:

● Sete das 13 Câmaras APU do distrito de Setúbal, entre 1983 e 1984, gastaram em apoios directos a igrejas cerca de 17 500 contos.

● No concelho do Seixal, foram realizados trabalhos de restauro em igrejas e cedido terreno para a construção de uma nova igreja e para os alojamentos do respectivo pároco em Corroios.

● A Câmara de Odemira reparou edifícios da fé católica e deu também apoios à Igreja Evangélica.

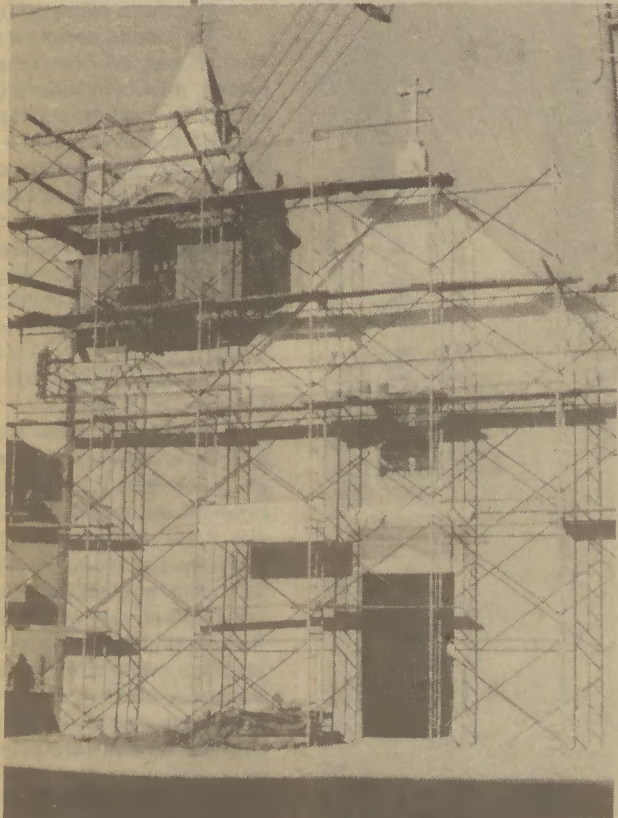
● A Câmara da Amadora reparou igrejas e concedeu subsídios para festas religiosas e colónias de férias.

● A Câmara de Benavente dá um subsídio anual para as obras de beneficiação das igrejas e capelas do concelho.

● A Câmara de Alpiarça reparou a torre da igreja e calou o edifício.

● A Junta de S. Facundo, em Abrantes, além do trabalho de pintura, arranjou toda a zona envolvente da igreja local.

Acções semelhantes encontram-se por todo o lado. São exemplos expressivos da política de diálogo e de intensa ligação à vida das localidades. É uma face da acção APU no Poder Local. ■



Igreja de Palo Pires, no concelho do Seixal: «ao fim de 100 anos, a Câmara executa obras de vulto que já orçam em cerca de 3 mil contos» — anunciava o Boletim Municipal em Julho de 1981. No mesmo boletim informava-se que na sessão da Câmara de 5 de Junho daquele ano «foi aprovada a concessão de um subsídio de 129 000\$00 à Igreja Paroquial da Arrentela, para execução das obras de arranjo do relógio da torre e electrificação do sino com a respectiva batoneira». Os factos falam por si!

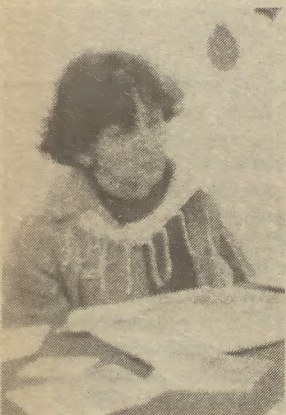
Diálogo

POVO UNIDO

■ **Leandro Martins**

DIALOGAR NÃO É CONVERSA FIADA

— diz-se na Junta APU da freguesia de Carnide



Diálogo não é só conversa. É trabalho. É ouvir, planejar, construir

Com a APU é assim. Por onde quer que comecemos, a conversa vai sempre parar ao trabalho. Mesmo que o tema seja o diálogo, como hoje propusemos à camarada Maria Vilar, presidente da Junta de Freguesia de Carnide. Diálogo, sim, mas para se concretizar em obras e não para se ficar pelas palavras. Diálogo para ouvir, planificar, construir. Um diálogo com resultados à vista.

Primeira pergunta a Maria Vilar, que desde 1982 está à frente da Junta de Freguesia de Carnide — como se manifesta o diálogo entre a autarquia e a população? — De várias formas. Há o atendimento permanente, por exemplo. Mas o atendimento não se fica por esperar as pessoas, os moradores, na sede da Junta. Apesar de aí se receberem os moradores ou as suas estruturas representativas, nós saímos da Junta e vamos ter com eles.

— Onde? — Fazemos visitas; realiza-

mos plenários descentralizados de moradores e sessões públicas em todos os bairros. Todos os meses se faz uma sessão pública em cada zona. — Essas sessões são participadas? — Participadas e vivas. É aí que conhecemos melhor os problemas das populações e que discutimos a forma de os resolver.

— Em que locais se encontram com a população?

— Em locais próprios da Junta nos vários bairros; ou em co-

lectividades, também nas salas dos condomínios das urbanizações.

Falar para trabalhar

— Quais são as questões que mais aparecem nesses encontros?

— A maior questão é sem dúvida a da habitação. Isto porque existem na freguesia dois bairros camarários, um deles o da Horta Nova, pré-fabricado e em estado de degradação muito grande...

— Mas isso não é da competência da Câmara de Lisboa?

— Claro que é. No entanto é à Junta que a população se dirige. Porque com a Junta é possível falar e resolver problemas. Por exemplo, nesse bairro, criámos grupos de trabalho, incluindo moradores de diversas profissões; depois exigimos à Câmara os materiais — já criámos uma arrecadação própria para isso —, outros materiais adquirimos-los com as nossas verbas e lançamo-nos ao trabalho.

Maria Vilar conta o modo como

Se o apoio da Junta muitas actividades ficariam diminuídas ou não existiriam sequer. O Grupo de Teatro de Carnide é um exemplo do apoio da APU às actividades culturais

evolui esse trabalho. Primeiro o levantamento das obras a realizar — obras nas próprias casas que, embora da responsabilidade directa da CML, não seriam nunca feitas se a Junta lhe não deitasse a mão. Depois, os grupos de trabalho, incluindo canalizadores, pedreiros, carpinteiros, metem a mão na massa.

Mas não se fica por aqui a obra da Junta. Havendo muito desemprego e marginalidade, dificuldades e problemas reflectem-se sobre as crianças da zona. A Junta apoia, assim, a escola. Na compra de livros e mesmo na fotocópia de exemplares inteiros e de fichas de trabalho.

— Criámos também ali, e isto com o apoio da AECOD, um parque infantil e um campo de jogos. Tudo realizado, em trabalho, pelos moradores do bairro.

A presidente da Junta de Carnide, recorda-nos que já foram também construídos ao todo 5 parques infantis e 3 campos de jogos. E até a própria implantação obedece ao princípio do diálogo.

— Repara que às vezes nem fazemos tarjetas. Passamos nos bairros e anunciamos o que pensamos fazer e, no outro dia, já toda a gente nos aguarda para falar do caso, para sugerir um local melhor. E também para trabalhar. Se não fosse o trabalho voluntário nada disso era possível.

Dialogar é fácil

— Portanto o diálogo é fácil?

— Sim. Muito directo e muito fácil. E não só com as populações, mas com toda a gente. Uma das características do nosso trabalho tem sido a capacidade para abrir o diálogo com todos. Com escolas e colectividades; com a paróquia, com a Misericórdia; com o Colégio Militar; com a Polícia de Segurança Pública; com o Instituto de freiras, com os escuteiros católicos.

— Exemplos desse relacionamento?

— Os exemplos são as acções, o resolver em conjunto os problemas. Com a paróquia criámos um grupo de trabalho nas zonas degradadas, que funciona para aulas de planeamento familiar e educação sexual; e constituiu-se um grupo de teatro infantil. Esta freguesia tem crescido muito e, em Setembro passado, justificando-se mais uma casa mortuária, cedemos instalações à paróquia para esse efeito.

— Esse bom relacionamento com todos começou logo bem?

Antes de responder concretamente, Maria Vilar lembrou que os mandatos anteriores pertenceram ao PS e depois à «AD». Só este último é que é APU.

— Penso que os Jogos da Amizade, que realizámos aqui pela primeira vez em 1984 e em 1985, contribuíram muito para a dinamização das estruturas e dos grupos sociais e para a sua colaboração com a autarquia. Há uma grande diferença entre o relacionamento estabelecido hoje com as populações e o que havia — não havia! — antes. E o primeiro passo foi descentralizar as reuniões. Antes o atendimento limitava-se a ouvir, a prometer, a mentir, sem resolver. Era uma gestão essencialmente de gabinete.

Com a APU é diferente

Sempre com a preocupação de traduzir o «diálogo» em actos que se vejam, Maria Vilar sublinhou que em Carnide se tem desenvolvido o relacionamento da autarquia com as actividades culturais:

— Não havia nem diálogo nem apoio, nem sequer a Junta aparecia nas actividades culturais. Hoje é diferente. Já numa reportagem que o «Avante!» aqui veio fazer em Março passado vos falámos do apoio ao Grupo de Teatro de Carnide. E hoje podemos dizer-vos que o director desse grupo, que é do PSD, vai fazer parte da nossa lista para a Freguesia nestas eleições...

Para além do apoio financeiro que dispensamos ao grupo e às jornadas culturais que eles realizam todos os anos, abrimos, de colaboração, uma Casa da Cultura; que está aberta a partir das 5 da tarde, pois a Junta subsidia os monitores e cursos vários — de artesanato, de criação de fantoches, de iniciação ao teatro.

A cultura é uma das frentes de trabalho importantes. Por isso Maria Vilar insiste:

— Em Setembro cedemos, no Bairro do Padre Cruz, instalações para outro grupo de teatro, o Grupo de Teatro Espelho, cujos espectáculos, de teatro infantil e de café-teatro, vão começar em 18 deste mês. E temos, mesmo na sede da Junta, uma ludoteca, que funciona com o apoio voluntário de três animadoras, moradoras na freguesia.

O rol do que já foi feito — em obras, em iniciativas, em apoios — é grande. Daria para continuar. A nossa entrevistada quis ainda salientar que, se, por exemplo, a Câmara de Lisboa em vez de apoiar o trabalho da Junta de Carnide, a esbultou em um milhão de contos este ano, outras Câmaras, que «não têm nada a ver com isso», dão apoio. Como a da Amadora. Como a de Loures. Que cedem máquinas, por exemplo, para as jornadas de trabalho voluntário. É que, com a APU, é mesmo diferente. ■

«... e não parariámos se fosse enumerar tudo quanto avançou e há de novo em S. PEDRO DA COVA»



■ **José Alves**

Actual presidente e cabeça de lista da APU para a freguesia de S. Pedro da Cova

S. Pedro da Cova é uma freguesia marcada por cerca de 200 anos de exploração mineira e por um sem número de carências, herdadas de antes do 25 de Abril e de 6 anos de gestão PS, cuja junta abandonou e frustrou as esperanças das gentes trabalhadoras.

A população foi mudando o seu voto de eleição para eleição e em 12 de Dezembro de 1982 deu a maioria relativa à APU e em 1 de Abril de 1983, em eleições suplementares, confiando a maioria absoluta, confirmando já o reconhecimento do trabalho realizado pela nova junta APU.

Em três anos mudou muito a vida dos cerca de 20 mil habitantes de S. Pedro da Cova.

À volta de 70% da população que trabalha na cidade do Porto e tinha de percorrer diariamente 5 a 8 km a pé até ao primeiro transporte, hoje dispõe de carreiras dos STCP, fruto de acções e medidas incansáveis da Junta e das obras no Largo de Ervedosa, que só por si mobilizaram 3 mil horas de trabalho voluntário.

Pavimentaram-se 16 ruas e largos, quatro foram alargadas, uma escadaria e um pontão foram arranjados, feitas pequenas reparações em 15 arruamentos, para além do que está em curso.

As valetas das ruas, que não eram limpas há cerca de 6 anos, foram limpas numa extensão de 3 kms.

Foram removidas 120 toneladas de lixo e entulheiras.

Tinha sido abandonada a rede de água de nascentes naturais e nós recolocámos a água em todos os respectivos fontanários.

Desobstruímos 500 metros de condutas de águas pluviais e drenaram-se 300 metros.

A APU vinha chamando a atenção da população, afirmando que era capaz de fazer mais e melhor para vencer o atraso e trabalhar com honestidade e competência pelo progresso de S. Pedro da Cova. Hoje ninguém duvida da nossa razão e, como por esse país fora, para resolver os problemas o que é necessário é dar oportunidade a quem trabalha, à APU.

Realço ainda que em S. Pedro da Cova não havia balneários públicos: foi construído e funciona um; não existiam Correios nem venda de valores selados: hoje existem; não havia nenhum parque infantil: há dois.

Outro exemplo: no cemitério mantinha-se a rede de água de há 50 anos: foi renovada e concluída a capela mortuária.

Foram reparadas todas as instalações eléctricas de tanques, de lavar, foram colocados mais de 100 braços de luz pública e 60 postes melhorando muito a iluminação. Vedaram-se todas as escolas da freguesia, e não parariámos se fosse enumerar tudo quanto avançou e há de novo em S. Pedro da Cova.

Pela sua importância não posso deixar de salientar as carências de habitação e os passos dados, em colaboração com os Serviços Municipais de Habitação da Câmara (também da responsabilidade da APU): — concurso e entrega das casas do bairro da Gandra aos moradores dos bairros mineiros;

— aquisição de 170 000 m² de terrenos (200 lotes) destinados a autoconstrução.

E também tudo quanto se transformou no campo social, cultural e desportivo, desde o apoio às colectividades e a realização do seu Encontro, passando pelo levantamento do património cultural da freguesia, pela renovação e abertura da biblioteca, até às inúmeras iniciativas para as crianças, os idosos, os jovens e a população em geral, como por exemplo a ordenação de 6000 processos de ex-minheiros, a ida à praia de 400 idosos e o apoio ao cineclube «Tempos Modernos» que já passou filmes para mais de 10 mil pessoas.

É uma vida nova a que se vive em S. Pedro da Cova.

As verbas são insuficientes pois dos 3200 atribuídos à freguesia, 2700 são para despesas fixas.

Então, o diálogo e a mobilização popular têm sido determinantes na resolução e entendimento em torno de muitos problemas. E mais uma vez se prova que só a APU consegue essa ligação com os moradores, indo junto deles, sejam PS, PSD, CDS ou sem partido. Unindo-os e fazendo-os entender que os problemas são de todos e que as soluções são para todos e não para alguns. Isto tornou possível a oferta de dezenas de milhares de metros quadrados de terreno que permitiram grandes melhoramentos na freguesia. Um total de 20 mil horas de trabalho voluntário, envolvendo centenas de pessoas nas muitas jornadas realizadas, que permitiram poupar muitos milhares de contos e fazer mais obras em menos tempo.

O diálogo, a unidade e a participação popular em torno da junta APU continuarão a ser determinantes no futuro para continuar quanto avançou e garantir que outras carências irão pertencendo ao passado. ■

Diálogo

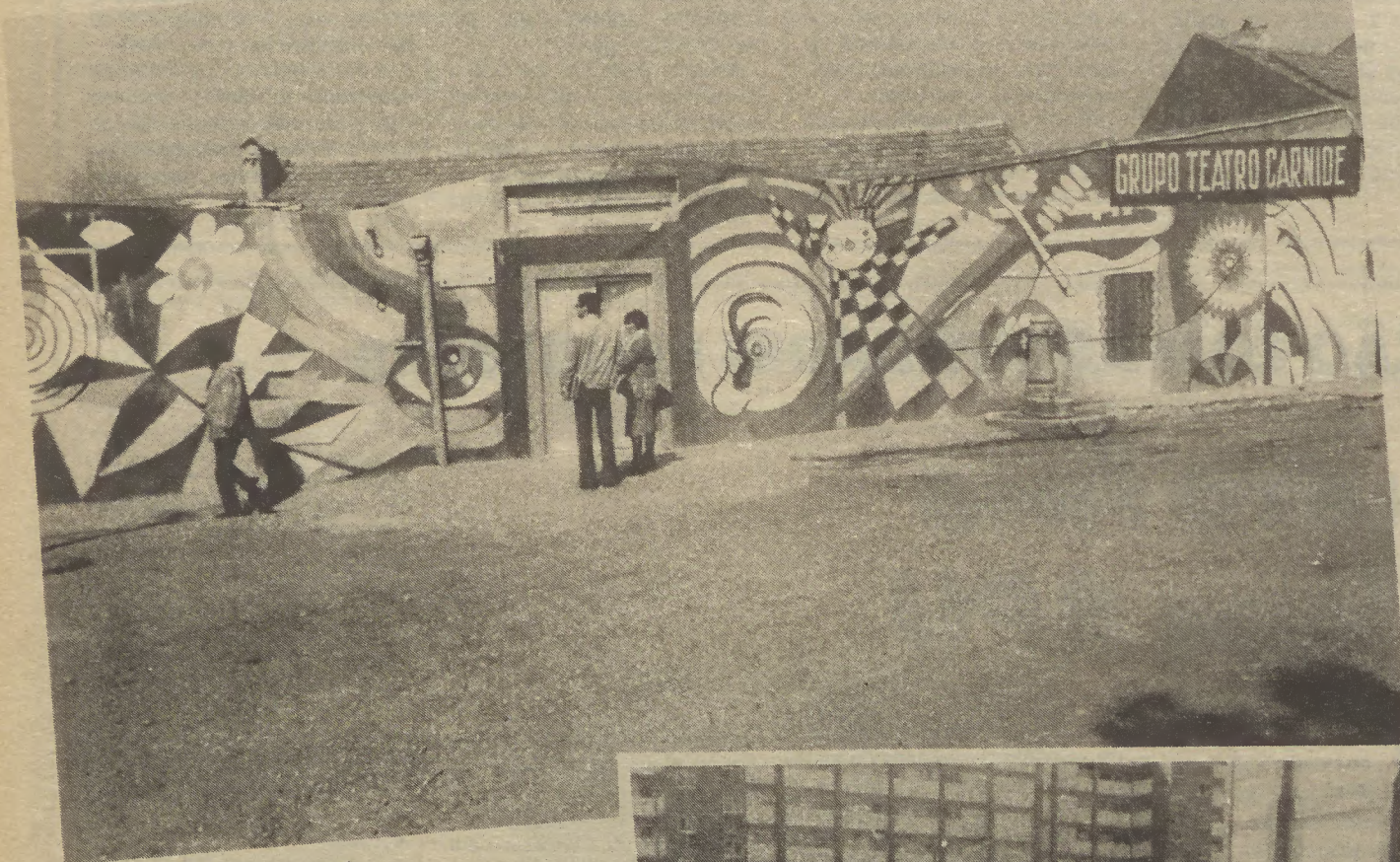
POVO UNIDO

Veja a diferença!

O edifício onde está instalada a Junta de Freguesia de Carnide era um velho palácio, completamente degradado, que fora doado, em 1979, pelo conde de Carnide, à Junta. Durante anos continuou a degradar-se. Veio para a autarquia com um «inquilino», a Câmara de Lisboa, que aí instalara uma escola primária e parecia haver entre as administrações «AD» prece-dentes na Junta e Abecasis, um entendimento para que o prédio fosse deitado aos bichos, isto é, viesse a transformar-se numa nova «torre» habitacional...

Acontece que o projecto não foi avançar. Por causa da APU, é claro. Que conseguiu verbas para a recuperação do edifício, que considera inserido no património cultural da freguesia. Ele lá está, com a cor primitiva na fachada. Mas os problemas não iam acabar. Construída a nova escola primária, logo a Câmara de Lisboa, pediu de novo a cedência de parte do edifício para funcionamento de salas de aula. E a administração Abecasis tentou usar mesmo a nova construção, destinada à primária, para os excedentes de uma escola secundária.

E se a Junta APU assumiu as obras de recuperação do edifício e as levou para a frente, as obras de adaptação das salas de aula, da responsabilidade da CML, aguardam... milhares de dias — há dois anos! ■



Falar com todos colaborar com todos. Em Carnide, o diálogo procura-se e realiza-se por toda a parte. Nos velhos bairros e também nas urbanizações

■ **Henrique Custódio****Trabalho voluntário em Loures****NÃO SE DÁ AS MÃOS COM BRAÇOS CRUZADOS**

Estamos a actuar em cerca de 90 bairros, o que corresponde a 80% do total dos clandestinos, informou-nos Eduardo Baptista, vereador APU da Câmara Municipal de Loures quando, no sábado passado logo pela manhã, nos encontramos na sede da Junta de Freguesia de Odivelas para o acompanharmos numa «fonda» pelas jornadas de trabalho voluntário, que há anos e todos os fins de semana, se realizam um pouco por todo o Concelho, dinamizadas pela autarquia. É uma história com muitas pontas. O episódio em que participámos é apenas mais um, que serve para ilustrar o assunto que nos levou o fim-de-semana passado a Odivelas: a capacidade da APU em resolver os problemas das populações, mobilizando-as para o trabalho conjunto, voluntário e participado.

A palavra para Eduardo Baptista, que já acompanhado por José Moreira, vogal da Junta de Freguesia de Odivelas responsável pelo pelouro de clandestinos e urbanização, nos foi explicando como se passam as coisas no município de Loures:

— Há qualquer coisa como 150 bairros clandestinos no concelho, albergando à volta de 100 000 pessoas. É isso mesmo! Cerca de 1/3 da população do concelho. Perante um problema de tal dimensão, o executivo APU logo que tomou posse da Câmara em 1981 criou um Gabinete de Recuperação de Clandestinos (no tempo da administração PS havia um pseudo-gabinete com um único funcionário lá dentro), que cresceu rapidamente e hoje tem lá 15 pessoas a trabalhar. A perspectiva que se encarou logo de início foi dinamizar os moradores e proprietários no sentido de, em conjunto com a autarquia, se lançar mão ao problema. Os resultados têm sido espectaculares.

Mas, concretamente, como se começou a actuar? Em dois sentidos, segundo Eduardo Baptista:

1.º — Recuperar os bairros que são recuperáveis e legalizáveis do ponto de vista urbanístico; 2.º — Dar condições mínimas aos que não têm possibilidades de legalização (e são poucos, felizmente). Nesta perspectiva estimulámos e estimulamos a formação de associações de moradores (ou proprietários, porque se trata, na maioria dos casos, de construção própria) e é com essas organizações que a Câmara dialoga através da Junta de Freguesia (neste caso de Odivelas).

Ora quais são as funções destas associações, ou em que plano prático de actuação elas se colocam?

— Ora aí está: São responsá-

veis pela contratação de equipas técnicas que façam o estudo urbanístico do bairro (cada associação com o seu, evidentemente) e elaborem propostas de recuperação com vista à futura legalização. A partir daí a Câmara cede materiais, máquinas e viaturas para, em obras de fim-de-semana e com a mão-de-obra voluntária, se realizarem as infra-estruturas previstas nos projectos apresentados pelas equipas técnicas. Todo o trabalho.

O pior são os «consensos»...

Isto quanto aos bairros recuperáveis e legalizáveis, do ponto de vista urbanístico. E os outros bairros, os tais que, dado o excesso de anarquia da sua construção, não têm qualquer hipótese de legalização?!... O vereador da Câmara Municipal de Loures também tinha a resposta pronta, como só acontece quando se tratam os problemas por tu:

— Aí realizam-se estudos simplificados com vista a fazer o levantamento das situações e a delimitar o bairro (de modo a evitar o alastramento e consequente agravamento da situação), e paralelamente realizam-se as obras de infra-estruturas definidas pela Câmara.

De recordar, entretanto, que em qualquer caso as obras são sempre da responsabilidade das populações, feitas com a sua própria mão-de-obra através das já corriqueiras jornadas de trabalho voluntário. Mas Eduardo Baptista tinha ainda alguns pontos a amiudar, nesta informação dada durante a viagem aos locais das jornadas:

— Nos bairros que estão em recuperação (80% do total, como já disse) procuramos que as novas casas sejam feitas através de projecto, fazendo ver às pessoas as vantagens que daí vêm, nomeadamente a garantia de que, com o cumprimento do projecto, se facilita extraordinariamente a posterior legalização do prédio. Já temos entretanto, bairros recuperados, aprovados e com todas as condições para que seja passado o alvará do loteamento para a definitiva legalização da posse dos terrenos; há demoras porque a legislação é um pouco rígida e não está adaptada a estas questões. Para se ter uma ideia das dificuldades, basta dizer que para se chegar ao alvará (a total legalização) tem de haver simultaneidade entre a aprovação dos planos (quer pela Câmara quer pela Direcção Geral de Planeamento Urbanístico — DGPU), a completa execução das infra-estruturas e ainda a possibilidade legal da cedência dos terrenos destinados a equipamento colectivo. E aqui é que as coisas se complicam, pois muitas vezes os terrenos foram vendidos em avos e é um bico de obra conseguir

«consensos» para os tais espaços de equipamento colectivo...

Grandessíssimo bico de obra!

Tivemos oportunidade de apreciar três situações distintas nos vários locais que visitámos e a primeira caiu-nos logo em cima mal chegámos ao Bairro de Vale de Forno, quase junto ao núcleo central de Odivelas, quando o proprietário de um armazém de materiais de construção «plantado» mesmo à beira de uma linha de água se dirigiu ao vereador e ao membro da Junta de Freguesia (já rodeados por membros da associação de moradores local), com a urbanidade de quem pretende colher favores:

— Está certo, certo, eu compreendo — garantia ele, a tomar fôlego para a petição com que se estava obviamente nas tintas para os argumentos ditos «compreendidos» — mas sabe que somos aqui uma família inteira a trabalhar e...

A resposta do vereador dá bem ideia dos problemas que se enfrentam por ali:

— Mas, senhor, você próprio já foi um grande prejudicado pela localização do seu estaleiro! Então já não se lembra que nas cheias de há dois anos as suas camionetas foram arrastadas pela água, que tudo o que aqui estava foi ribeira abaixo?!... Não vê que esta e outras construções que há por aí ao longo da ribeira são autênticas barragens para a água?! Não queremos estragar a vida de ninguém nem estamos a apertar consigo, mas há meses que lhe andamos a dizer para encontrar outro local para o estaleiro, veja lá se resolve isso, o inverno está à porta e depois como é?!

Entretanto um outro, dono de um prédio que começou a ser «admoestado» quando estava no rés-do-chão, procurava explicar por que é que lhe «estragavam a vida» se agora lhe embargassem a conclusão do segundo andar que, com uma legião de operários e num fim-de-semana à sorrelha, erguera «com uns dinheirinhos que tinha posto de lado» e etc. e tal, enquanto a comissão de moradores, eles próprios às voltas com a recuperação das suas casas e do bairro em que vivem (e é um dos tais não legalizáveis) iam apontando abusos do género e outros que conseguiram evitar, mais os trabalhos que também ali decorriam com o apoio de máquinas e materiais da Câmara.

Um grandessíssimo bico de obra!

Situação dois

A segunda situação diz respeito a um dos tais bairros que já estão totalmente recuperados, neste caso a Urbanização da Carochia em Bons Dias/Odivelas. Fomos encontrar alguns moradores a dar os retoques finais na última obra do bairro — os arranjos de uma

estrada e de uma praceta onde esta desemboca. Fernando da Cunha Melo, da Comissão de Melhoramentos, foi directo ao assunto:

— Isto é o toque final, mas antes pusemos aqui água, depois pusemos luz (onde participámos com 500 contos, o resto foi a Câmara) e finalmente chegamos a uns metros de estrada e ao arranjo das valetas. Tudo trabalho dos moradores, fique sabendo!

Fernando e Manuel Major (pai e filho) e Manuel Gonçalves («sou um colaborador e lutador da primeira hora, mas aqui o Fernando Melo é que tem sido a grande alma disto!»), assentiram, não sem uma pontinha de orgulho, enquanto Fernando Melo prosseguia:

— Mas quero chamar aqui a atenção para o seguinte: sem a Câmara nada disto tinha sido possível. E sem a Junta de Freguesia, que está sempre disponível para receber os moradores a qualquer hora, particularmente à noite, que é quando a gente tem possibilidades de tratar destas coisas. O apoio que nos deram em máquinas, materiais, etc., etc., foi fundamental. Ponha lá isso no jornal, que a verdade é para se dizer! Está dito.

Situação três

Dali passámos para a terceira situação, sem dúvida reflexo deste persistente esforço de mobilização colectiva desenvolvido pelas autarquias APU do Concelho de Loures. E «passámos» mesmo, porque se encontra ao lado da urbanização da Carochia. Chama-se Bairro Casal dos Apréstimos e pertence à serra da Amoreira, nos limites do Bons Dias. Ali, uma Comissão de 102 proprietários conseguiram o prodígio de, em comum acordo, parar toda a construção clandestina na zona (e já estavam erguidas meia dúzia de casas), decidindo, em conjunto, fazer primeiro todas as infra-estruturas com a ajuda da Câmara, antes de se reconeçar a construção das habitações.

Mas fizeram ainda mais: estes 102 proprietários adquiriram 104 lotes, estando dois reservados — um para cedência à Câmara, outro para instalação de uma colectividade no futuro bairro. Além disso compraram (sempre em conjunto) mais 12 500 m², sendo 5500 para equipamentos e os restantes 7000 para o reordenamento do plano de urbanização. Plano que, segundo o esquema atrás descrito pelo vereador Eduardo Baptista, foi elaborado por uma equipa técnica contratada pelos proprietários (encontrámo-la no local) e depois apresentado à Câmara, que está a dar todo o apoio necessário.

Como remate recordamos que não se dá as mãos com os braços cruzados... nem se faz trabalho colectivo sem vontade colectiva. Como na Câmara APU de Loures

NEGATIVO

• Na Câmara de Sintra, a APU, com quatro vereadores eleitos — tantos como a ex-AD e mais um que o PS — não tem qualquer pelouro. Esta discriminação prolonga-se na distribuição de verbas para as freguesias: cinco freguesias de maioria APU, albergando 61% da população do concelho, receberam no conjunto, este ano, uma verba igual à que foi atribuída a uma só freguesia AD, com 4% da população.

• «Quebra de confiança política» foi a razão invocada pelo presidente PS da CM de Alenquer para afastar o vereador da APU do pelouro que geria. De facto, o eleito da APU denunciara o presidente da Câmara e outros membros do executivo pela política de gabinete, de segredos, de factos consumados e de discriminação partidária, pela liquidação progressiva das Comissões de Moradores e do Conselho Municipal, pela subalternização da Assembleia Municipal.

• Na Região Autónoma dos Açores, onde o PPD/PSD domina a maioria dos órgãos autárquicos, o normal é que Assembleias Municipais e de Freguesia não reúnam o número de vezes estabelecidas na lei. Exemplo entre muitos outros o da freguesia da Ponta do Pargo, Calheta, onde a Assembleia nunca reuniu.

• O Presidente da Câmara de Reguengos de Monsaraz recusa-se a fornecer aos restantes eleitos documentos sobre a situação financeira do município, nomeadamente a relação das declarações de dívida.

• Entre as acusações feitas pelos vereadores do PS ao presidente da Câmara de Ovar, eleito pelo PSD, num pedido de sindicância, a de que desrespeita as deliberações da Câmara, «particularmente se originárias de propostas ou iniciativas da oposição».

• Vendedores do Martim Moniz presentes a uma sessão pública da CM de Lisboa foram proibidos por Nuno Abecasis de falarem sobre a sua preocupação pela transferência das bancas para a Praça de Espanha, ordenada pela Câmara. Por ordem do presidente, a Polícia Municipal acabou por expulsar da sala de sessões e identificar dezenas de pessoas. No início da sessão e por decisão da maioria PS/PPD/CDS, um vereador da APU fora impedido de intervir sobre o mesmo assunto.

...etc.!

a TV

Até tirar olhos...

... E de súbito, com o dealbar das eleições surgiu um repentino interesse do Telejornal pela vida nas autarquias... Já ninguém julgará que se trata de um desejo honesto de reflectir a vida por essas vilas e pequenas cidades onde os cortes drásticos nas finanças locais levou ao cerceamento de tantas e valiosas iniciativas. Nem se trata (evidentemente!) de mostrar a todo o País o esforço das populações, o seu empenhamento na resolução dos problemas locais — isso que constitui o factor comum a todas as autarquias de gestão APU.

Nada disso. Em vésperas de eleições, Telejornal não quis mais do que semear a confusão e a intriga.

Vejamos. Primeiro, pela voz de Pessa que se fartou de escrever bilhetinhos amáveis ao Abecasis, fomos levados a assistir ao aspecto degradante da Ribeira de Odivelas, onde nenhuma limpeza foi feita, o que pode trazer graves perigos em caso de cheia. Tudo estaria certo se, conforme decorreu das palavras do entrevistado, o Presidente da Junta de Freguesia local, Pessa tivesse deixado bem claro quem era o responsável pela situação, ou seja, a Hidráulica do Tejo. Mas não. Pessa clama pelo Presidente da Câmara de Loures, aqui d'el-rei que andavam a empurrar uns para os outros...

Noutra altura, foi Vila Franca de Xira. Aqui temos novamente a Câmara Municipal responsabilizada por actos que não lhe competem. E aqui temos novamente a confusão instalada...

Finalmente, Amadora. Tinha de ser... Desta vez, para além da confusão e da intriga, houve a grosseria. Pessa responsabilizava a Câmara pelos maus acessos ao cemitério — e no entanto, diante dos seus olhos estava bem escrito o nome do responsável...

Não há dúvida. Para a televisão, em certas alturas, vale tudo — até tirar olhos...

Entre civis e militares

O candidato à Presidência desistiu. Telejornal deu a notícia, entrevistou o mandatário nacional. Achou que não era suficiente. Vai daí, foi ouvir um analista político. Um a sério, um dos bons, um dos fixos, quem havia de ser: José António Saraiva, filho de peixe sabe nadar e manda chuva no *Expresso*. Tudo bem...

Não vale a pena gastar o pouco espaço que tenho a deslindar as confusões do Saraiva. Mas não posso deixar de sublinhar o aspecto mais grave desta questão, que é a forma deliberada como se engana a opinião pública com pressupostos que se sabem falsos.

De facto, concluir pelo apoio do PCP a este ou aquele candidato só pelo facto de o Partido não excluir candidato militar é indigno de qualquer «analista». Tal posição do PCP não é de agora. Tem sido várias vezes reafirmada. Ainda há dias podíamos ler estas palavras de um grande analista político, este sim, chamado Ruben de Carvalho: **O que se torna necessário é que o candidato que a democracia necessita conjugue as duas condições: ser democrata e reunir os apelos necessários. Porque os espectros que palram sobre a democracia portuguesa não são o espectro militar de que fala Eduardo Lourenço: é o espectro dos salários em atraso, da ofensiva contra a Reforma Agrária e as nacionalizações, da corrupção, da lei da Segurança Interna. O espectro do fascismo.**

E Ruben de Carvalho termina com uma expressão-chave: **Entre democratas e fascistas, Eduardo Lourenço escolhe civis. Entre civis e militares — nós escolhemos democratas.**

Este Saraiva e outros Saraivas que tais não terão êxito na sua teia de confusão. A defesa da Democracia tem as suas leis que nenhum saraivinha consegue torcer. Por mais que busque...

Os amigos e os inimigos

Os problemas da África Austral? Muito bem. A televisão resolve discuti-los. Muito bem. De que modo? Transmitindo uma entrevista com o sr. Crocker, especialista americano para os assuntos africanos. Muito mal...

Foi tudo como se esperava. O sr. Crocker limitou-se a fazer a propaganda daquilo que ele considera «o envolvimento construtivo em África».

Como viemos a saber, o tal «envolvimento construtivo» assenta nestes pilares principais: 1 — Combater a influência soviética na África Austral; 2 — Incentivar os esforços reformistas do governo sul africano; 3 — Aproximar os Estados Unidos das ex-colónias portuguesas...

Crocker e todos os seus amigos americanos querem fazer crer ao mundo que todos os conflitos se resumem a confrontos entre as «grandes superpotências». Granada? Era «uma colónia soviético-cubana» (sic). Nicarágua? Ditadura apoiada por cubanos e russos. Afeganistão? Uma invasão soviética. E por aí adiante...

Crocker e seus amigos procuram esconder uma realidade: os povos lutam pela sua libertação e não-de fazê-lo enquanto o mundo for mundo. Nesse momento, os povos têm os seus amigos e os seus inimigos. O que tem acontecido é que a União Soviética sempre esteve ao lado dos povos oprimidos e que os Estados Unidos sempre estiveram ao lado dos opressores. Esta é a realidade histórica do nosso século. Sem a existência da União Soviética a luta contra o colonialismo e a libertação não seriam possíveis. Daí a raiva dos colonialistas que procuram reconquistar posições...

Vejamos as propostas do Crocker & Cia. Ele acha que são grandes as diferenças entre a Renamo e a Unita. A primeira é uma organização heterogénea, com uma forte componente de banditismo. Quanto à Unita, é uma organização séria, respeitável. Os Estados Unidos, «não desejando embora imiscuir-se nos assuntos internos de Angola (!!!)» vão ajudá-la. Pelo que, na sua opinião, a solução para os problemas de Angola e Moçambique assenta no entendimento dos governos respectivos com os movimentos rebeldes...

Paremos aqui. O impudor e a falsidade têm limites. Ficamos agora a saber que os Estados Unidos, que deram todo o apoio a Salazar para oprimir e esmagar os povos de Angola e Moçambique — são os mesmos que pretendem «ajudá-los», reforçando as posições da Unita e da Renamo...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Terrorismo de Estado

O diário «Washington Post» revelou na sua edição de 3 de Novembro a existência de um plano secreto do governo norte-americano, autorizado por Reagan, destinado a assassinar o presidente de um país soberano de África, a Líbia, e a provocar a subversão política desse país. Que nome é que o leitor dá a esta actividade já habitual do governo Reagan?

Novo governo vazado...

• «A opção por Mário Raposo para ministro da Justiça só foi decidida na manhã de ontem, pouco tempo antes de Cavaco Silva ter apresentado a Ramalho Eanes os nomes dos ministros. Além dessa, as maiores surpresas foram sem dúvida os nomes de Pires de Miranda (presidente da Petrogal e embaixador itinerante no governo de Sá Carneiro) para os Negócios Estrangeiros, Mira do Amaral (director do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social) para o Trabalho, Leonor Beleza (de novo ao fim de vários anos uma mulher a chefiar um Ministério) para a Saúde e Leonardo Ribeiro de Almeida para a Defesa. Surpresa também que Tavares Moreira tivesse recusado participar no Governo por razões apenas profissionais, o que terá obrigado a alterar a estrutura prevista e que anunciáramos na semana passada.

Os problemas principais da constituição do Governo estiveram nos Negócios Estrangeiros (foi prevista a hipótese Álvaro Barreto, assim como António Maria Pereira, Vítor Crespo ou até Pedro Roseta), na Defesa (onde os nomes foram de Figueiredo Lopes a Serra Lopes, passando por Amândio de Azevedo, mas se optou por uma figura com um «currículo» nacional e partidário que o torna bem aceite pelos militares em termos protocolares), no Trabalho (para onde chegou a admitir-se que pudesse passar Leonor Beleza) e sobretudo na Justiça (tendo sido sondado o professor Oliveira Ascensão, para além de se ter gerado alguma controvérsia sobre os nomes considerados).

A generalidade dos meios por nós contactados considera como aspectos mais positivos a diminuição do número de ministros, e os nomes Valente de Oliveira, Leonor Beleza, Mira Amaral e Cadilhe. Incógnitas parecem ser consideradas sobretudo a solução encontrada para a Justiça e para os Negócios Estrangeiros (mas neste caso o alto nível profissional e intelectual do ministro poderá superar a inexperiência nas questões políticas e, em especial, nas relacionadas com o conflito Leste-Oeste) além da relativa inexperiência de Fernando Nogueira para as questões parlamentares.

No que se refere a secretários de Estado (...) seguros estão Sequeira Braga (ex-administrador dos CTT, nas Comunicações com Oliveira Martins), Rui Carp (Orçamento), Teresa Patrício Gouveia (Cultura), Almeida Mendes (Assuntos Europeus), Silva Peneda (Administração Regional), Carlos Pimenta (Pescas ou Ambiente,

neste último caso indo Missionário para as Pescas) e Correia de Jesus (deputado pela Madeira) para os Assuntos Parlamentares. E, é claro, Santana Lopes, na Presidência do Conselho.

Nos Ministérios de Santos Martins (Comércio e Indústria) e Álvaro Barreto (Agricultura e Pescas) é provável que se mantenham alguns dos nomes actuais.

No Turismo o mais provável é Licínio Cunha (que acabou de ser nomeado para o Conselho de Gestão do BPA). José Manuel Durão Barroso, director da revista «Ciência Política», poderá ser secretário de Estado junto de Eurico de Melo, que, como ministro de Estado, é o n.º 2 do Governo.» (*«Semanário»*, 1. Novembro)

... Em velhos moldes...

• «O País vai ter, a partir da próxima semana, o Governo mais pequeno desde o 25 de Abril: apenas 12 pastas e 13 ministros, para além do chefe do Governo.

É, reconheça-se, uma boa indicação.

Na verdade, a tendência que vinha a manifestar-se em Portugal era exactamente inversa: Governos cada vez maiores, com dezenas de ministros, secretários e subsecretários de Estado.

Ora torna-se evidente que, a um aumento do número de governantes, não corresponde uma melhoria da governação.

Pelo contrário: uma equipa pequena e homogénea é frequentemente mais eficaz (porque mais elástica e mais operacional) do que uma equipa grande.

Salazar, de resto, que não era um modelo de democrata mas era um modelo de organização, sempre preferiu gabinetes formados por poucos ministros.» (*«Expresso»*, 1. Novembro)

... Terá oposição firme dos deputados APU

• «O dirigente comunista Joaquim Gomes afirmou ontem em Alpiarça que a composição do governo já anunciada nos órgãos de comunicação social "longe de fazer prever qualquer modificação na política seguida nos últimos anos, antes confirma que nenhuma alteração de fundo se verificará".

Joaquim Gomes (...) referiu-se por exemplo à recondução de Álvaro Barreto na pasta da Agricultura, lembrando que ainda há bem pouco tempo ele mesmo enviou de uma só vez 500 guardas da GNR para dar cobertura à entrega

ilegal de uma reserva em terras do Alentejo.

"Também em relação ao ensino a recondução do mesmo ministro não augura nada de bom", acrescentou o dirigente comunista. "O seu reaccionarismo, incompetência e falta de rigor faz prever — sublinhou — que os gravíssimos problemas do ensino em vez de serem resolvidos se irão agravar."

Joaquim Gomes sublinhou que, "aliás o que seria ilusório era esperar de um governo reaccionário uma política progressista".

Referindo-se à decisão já tomada pelo PCP de votar contra esse governo no parlamento, o dirigente comunista declarou que "assumem sérias responsabilidades perante os trabalhadores e o povo português aqueles partidos que com os seus votos o vão avalizar".

"Tudo parece indicar — acrescentou — que só os deputados do PCP-APU vão constituir uma verdadeira oposição ao governo minoritário do PSD. A ser assim — disse — estamos certos que muitos eleitores que mudaram o seu voto da APU para o PRD não deixarão de concluir que o PCP tinha razão quando afirmava que a deslocação de votos da APU enfraqueceria em vez de fortalecer a democracia..."

(«o diário», 3. Novembro)

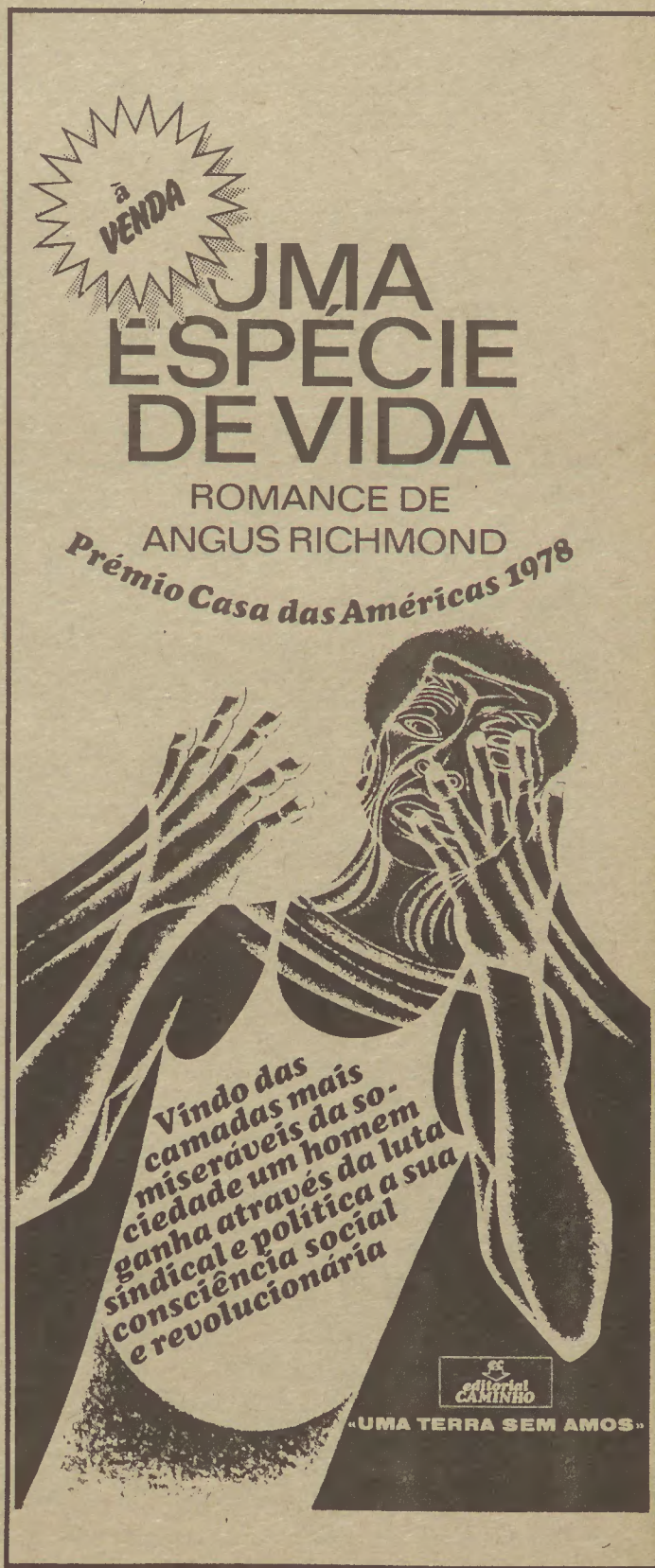
Este terrorismo não é terrorismo?

• «O presidente Reagan, exigindo "medidas apropriadas" contra fuga de informações confidenciais, ordenou ontem um inquérito à revelação de um plano secreto da CIA para derrubar o coronel Kadhafy.

A Casa Branca, numa atitude inesperada, anunciou que seria feito um inquérito às revelações do plano secreto ontem publicadas pelo «Washington Post».

O jornal informou que Reagan, com o apoio do secretário de Estado, George Shultz, e do director da CIA, William Casey, autorizou um plano coberto para acabar com o apoio da Líbia aos terroristas e à subversão e levar Kadhafy a uma situação que desse aos seus opositores no Exército líbio uma oportunidade para tomarem o poder ou que proporcionasse a um país vizinho pró-americano justificação para uma intervenção militar.

O jornal também informou sobre "resistências iniciais" de dois membros do comité dos serviços secretos do Senado, que escreveram a Reagan que a operação coberta poderia estar em conflito com uma ordem assinada por si, proibindo o envolvimento directo ou indirecto dos EUA em tentativas de assassinato.» (*«Correio da Manhã»*, 4. Novembro)



Tal Governo tal propagandista

Nuno Rocha, convertido de alma e coração às hostes cavaquistas, esforça-se desesperadamente no seu último editorial por enaltecer as virtudes do «novo» Governo, ainda que, para tentar dar credibilidade à prosa, finja adoptar a distanciada postura do analista isento.

«Pode já fazer-se algum comentário ao Governo de Cavaco Silva», escreve ele, passando depois a enumerar uma série de apreciações cuja perspicácia e profundidade se mede pela que se segue:

«É de saudar a sua (de Cavaco) decisão de juntar a cultura ao Ministério da Educação, uma vez que a cultura se ensina e não se decreta». Temeroso de que o leitor não tenha sido sensível à agudeza do seu juízo, Rocha pormenoriza: «No fundo, a cultura parte da escola e não tem sentido que o acto cultural seja imposto. Este deve nascer naturalmente para ser autêntico.»

Insatisfeito com este raciocínio altamente cultural, o Rocha vai ainda mais longe, acrescentando,

quando se refere aos ministros que ficam («só três», clama Rocha com falsa euforia): «O dr. João de Deus Pinheiro tem ocasião de prosseguir e completar a sua obra na Educação e agora também na Cultura». Dado que o objectivo é «prosseguir» e «completar» a «obra», está-se a ver o que alunos e professores vão ter que sofrer...

Procurando a todo o transe avalizar as opções de Cavaco, Rocha manifesta, ao mesmo tempo, a sua ampla e dinâmica visão da coisa política, presume-se que coincidente com a do «novo» Primeiro-Ministro.

Escreve Nuno: «Pareceu-nos bem a extinção da pasta da Economia uma vez que economia não pode ser um território autónomo. A economia é o conjunto das acções do Estado» (sic).

Esmagado por toda esta argumentação, o leitor concluirá, não sem razão: cada governo tem os propagandistas que merece!

O descaramento

Aqui há dias perguntaram ao secretário-geral do PCP, em entrevista na Rádio, se achava

Pontos Cardeais

que o coronel Costa Brás, nessa altura anunciado candidato à Presidência, era ou não um democrata. Álvaro Cunhal achou que sim, disse que sim. Tanto bastou para que todos os jornais e programas afectos à pequena intriga, fizessem o seu estardalhaço, afirmando que Costa Brás era o candidato das simpatias do PCP, pois que era considerado um democrata.

Posteriormente o anunciado candidato comunicou não ter reunido as condições para se candidatar. O telejornal chamou logo um «analista» que debitou, entre outras idiotices, que o PCP perdera uma cartada, pois que Álvaro Cunhal «indicara claramente» o seu apoio a Costa Brás...

Poderia dizer-se que se trata, neste caso, apenas de atraso mental do jornalista ou de incapacidade de «análise»

política. Preferimos, no entanto, chamar-lhe descaramento. Para não dizer pior.

A pressa

Ainda muita chuva havia de cair no continente e nas ilhas e faltava pelo menos uma semana para a tomada de posse oficial do Governo formado laboriosamente por Cavaco Silva e já este reunia com uma série de personalidades — bem conhecidas pela sua prática em anteriores executivos —, enquanto muitos jornais davam a lista.

O «Expresso» também foi ao cheiro. E bateu mesmo uma chapa, fotografia histórica que intitulou de «a 1.ª reunião do Executivo».

Se este semanário e outros jornais demonstram pressa na notícia, o gabinete de Cavaco demonstra pressa na pose. Será que a pressa os levará depressa a cair?

Cores

Maria Santos, a deputada «Verde», começou bem. Logo no primeiro dia, ainda os partidos do outro lado do hemisfério não tinham respirado fundo, contando as cadeiras para verem onde se deveriam arrumar e zás, a deputada apresentou uma proposta de resolução para que fossem cortadas as relações diplomáticas com a África do Sul.

Não se tratava, evidentemente, de um problema de cores, embora tal proposta surgisse no seguimento da violência desencadeada pelos brancos de Botha contra os negros sul-africanos, que são a maioria do povo daquele país. Mas não é difícil imaginar que alguns partidos, identificados por várias cores no «espectro» político, ficaram verdes. É que alguns vão decerto votar contra, alegando defenderem os direitos dos seus «emigrantes felizes» que devem ser todos brancos e bastante ricos à custa dos negros...

Autarquias à moda da direita

Isto das autarquias à moda da direita é um caso especial. Ele há o compadrio, as alianças torpes e... o ridículo. O ridículo é coisa abundante. E há quem o leve a sério, como parece fazer «O jornal» que titula a páginas tantas: «Helena Roseta recusa Câmara de Almada». Pois é. Para recusar uma câmara basta dizer que não. Não é preciso perguntar ao eleitorado primeiro. Para dizer que sim é que é o diabo, é preciso uma saca cheia de votos...

Mas o mesmo semanário insiste no ridículo e anuncia que Abecasis vai «reformular o Terreiro do Paço».

Estão mesmo a ver, leitores. O ainda presidente da CML, que se queixa de o terem chamado louco, a imaginar a reformulação da praça. Talvez retirar o cavalo de D. José e pôr lá uma torre. Bem a meio. No Saldanha, a «reformulação» custou apenas o «Monumental». Quanto não custará o Terreiro do Paço!

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Da sede do PS veio um comunicado. O escândalo aparece tão sujo era o seu palavreado. Quem seria o herói autor de tal pituê que tanto fede? Não se sabe quem foi (dizem na sede) Não foi ninguém. A gente pasma! Não foi então ninguém da Direcção? Claro que não, claro que não. Foi um fantasma...

II

O Cavaco demagogo não foi curto em promissões entre elas o desafoço se vencesse as eleições

(a gente sabe como é andam sempre à falsa-fé...)

«So o PSD vencer (diziam vaga após vaga) faremos desaparecer o desemprego, essa praga

(promesas é o que mais há depois, logo se verá...)

Entretanto o Amândio agora toma uma decisão bem grave: manda pela porta fora mais operários da Lisnave

(eis o mal que nos espreita com um governo de Direita...)

Surgem suspeitas a rodos nos meandros cavacaís: se desempregarem todos já não desempregam mais...

(Quem deixar crescer o perigo não é ingénuo — é seu amigo)

III

PS e PSD não vão em coligação? Pois não e bem se sabe porquê. Mas juntam os trapinhos vão juntinhos (inimigos muito particulares) taco a taco graças ao Soares e ao Cavaco. Assim e no resto é lixo e fogo. Quem for honesto não entra no jogo.

IV

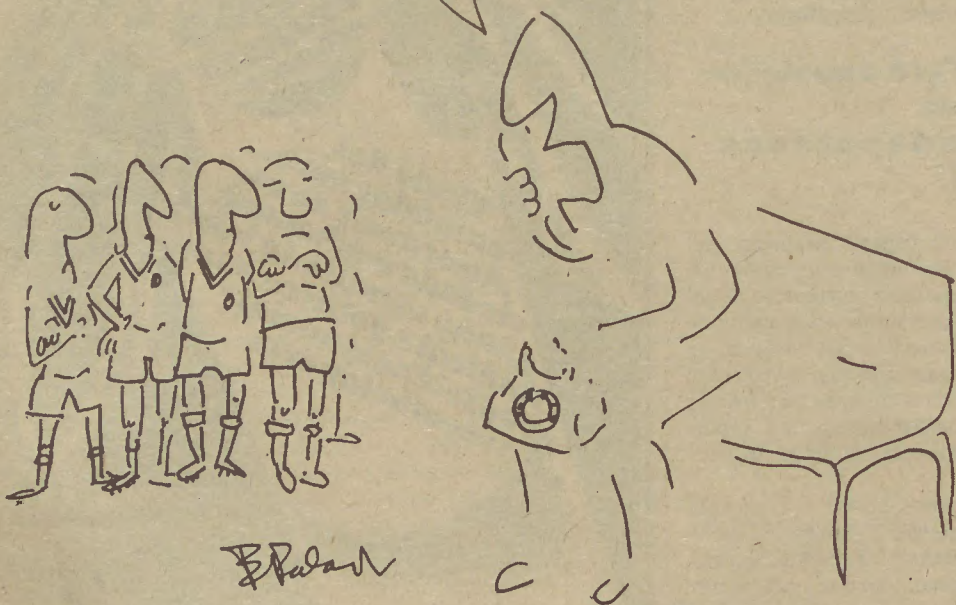
O Soares vem dizer agora que é um amigo é um amigo da onça, estão a perceber? — Desaparece já, nada queremos contigo tu não quiseste o povo, o povo não te quer.

A tudo o que era bom ele foi sempre hostil ele à Direita deu prato, garfo e colher — Soares, em tuas mãos murchou a flor de Abril tu não quiseste o povo, o povo não te quer.

Inimigo da Paz, Reagan chamou-lhe «friend» a alma que ele tem é alma de aluguer. — Vai-te embora desleal que já ninguém defende o povo não quiseste, o povo não te quer!

"NOVO" GOVERNO...

É DO F.M.I.?
OLHE, A CONSTITUIÇÃO
DA EQUIPA É A
SEGUINTE...



Agenda

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 619

7 de Novembro de 1985

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta

• AMADORA

Sessão de esclarecimento com o camarada Alvaro Cunhal. Às 21.30, na Sociedade Filarmónica da Amadora (Rua Elias Garcia).

• S. PEDRO DO SUL

Reunião alargada da Comissão Concelhia do PCP. Às 21.30, no Centro de Trabalho.

• VISEU

Reunião alargada da Comissão Concelhia do PCP. Às 21.30, no Centro de Trabalho.

• BARREIRO

Discussão do programa eleitoral da APU com militantes e activistas das freguesias do Barreiro, Alto do Seixalinho e Coia. Às 21 horas, no Centro de Trabalho.

• ALCÁCER DO SAL

Sessão de esclarecimento com a camarada Odete Santos. Às 21 horas.

• SETÚBAL

Plenário de eleitos da APU. Às 21.30.

• SINES

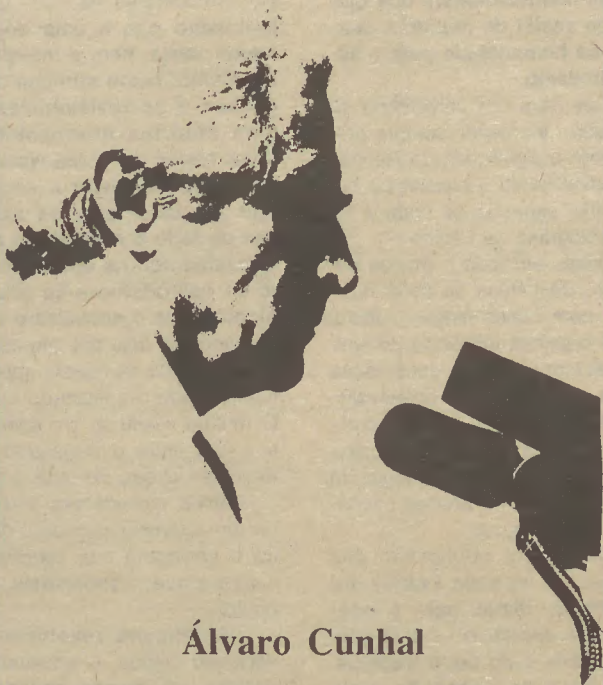
Sessão comemorativa do 10.º aniversário da independência de Angola, promovida pela Associação de Amizade Portugal-R. P. Angola.

• LISBOA

No salão da Junta de Freguesia de Alcântara, sessão de apresentação de candidatos com a participação de Carlos Carvalhas. Às 21.30.

• MARINHA GRANDE

Debate público sobre o livro «O Partido com Paredes de Vidro», de Alvaro Cunhal. Às 21.30, no Sport Operário Mari-



Álvaro Cunhal

Sessão de esclarecimento

Sexta-feira, 21.30

Sociedade Filarmónica Amadora

nhense, com a participação do camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do PCP.

Sexta

• MARINHA GRANDE

Jantar comemorativo do 68.º aniversário da Revolução de Outubro. No Centro de Trabalho com início às 19.30, promovido pela Comissão Concelhia do PCP.

• ALMADA

Sessão solene evocativa da Revolução de Outubro, com a participação de representantes da Embaixada da URSS, Associação Portugal-URSS, Câmara Municipal de Almada. Às 21.30, na SFUAP-Cova da Piedade.

• MATOSINHOS

Sessão de Amizade Organização Regional do Porto do PCP-Organização Distrital de Leipzig do PSUA. Às 21.30 na Escola Preparatória de Matosinhos.

• BARREIRO

Discussão do programa eleitoral da APU com os técnicos de autarquia. No Centro de Trabalho, às 18.30.

Sábado

• S. PEDRO DO SUL

Plenário de militantes de Baiões, no salão da Junta de Freguesia de Baiões. Às 20.30.

• SEIXAL

Jornada de esclarecimento da APU, durante todo o dia, na freguesia de Arrentela. Sessão de esclarecimento às 21 horas.

• SETÚBAL

Plenário da organização do PCP da freguesia de S. Sebastião. A partir das 15 horas.

• PORTO

Jantar de confraternização integrado na Campanha dos 10 Mil Contos da ORP. Leilão. Organização a cargo dos camaradas da freguesia do Bonfim.

• PAREDE

Apresentação dos candidatos da APU aos órgãos autárquicos da freguesia. Às 17 horas. A partir das 15 horas, magusto e espectáculo de folclore com a intervenção de vários ranchos no Largo 31 de Janeiro.

• COSTA DE CAPARICA

Apresentação dos candidatos da APU às

eleições autárquicas e discussão do programa eleitoral para a freguesia. Às 16 horas no Centro de Trabalho.

• LISBOA

Sessão de apresentação dos candidatos APU da freguesia de S. Jorge de Arroios. Às 15 horas na Associação de Reformados, Alameda D. Afonso Henriques, 72. 2.º Esq.

• MARINHA GRANDE

Jornada de convívio na sede da Ordem, organizada pela célula dos trabalhadores do PCP na Câmara Municipal. Magusto e baile com o conjunto «Arte e Manhas».

• LISBOA

No CT de Alfama, jornada de convívio, com almoço e animação cultural, de camaradas motoristas e guarda-freios da Carris. O camarada António Andrez, do CC, fará uma intervenção sobre a situação política. No Ajuda Clube, sessão de apresentação dos candidatos APU. Às 21.30.

Domingo

• COVA DA PIEDADE

Convívio no Centro de Trabalho a partir das 15 horas. Magus-

to, projecção de um filme, fados. Intervenção do camarada António Belo, da Comissão Concelhia de Almada.

• LISBOA

Jornada de convívio, com almoço, dos camaradas da Carris-Estação Santo Amaro. No Centro de Trabalho de Alfama a partir das 15 horas. Participação do camarada António Andrez, do CC.

• VOUZELA

Reunião alargada da Comissão Concelhia de Vouzela. Às 21.30.

• SETÚBAL

Convívio com magusto para a Campanha de Fundos do CT.

• ALCOCHETE

«APU Presta Contas» — jornada de informação e esclarecimento em todo o concelho, com a participação dos candidatos.

• LISBOA

Encontro das Organizações de Lisboa do PCP sobre as eleições autárquicas. Participação dos camaradas José Casanova, da Comissão Política, e Carlos Carvalhas, cabeça-de-lista da APU à Câmara Municipal de Lisboa. A partir das 15 horas, na Junta de Freguesia de Alcântara.

6.º ANIVERSÁRIO DA JCP

Domingo, 16 horas

Comício no Alvalade

Cinema * Audiovisuais
Música Popular * Discoteca

Terça

• LISBOA

Sessão comemorativa do 10.º aniversário da República Popular de Angola, organizada pela Associação de Amizade Portugal-RPA. Espectáculo com o grupo «Fruta Tropical» e Paulo de Carvalho. Às 21 horas no Alvalade.

• LISBOA

Encontro dos camaradas da Marinha Mercante, da CTM e da CNN. Às 18.30, no Centro de Trabalho de Santos, para discussão da situação política e de problemas de organização do sector.

Encontro das Organizações de Lisboa do PCP sobre as eleições autárquicas

Domingo, 15 horas

Junta de Freguesia de Alcântara

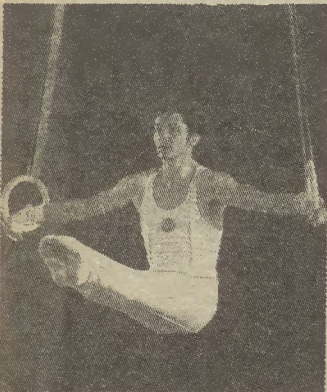


TV O Programa

Quinta

RTP1

- 12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela «Origens», 27.º epis.
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.50 — Follow Me
19.20 — Golo!
20.00 — Telejornal
20.27 — Bol. Meteorológico
20.35 — Telenovela «Louco Amor», 89.º epis.



- 21.15 — Ginástica — Campeonato do Mundo de Montreal
22.15 — Série «Crime, Disse Ela»
23.00 — Último Jornal

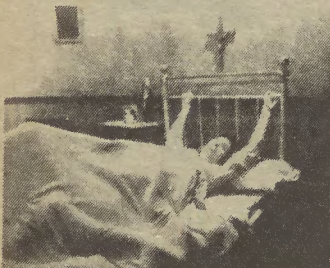
RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
20.00 — Conheça Melhor
20.30 — Horizontes de Glória
21.40 — Da... Música — Bailado «Sinfonia em Ré» (Haydn/Jiri Kylian) pelo Nederlands Dance Theater
22.30 — Jornal da Noite

Sexta

RTP1

- 12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela «Origens»
18.00 — Animação «História de Uma Cadeira de Baloço», de Frederic Back (Canadá/1981)
18.30 — Notícias
18.50 — Série «O Mundo da Ciência», 12.º epis.
19.20 — O Mar e a Terra
20.00 — Telejornal
20.27 — Bol. Meteorológico
20.30 — Telenovela «Louco Amor»
21.15 — Televisão, a Caixa que Mudou o Mundo



- 22.30 — Em Lisboa, Uma Vez..., 1.º ep. «Só Acontece aos Outros», argumento e realização de Luís Filipe Costa
23.30 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados «Ferdý»
20.00 — Macau
20.30 — Godard 6x2, a primeira história de uma série realizada em vídeo por Jean-Luc Godard
21.30 — Ginástica — Campeonato do Mundo de Montreal
22.30 — Jornal da Noite

Sábado

RTP1

- 11.30 — Tempo dos Mais Novos
14.00 — Dar e Receber — Questões sobre o IVA

- 14.30 — Série — «Os Três Dukes»
15.30 — Revista de Touros
16.00 — Ginástica — Campeonato do Mundo de Montreal
17.30 — Panorama
18.30 — Museu do Louvre (2.º Programa)
19.45 — Totoloto
20.00 — Telejornal
20.27 — Bol. Meteorológico
20.30 — Série «A Grande Barraca»
21.00 — Rabo de Saia



- 22.00 — Aplauso «A Magia de Dadid Copperfield»
23.00 — Último Jornal
23.10 — Sábado Especial «O Regresso de Frankenstein», real. Terence Fisher

RTP2

- 18.30 — Troféu
20.00 — RTP/Brasil
20.30 — Para o Melhor e Para o Pior



- 21.30 — Série «Terra Mãe», último episódio

Domingo

RTP1

- 10.30 — 70 Vezes 7
11.00 — Missa
12.00 — Tempo dos Mais Novos
13.05 — TV Rural
13.30 — Tempo dos Mais Novos
15.00 — No Mundo dos Frágeis



- 15.30 — Sessão da Tarde «Vem aí os Russos», real. Norman Jewison
17.00 — Série «Um Planeta para Amar»
18.00 — Sair do Buraco
19.00 — Top Disco
19.50 — Como, Quem, Porquê?
20.00 — Telejornal
20.27 — Bol. Meteorológico
20.30 — Portugal, Passado Presente
21.00 — Transmissão do Exterior
22.30 — Domingo Desportivo
23.30 — Último Jornal

RTP2

- 15.00 — Ginástica — Campeonato do Mundo de Montreal (finais)
19.30 — Novos Horizontes
20.00 — Adágio
20.30 — Nós Por Cá
21.30 — Cine Clube «A Aventura», real. Michelangelo Antonioni (Itália/1960).

Segunda

RTP1

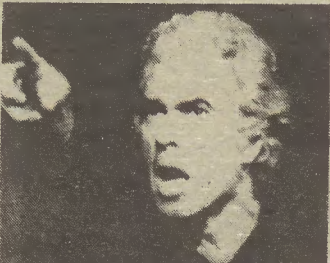
- 12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela — «Origens», 29.º Ep.
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.50 — Desportivamente



- 19.20 — A Primeira República Portuguesa — 1910-1926, últ.º programa
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Bol. Meteorológico
20.35 — Badarosíssimo
22.00 — Documentário — «Informação»
22.40 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados — «Capitão América»



- 20.00 — Teatro para Sempre — «Arlequim, Servidor de Dois Amos», de Carlo Goldoni, encenação de Giorgio Strehler/1977, pelo Piccolo Teatro di Milano
23.00 — Jornal da Noite.

Terça

RTP1

- 12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela — «Origens»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.50 — Século XX — «A China em Marcha»

- 19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Bol. Meteorológico
20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
21.15 — 20 Minutos com a Televisão de Macau
21.45 — Programa da Direcção de Informação
22.25 — Série — «Tudo em Família»
23.10 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados — «O Mascariha»
20.00 — Videopolis
20.30 — Macau
21.00 — Sessão das Nove — «O Disfarce», real. Pal Sandor (Hungria)
22.30 — Jornal da Noite.

Quarta

RTP1

- 12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela — «Origens»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.50 — Trânsito
19.20 — Opinião Pública
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Bol. Meteorológico
20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
22.00 — Noite de Cinema — «Os Maridos de Elisabeth», real. Joshua Logan (EUA/1969)
00.05 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
19.50 — Artistas Portugueses, 1.º Programa — «Amadeu de Sousa Cardoso, o Descobridor da Modernidade»
20.30 — A História Secreta do Petróleo, 3.º Ep.
21.30 — FilMOTECA TV
23.00 — Jornal da Noite.

Livros

«Biografia de V. I. Lênine», de um colectivo de autores do Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS. Edições «Avante!», Edições Progresso. Preço de capa: 650\$00.

«O nome de Lênine — lê-se na Declaração da Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários de 1969 — tornou-se símbolo da vitória do Grande Outubro, dos grandes feitos revolucionários que modificaram o quadro social do mundo e marcaram a viragem da humanidade para o socialismo e o comunismo.»

Na passagem de mais um aniversário da Revolução de Outubro, efeméride sempre propícia à reflexão sobre o significado da Revolução que mudou radicalmente a história da humanidade, que melhor sugestão se poderia fazer do que a da «Biografia de Lênine»?

Milhões de pessoas em todo o mundo conhecem este nome. De Lênine se pode dizer que ninguém fala, nem nunca ninguém falou, com indiferença. A profunda influência do leninismo, que se transformou numa doutrina internacional com as suas raízes no desenvolvimento mundial, não o permite. Reconhecem-no mesmo os seus mais acérrimos opositores, que até aos nossos dias não conseguiram destruir a obra que deixou em prol da libertação dos povos de todo o mundo.

Como se afirma nesta publicação das Edições «Avante!», «a vida de Lênine foi uma proeza constante, diária, para a realização de um grande objectivo — a libertação da classe operária e do povo trabalhador da exploração e da opressão, pela transformação da sociedade com base em princípios comunistas».

Por isso mesmo a sua biografia liga-se inseparavelmente a uma época decisiva da história do proletariado internacional, à evolução criativa da teoria e da prática do marxismo. Ao contrário do que pretendem fazer crer os ideólogos burgueses, o marxismo — de que Lênine foi o grande continuador — não é um dogma, mas um guia para a acção.

Destacando-se ele próprio como um combatente contra a petrificação do pensamento, contra o revisionismo e o dogmatismo, Lênine não deixou de alertar que o dever de conservar as tradições revolucionárias exige ao mesmo tempo a análise das condições da sua

aplicação, e não a simples repetição de palavras de ordem revolucionárias que tiveram importância em condições particulares.

A obra de Lênine é disso um bom exemplo. Sublinha-se na sua Biografia que «o leninismo não é uma doutrina exclusivamente russa, nem a interpretação russa do marxismo, como afirmam os ideólogos burgueses e os revisionistas. O leninismo é uma doutrina internacional, que tem as suas raízes no desenvolvimento mundial. Lênine generalizou a experiência e exprimiu acertadamente as exigências objectivas de todo o movimento de libertação dos trabalhadores na época do desmoronamento do capitalismo e da passagem da humanidade para o socialismo e o comunismo».

Ninguém hoje põe em dúvida que a revolução socialista na Rússia abalou até aos fundamentos todo o edifício do capitalismo mundial. O mundo cindiu-se em dois sistemas opostos e a luta entre o socialismo e o imperialismo tornou-se o eixo de toda a política mundial.

Lênine considerava a revolução de Outubro um exemplo inspirador da luta mais decidida e abnegada dos operários e camponeses contra a guerra imperialista, pela paz entre os povos.

«A primeira revolução bolchevique — escreveu Lênine — arrancou a guerra imperialista, ao mundo imperialista, a primeira centena de milhões de pessoas da terra. As revoluções seguintes arrancarão a essas guerras e a esse mundo toda a humanidade.»

Vive-se hoje um período da história em que o processo de transformações revolucionárias se realiza a ritmos cada vez mais rápidos. A justeza da doutrina leninista é permanentemente comprovada pela influência crescente que exerce em todo o mundo. Ao nome de Lênine, à sua doutrina, estão ligados todos os importantes acontecimentos revolucionários do século XX.

Como diz um poema de Maiakovski, «Dizemos Lênine pensamos partido/dizemos partido pensamos Lênine».



Cinema

A selecção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Amantes	★★★	★★★★	★★★★	—	★★★★
B A Companhia dos Lobos	★	★★	★★	—	—
C Desesperadamente Procurando Susana	★★★	—	★★	—	—
D Eu Vos Saúdo Maria	★	★★★★	★★★★	—	★
E Os Favoritos da Lua	★★★★	★★★★	★★	—	★★
F História Interminável	★	—	★	—	★★
G O Justiciero Solitário	★★★	—	—	—	—
H A Rosa Púrpura do Cairo	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
I Siberiada	★★★★	★★★★	★★★★	—	—
J A Testemunha	★★★	★★★	★★	★★★	★★★

A — Real. John Cassavetes — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.15, 23.30) — Lisboa.
 B — Real. Neil Jordan — Alfa/3 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 23.45) — Borna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Mundial (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa; Foco (18.45, 21.45) — S. João (18.45, 21.45) — Porto.
 C — Real. Susan Seidelman — Fonte Nova/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa; Lumière (18.45, 21.45) — Porto.
 D — Real. Jean-Luc Godard — N'Gola (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.45) — Lisboa.
 E — Real. Otavio Iosselliani — Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.15) — Lisboa.
 F — Real. Wolfgang Peterson — Alfa/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 23.45) — Amoreiras/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 23.45) — Caleidoscópio (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Fonte Nova/1 (14.15, 17.00, 19.15, 21.45) — Lisboa; Stop/1 (18.45, 21.30) — Porto.
 G — Real. Clint Eastwood — Castil (15.30, 18.30, 21.30) — Império (15.15, 18.30, 21.30) — Lisboa.
 H — Real. Woody Allen — Cine Portela (15.30, 21.30) — Hollywood/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — S. Jorge/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.45) — Lisboa; Bêbé (18.45, 21.45) Porto.
 I — Real. Andrei Kontchalovski — Estúdio 444 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
 J — Real. Peter Weir — Alfa Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Cinebloco (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — S. Jorge/3 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15) Lisboa.

Teatro

O Cartaz

LISBOA

ABC, Parque Mayer. Às 21.45; Sáb e Dom também às 16.00. **Fininho mas Jeitosinho**, de J. Bel-tencourt, versão de César Oliveira e R. Solnado, enc. Carlos César.

Comuna, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb. 21.30; dom. 17.00; **Amadis**, de Abel Neves, enc. João Mota.

Café-Teatro, 5.ª, 6.ª e sáb. 22; **Cozido à Portuguesa**, com texto e coordenação de Fernando Gomes.

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, **Embalagem Perdida**, enc. de Ricardo Marques, com Cucha Carvalheiro e Lucinda Loureiro, às 21.30.

Nac. D. Maria II, De 3.ª a sábado, às 21.30, sábado e domingo às 16 h **O Mor-**

gado de Fafe em Lisboa, de Camilo Castelo Branco, enc. Ruy de Matos — **Sala Experimental**, de 3.ª a sáb., 21.45; sáb. e dom. 16.30; **Virgínia**, de Edna O'Brien, enc. Carlos Avilez.

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00. **Tu e Eu**, de F. Karl Waechter, enc. João Lourenço.

Maria Matos, Av. Frei Manuel Contreiras, 58. De quarta a sábado, às 21.45, sábados e domingos, às 16. **Um Homem é Um Homem/Damião de Góis**, texto e encenação de Helder Costa.

Maria Vitória, Pq. Mayer. **Não Batam Mais no Zezinho**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45;

Dom. e feriados também às 16.00.

Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade. De 3.ª a 6.ª 21.30. Sáb e Dom/16.00 e 21.30. **O Regresso da Guerra**. Enc. Pedro Pinheiro.

Teatro Vasco Santana, Entrecampos (Feira Popular). 3.ª a Sáb. / 21.30. Dom./16.00. **Jardim de Outono**, de Lillian Hellman, enc. Luzia Maria Martins — Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. «Pouco Barulho», de 3.ª a dom. às 21.30 h.

PORTO

Pé de Vento, R. Pedro Hispano, 900. Os Mitos do Paraíso, de Manuel António Pina.

ALMADA

Teatro Academia

Almadense, Rua Capitão Leitão, 64 6.ª Sáb. dom., 21.30. **Zoo Story** de Edward Albee, encenação de Joaquim Benite — Grupo de Campolide/Companhia de Teatro de Almada.

CASCAIS

Teatro Experimental de Cascais, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3.ª a Sáb. / 21.45. Dom./17.00. **Dois Anedotas Provincianas**, de Alexander Valentinovitch, enc. Artur Ramos.

ÉVORA

Teatro Garcia de Resende — **A Farsa de Inês Pereira** de Gil Vicente, enc. José Peixoto — Companhia do Centro Cultural de Évora.

SETÚBAL

Teatro de Bolso do

TAS, Rua Dr. Aníbal Alvares da Silva, 9. **Luís Todt**, texto de Fernando Gomes e Rui Mesquita, enc. Fernando Gomes.

Para crianças

LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano, 70. Sáb e dom. 15.30. **Ó Mãe Deixa-me ir Ver as Outras Mães**, enc. Ana Mourato — Grupo Joana.

Comuna, Praça de Espanha. Sáb. e Dom./15.00. **Os Cágados** texto de Almada Negreiros. Adpt. e enc. João Brites — Grupo de Teatro «O Bando».

Salão das Furnas, R. Raul Carapinha. 3.ª, 5.ª, 6.ª/9.30, 11, 13.30. **Bola de Sabão**, enc. Mário Jorge — Grupo os Papa-Léguas.

...e ainda

Música, debates, etc.



2.ª/dia 11, 15.00 e 17.00. **TUP — A Menina Inês Pereira**, de Gil Vicente, Grupo «Fátias de Cão»/Port.

2.ª/dia 11 e 3.ª/dia 12, 21.30. **Coop. Povo Português — O Julgamento**, de Maria Barreto Leite/Brasil.

3.ª/dia 12, 22.00, e 4.ª/dia 13, 18.00 e 22.15. **TUP — Malas Notícias Acerca de Mi Mesmo**, de Etelvino Vásquez, Grupo «Teatro del Norte»/Espanha.

3.ª/dia 12, 21.45 e 4.ª/dia 13, 18.00 e 22.00. **Auditorium Nac. Carlos Alberto — Anedotas Provincianas**, de Alexandre Vampilov, Teatro Experimental de Cascais/Port.

4.ª/dia 13 e 5.ª/dia 14, 21.30. **Coop. Povo Português — Quintuplos**, de Luís Rafael Sanchez, Grupo «Teatro de Puerto Rico»/Porto Rico.

Cinema

Ciclo Federico Fellini. Forum Picoas. De 2.ª a 6.ª sessões às 19.00 e 21.30; sáb., dom. e fer. às 16.00, 19.00 e 21.30. 5.ª/dia 7 — «Amarcord»; 6.ª, sáb. e dom./dias 8, 9 e 10 — «Casanova»; 2.ª e 3.ª/dias 11 e 12 — «A Cidade das Mulheres».

Ciclo Questões de História. Cinema Alvalade. 5.ª/dia 7 — «O Couraçado Potemkin», de Eisenstein, às 18.30 e 21.30; 6.ª/dia 8 — «A Terceira Geração» de Fassbinder, às 18.30 e 21.30.

Ciclo Memória do Fascismo. Cinema Alvalade. 2.ª/dia 11 — «O Exilado», de

Marco Leto, às 17.00 e 21.30; 4.ª/dia 13 — «O Suspeito», de Francesco Maselli, às 17.00 e 21.30. **Ciclo de Cinema Húngaro do ABC**. Cine Clube de Lisboa. Estúdio 444. 6.ª/dia 8 — «Outra Forma de Amar», de Károly Makk, às 18.45.

Cinemateca

Ciclo Michelangelo Antonioni. 5.ª/dia 7 — «La Notte», 21.30.

6.ª/dia 8 — «L'Eclisse», 18.30; «Il Provino» e «Deserto Rosso», 21.30. Sáb./dia 9 — «L'Avventura», 15.30; «La Notte», 18.30; «L'Eclisse», 21.30.

2.ª/dia 11 — «Blow-Up» às 18.30; «Zabriskie Point» às 21.30.

3.ª/dia 12 — «Chung-Kuo» — 1.ª parte às 18.30, 2.ª parte às 21.30. 4.ª/dia 13 — «Professione: Reporter», 21.30.

Encontro com o Cinema Português. 5.ª/dia 7 — «A Verdadeira Amizade», de Armando Silva Brandão, «O Relógio», de Jaime Silva, «Maranos», de Dordio Guimarães, 18.30. 4.ª/dia 13 — «Lava-deiras de Portugal» de Pierre Gaspar — Huit, 18.30.

Livro Soviético

Foi ontem inaugurada no Centro de Arte Infantil da Fundação Gulbenkian e estará patente até ao próximo dia 13 uma **Exposição do Livro Infantil e Juvenil Soviético**, organizada pela Associação Portuguesa-URSS com a colaboração do CAI. Horário das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.30 nos dias úteis, das 14.30 às 17.30 no sábado e das 10.30 às 12.30 no domingo.

Conferências

Aquilino ou o Pecado Original Redivivo — conferência de Oscar Lopes integrada no Ciclo que tem vindo a decorrer na Biblioteca Nacional a propósito do centenário de Aquilino Ribeiro. Na segunda-feira, dia 11, às 19.00.

O VI Encontro sobre Literatura para Crianças, também centrado na obra de Aquilino, termina amanhã, dia 8, na Gulbenkian, com uma comunicação de Baptista-Bastos sobre «Cinco Réis de Gente» e «Uma Luz ao Longe», às 10.00, e debate final a partir das 15.00. Hoje, às 10.00 e 15.00 respectivamente. Atonso Praça falará sobre «A Arca de Noé» e Luísa Dacosta sobre «O Livro da Marianinha».

Exposições

Alberto Carneiro, «Árvores, flores e frutos» — escultura. Galeria EMI/Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a Dom./15 às 19 (Até 25 Nov.).

António Palolo, pintura. Galeria Altamira.

Aquilino Ribeiro, exposição biblio-icnográfica. Biblioteca Nacional. De 2.ª a 6.ª/10 às 20 (Até fins de Novembro).

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Visitas guiadas, 3.ª, 4.ª, 5.ª e dom./10 às 17; 6.ª e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém.

Augusto Barros, pintura. Espaço Aliança, R. Braancamp, 13. 1.ª (Até 20/11).

Gil Teixeira Lopes, desenho. Espaço A-Cibue 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.ª Sáb. e Dom./15 às 20; 4.ª/21.30 às 23.30 (Até 13 Nov.).

Os grandes Projectos Arquitectónicos de Paris 1979-1989. Museu do CAM/Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e Dom./10 às 17; 4.ª e Sáb./10 às 19.

Helena San Payo, pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10 às 13 e 15 às 19; Sáb./10 às 13.

Ilídio Salteiro, desenho. Atrium da Casa da Imprensa, R.

da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10 às 13 e 15 às 19; Sáb./10 às 13 (Até 19/11).

A Imagem Holográfica — Oito Artistas na Era do Laser, na Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, quartas e sábados das 14 às 19.30, restantes dias, das 10 às 17.

O Imaginário da Cidade de Lisboa, Eduardo Vianna, Cândido Costa Pinto, João Hogan, Mário Eloy e outros. Sala de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna, terças, quintas, sextas e domingos das 10 às 17, quartas e sábados, das 10 às 19.

Intergravura 85, Galeria S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10 às 13 e 15 às 19; Sáb./10 às 13 (Até 30/11).

Jaime Silva, pintura. Gal. Quadrado, R. Alb. Oliveira, 52, Coruchéus. De 2.ª a 6.ª/10 às 13 e 15 às 19; Sáb./15 às 19.

Martins Correia, «O Homem, O Cavalo, A Planície, O Mar» — escultura. Gal. Palma, Calçada da Palma de Baixo. 6.ª De 2.ª a Sáb./14 às 20 (Até 12 Nov.).

Pintura, de Mário Botas, Jorge Martins, Eduardo Nery, João Hogan e outros. Casa Museu Anastácio Gonçalves, Av. 5 Outubro. De 3.ª a Dom/10 às 17.

Teresa Magalhães, pintura e serigrafia. Galeria Gemini, Centro Comercial Gemini na R. Sousa Lopes.

Vestir 1955-85. A moda nos últimos 30 anos. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor, Lumiar.

Augusto Canedo, pintura. Gal. EG, R. do Castro 210. De 3.ª a Sáb./16 às 19.30. PORTO.

A Cor e a Paisagem, (pintura), Galeria Antiqua, Rua do Salgueiral, 62, das 16 às 20. Até 12 de Novembro. PORTO.

Silvia Westphalen, escultura e mosaicos. Gal. Roma e Pavia, R. D. Manuel II, 346-B. De 2.ª a sáb./14.30 às 20. (Até 12 de Nov.). PORTO.

IMAGEM, 4.ª Exposição Anual, (Associação dos Artistas Plásticos do Concelho de Almada) Oficina da Cultura da CM de ALMADA.

Arte Popular da Ucrânia, artesanato, pintura e gravura. Organizada pela Ass. Portugal-URSS, até 10 Nov. na Câmara Municipal. AMADORA.

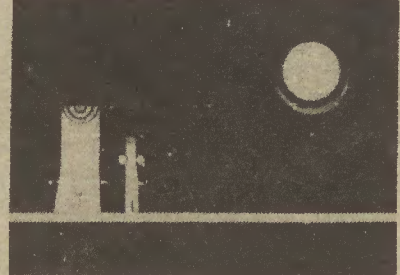
José Guimarães (pintura) no Centro Cultural São Lourenço. ALMANCEAL

4.ª Colectiva de Gravura e Desenho, (António Pedro, Gil Teixeira Lopes, outros). A Galeria, rua Nova de Alfaro, Beira,

Alice Jorge



Garizo do Carmo



7 D r/c de terça a domingo, das 15 às 19. Cascais.

António Mira (óleo sobre papel), **Gunter Grass** — «Do Desenho e do Escrever» (litografias), **João Paulo Feliciano** — «Pontes e Passagens de Nível» (desenho e pintura) nas Galerias do Círculo de Artes Plásticas, rua Castro Matoso, 18, de segunda a sábado, das 15 às 18 e das 22 às 24. Até 12 de Novembro. COIMBRA.

Artes Plásticas do Concelho de Santiago do Cacém, no Mu-

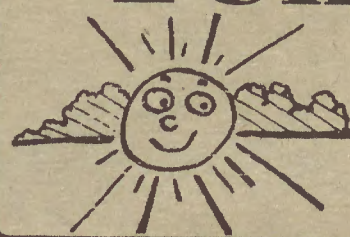
seu Municipal. Até 9 de Novembro. SANTIAGO DO CACÉM.

D. Fernando II e a Ópera do Século XIX, no Palácio Nacional de Sintra, de quinta a terça, das 10 às 17. Até 15 de Dezembro. SINTRA.

Exposição Nacional — Ano Internacional da Juventude e da Música (pintura, serigrafia, desenho, etc.) na Casa Museu Teixeira Lopes, de terça a sábado, das 9 às 12 e das 14 às 19, domingos, das 14 às 18. Até 30 de Novembro. VILA NOVA DE GAIA.

Tempo

Fim de Semana



No sábado, períodos de céu muito nublado, vento de Noroeste soprando por vezes com rajadas, aguaceiros em todo o território, pequena descida de temperatura. No domingo, períodos de céu muito nublado e possibilidade de aguaceiros nas regiões do Norte. (Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica).

Variedades & utilidades

■ Albano Lima

O cinema também teve a sua Revolução

O «O Couraçado de Potemkine» (1925) é dos poucos filmes (talvez o único) que ficará para sempre ligado a um acontecimento histórico de alcance mundial, como é a Revolução de Outubro.

Filme que tem enfileirado sempre entre os paradigmas da arte cinematográfica foi nele que as massas populares participaram

falha o seu indelével prolelismo com a mais forte qualidade artística, que transmite uma emoção sempre renovada, apesar do seu entrecho, aliás muito simples, ser amplamente conhecido em todo o mundo.

Um espectro para a Censura

Grande fantasma aterrorizador

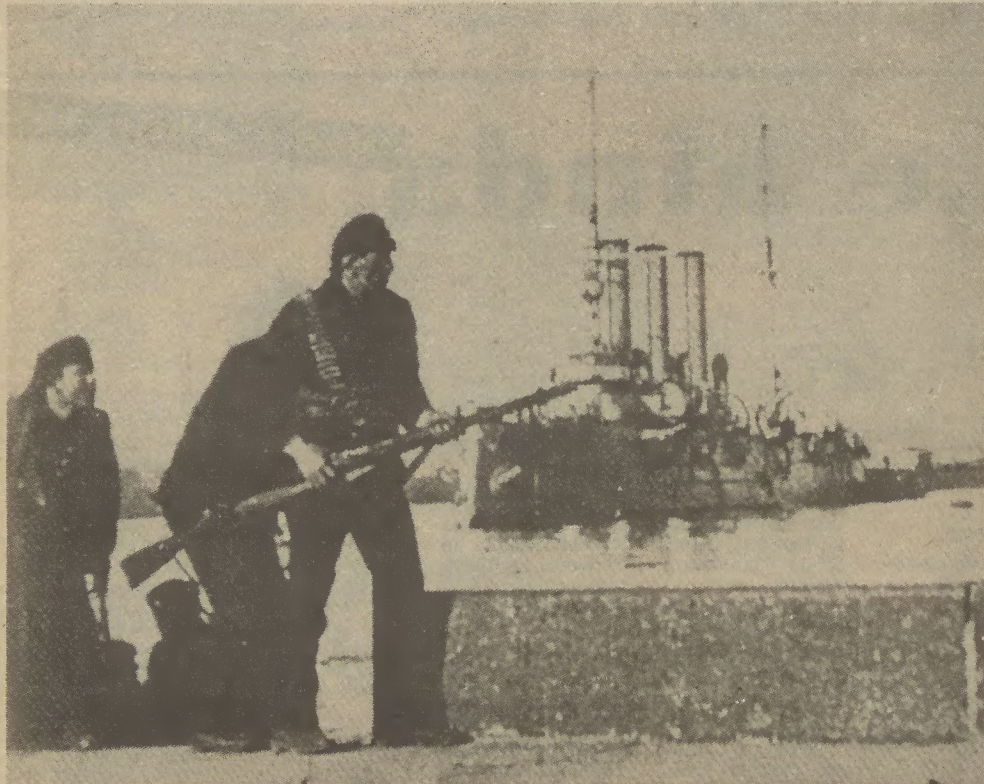
(Potemkine (1736-1791) foi precisamente um destacado representante dessa classe social e da corte czarista, na Rússia do século XVIII; foi favorito e ministro de Catarina II.)

A grandeza universal desta obra de Eisenstein, transmitida apenas pela imagem, pois como se sabe o filme é mudo, escapa a todos os padrões pelos quais

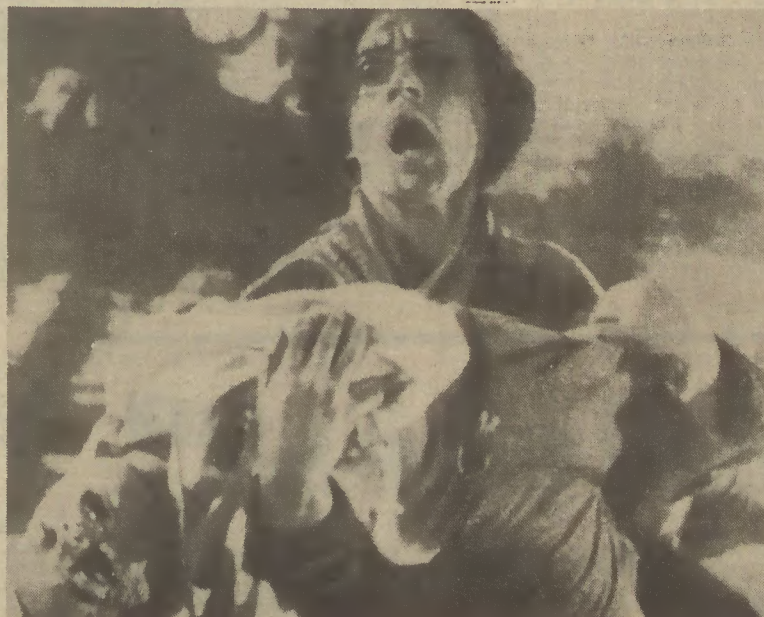


Esta imagem de «A Greve» (Eisenstein) documenta bem a expressividade inigualável do cinema revolucionário soviético dos anos vinte

O cruzador «Aurora», um dos símbolos da Revolução. Fotografia de «Outubro», filme de Eisenstein projectado em público pela primeira vez em Leninegrado na noite de 20 de Janeiro de 1928



Célebre imagem do «Curaçado» que faz parte da sequência do massacre na escadaria de Odessa



pela primeira vez como herói-personagem-colectiva no cinema.

Mas a rara celebridade do «Curaçado» só marginalmente lhe advém do relevo histórico da Grande Revolução de Outubro. De resto, o filme de Serguei Ei-

senstein não trata directamente da Revolução. O seu tema central é a sublevação popular contra a tirania czarista, um episódio da luta de classes — a revolta de Odessa em 1905 com que se solidarizou a tipulação do couraçado integrado na esquadra do Mar Negro. Sobre Outubro, aliás, Eisenstein realizou outra obra cinematográfica precisamente com esse mesmo título de «Outubro», em 1927/28.

Quem viu o «Curaçado» sabe que o filme não se deixa diminuir por nenhuma precaridade circunstancial, característica frequente do documentário ou do filme de propaganda imediata.

Embora se baseie num episódio revolucionário que na realidade existiu, o tema do «Curaçado» é tratado esteticamente com tamanho vigor e brilho perfeito que consegue conciliar sem uma

senstein não trata directamente da Revolução. O seu tema central é a sublevação popular contra a tirania czarista, um episódio da luta de classes — a revolta de Odessa em 1905 com que se solidarizou a tipulação do couraçado integrado na esquadra do Mar Negro. Sobre Outubro, aliás, Eisenstein realizou outra obra cinematográfica precisamente com esse mesmo título de «Outubro», em 1927/28.

Quem viu o «Curaçado» sabe que o filme não se deixa diminuir por nenhuma precaridade circunstancial, característica frequente do documentário ou do filme de propaganda imediata.

Embora se baseie num episódio revolucionário que na realidade existiu, o tema do «Curaçado» é tratado esteticamente com tamanho vigor e brilho perfeito que consegue conciliar sem uma

Embora se baseie num episódio revolucionário que na realidade existiu, o tema do «Curaçado» é tratado esteticamente com tamanho vigor e brilho perfeito que consegue conciliar sem uma

Embora se baseie num episódio revolucionário que na realidade existiu, o tema do «Curaçado» é tratado esteticamente com tamanho vigor e brilho perfeito que consegue conciliar sem uma

se pode aferir a arte cinematográfica de há sessenta anos atrás.

Em débito, sem dúvida, a correntes estéticas aparecidas na Rússia durante o período revolucionário, logo nos primeiros anos deste século (e que não são exclusivas do cinema), o «Curaçado» deve contudo a sua perenidade, como obra de arte e não apenas como símbolo revolucionário, à descoberta total de uma nova forma de narrar uma história também nova.

A estética do cinema nascia, e nascia com uma película que inventava a sua própria linguagem, mesmo relativamente ao cinema soviético onde não faltavam, já em 1925, algumas obras muito avançadas relativamente a todo o cinema que então se fazia nos outros países, sobretudo na Alemanha e nos Estados Unidos.



O cavalo morto na ponte. Plano de «Outubro»

Um público sempre renovado

Não é por casualidade fortuita que o «Curaçado» continua a ser exibido nas salas comerciais, e tem sempre público e público novo.

Mesmo que o seu valor intrínseco como obra cinematográfica, inalterável apesar do progresso técnico ocorrido depois, não seja apreendido por todos, a história admiravelmente contada tem tamanho vigor em cada sequência, em cada plano, em cada fotograma, que por mais desafecto ou distraído, nenhum espectador fica indiferente.

A perfeita conjugação dos principais elementos, dos motores por assim dizer do filme — o navio de guerra, a cidade e as massas trabalhadoras — forma

como que um bloco emotivo tão forte e com um movimento tão extraordinário que o celulóide fala como coisa viva, mexe como um animal artístico (e não uma máquina) que se moveria por necessidade interior, por uma razão consciente e inelutável — necessidade e razão que tornam até arbitrária qualquer distinção entre os diferentes elementos que compõem a obra e o seu valor de uso que se pode considerar perene.

O filme funciona com tanto rigor artístico que mesmo as mais ousadas descobertas ao nível da linguagem (por exemplo, a película não tem actores profissionais: são trabalhadores e marheiros, habitantes anónimos da cidade de Odessa que Eisenstein escolheu para figurarem no filme) mesmo essas descobertas — dizia-se — favorecem a impressionante coesão do «Curaçado», onde a acção das massas não exclui o indivíduo, mas o integra de modo explícito com a sua individualidade na luta colectiva (recorde-se a impressionante sequência do massacre na escadaria). Daí, ao mesmo tempo, a natureza profundamente humana e lucidamente realista de todo o filme.

Hoje, 7 de Novembro, data imperecível para o povo soviético, para o movimento comunista internacional e para todos os povos, é bom recordar o «Curaçado» e, se possível, vê-lo hoje ou tornar a vê-lo aos sessenta anos no seu conhecido esplendor.

Xadrez

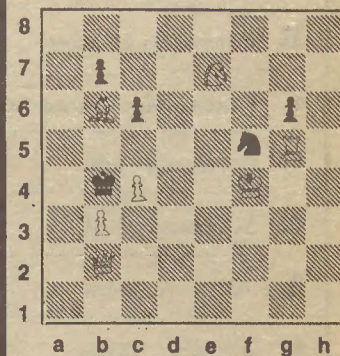
XXV — 7 de Novembro de 1985

PROPOSIÇÃO N.º 25

Por T. Kardos

1.º Prémio, Paris-Praga/1946
Pr. (5): Ps. b7, c6, g6-Cf5-Rb4

Br. (7): Ps.b3,c4-Ce7-Bb6-Tg5-Db2-Rb4



Mate em 2 lances

JOGO N.º 25

Campeonato da Holanda, 1985
Br. H. Ree — Pr. P. Boersma

1. c4,e6; 2. Cf3,d5; 3. d4,Cf6; 4. Bg5,Be7; 5. Cc3,0-0; 6. Dc2,h6; 7. Bxf6,Bxf6; 8. 0-0-0,g5; 9. dxç5,d4; 10. e3,dxc3; 11. Txd8,çxb2+; 12. Rbl,Txd8; 13. Cd2,g4; 14. Ce4,Bg7; 15. Cç3,Ca6; 16. Ca4,Cb4; 17. De2,Bd7; 18. Cxb2,Bç6; 19. f3,b6; 20. a3,bç5; 21. axb4,çxb4; 22. Cd3,a5; 23. g3,a4; 24. Bg2,a3; 25. Ra2,b3+; 26. Rxb3,a2; 27. e4,Tdb8+; 28. Rç2,Ba4+; 29. Rd2,Tbl e as Br. abandonam.

SOLUÇÕES (XXV-7.XI.85)

Chave: Bf2! Bloquel!

1., Ra5; 2. Da3 ++

1., b ad lib.; 2. Cxç6 ++

1., ç5; 2. Be2 ++

1., C ad lib.; 2. Be1 ++

■ A: de M.M.

Damas

XXV — 7 de Novembro de 1985

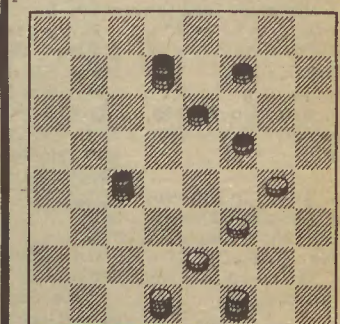
PROPOSIÇÃO N.º 25

Por Manuel Duarte

«Diário de Notícias» 25.IX.49

Pr. (15)-18-22-26-(27)

Br. (2)-(3)-6-10-13



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 25

Porto-Almada, 6.II.77 (S.C. Porto)

Br. A.J. Ribeiro — Pr. Veríssimo N. Dias

1. 10-14,23-19; 2. 14-23,28-19; 3. 5-10,32-28; 4. 1-5,28-23; 5. 9-13,21-17; 6. 11-14,24-20; 7. 12-16,20-15; 8. 5-9,15-12; 9. 8-15,19-12; 10. 13-18,22-13; 11. 9-18,26-22; 12. 7-11,22-13; 13. 4-8,29-26; 14. 8-15,26-22; 15. 15-19,22-15; 16. 11-20,30-26; 17. 14-18,26-22; 18. 20-24,13-9; 19. 10-13,17-20; 20. 6-13,23-19; 21. 16-20,19-14; 22. 20-23,27-20; 23. 18-27,31-22; 24. 24-28,20-16; 25. 28-32,16-12; 26. 32-10,12-8; 27. 13-17,8-4; 28. 10-13 Empate!

GOLPE N.º 25

Almada, 11.IX.66

Br. Medalha — Pr. M.Mestre

1. 10-14,22-18; 2. 5-10,23-20; 3. 1-5,20-16; 4. 12-15,28-23; 5. 14-19,23-14; 6. 10-19,32-28; 7. 11-14,18-11; 8. 7-14,21-18; 9. 14-21,25-18; 10. 8-12,16-7; 11. 3-12,18-14; 12. 9-13,26-21; 13. 13-18,21-17; 14. 19-22,17-13; 15. 12-16,14-11; (Br. 2-4-5-6-15-16-18-22 Pr. 11-13-24-27-28-29-30-31 J. Br. G.); 16. As Br. jogam e ganham de golpe!

Soluções (7.XI.85)

N.º 25 (M.Duarte): 2-9,15-2; 9-5,2-9; 10-14,18-11; 3-16,9-18; 16-4 G. Br. Golpe N.º 25: 16. 22-26,30-14; 17. 5-10,14-5; 18. 2-18,11-2 = D; 19. 4-7,2-20; 20. 16-30 G. Br.

■ A: de M.M.